

Aula 00 – Interpretação de Textos.

Língua Portuguesa p/ TJ/PA – Todos os Cargos

Prof. José Maria C. Torres

Sumário

COMO INTERPRETAR TEXTOS?	7
IDENTIFIQUE O TEMA PRINCIPAL.	8
IDENTIFIQUE O OBJETIVO PRINCIPAL.	10
IDENTIFIQUE AS INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS.	14
CONVERTA A LINGUAGEM CONOTATIVA EM DENOTATIVA.	15
IDENTIFIQUE OS RECURSOS E AS ESTRATÉGIAS EMPREGADOS.	17
TENTE PARAFRASEAR O TEXTO DE FORMA RESUMIDA.	21
TOME CUIDADO COM OS DISTRATORES!	23
QUESTÕES COMENTADAS PELO PROFESSOR.....	29
LISTA DE QUESTÕES.....	90
GABARITO	126
RESUMO DIRECIONADO	127





Olá, tudo bem? Sou José Maria, professor da mais bela das disciplinas: a **Língua Portuguesa**. Sejam muito bem-vindos!

Vou pedir sua licença para contar brevemente minha história, ok? Sou Engenheiro Eletrônico, graduado pelo **Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)**. Apesar dessa excentricidade, sou professor de Língua Portuguesa desde os 19 aninhos. Ainda na Faculdade, lecionava Português para estudantes de baixa renda num saudoso cursinho preparatório gerenciado por alunos do ITA, o CASDVest. Foi lá que tudo começou. O que era um hobby virou profissão e se transformou em paixão.

Depois de formado, atuei em cursos pré-vestibulares de 3 (três) grandes sistemas de ensino – *Anglo, COC e Ari de Sá* –, preparando jovens para os mais concorridos certames – *USP, UNICAMP, ITA, IME, Escolas Militares e Faculdades de Medicina*. Na preparação para concursos públicos, trabalho há 10 anos, tanto em cursos online como presenciais. Além da sala de aula, atuei como Consultor de Língua Portuguesa no Projeto Educação Livre, capitaneado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Sou também autor e coautor de obras voltadas para ENEM e Concursos Públicos pela editora Saraiva – *Coleção Passe em Concursos*.

Considero-me um privilegiado, pois gosto do que faço e faço aquilo de que gosto! Dedico-me hoje exclusivamente à preparação para concursos públicos, respirando esse ar todos os dias, o dia todo.

Minha missão é **DIRECIONAR** vocês, da melhor forma, no estudo da Língua Portuguesa. Nosso material varre todos os tópicos do edital e, ao longo da exposição, pontuo aqueles assuntos mais frequentemente cobrados pelas bancas. **Fiquem, portanto, atentos a essas observações!** Procuo desenvolver uma linguagem leve, no formato de conversa, para que vocês ganhem confiança paulatinamente, quebrando, assim, aquelas resistências naturais no início de um estudo.

Ao final, listamos questões recentes da banca organizadora do concurso, todas minuciosamente comentadas. Considero essa seção a mais importante, pois de nada adianta a teoria sem a prática. Privilegiem, meus amigos, os exercícios! Fazer muitas questões nos fortalece e serve de resistente armadura para essa dura batalha!

Minha mensagem final é: **PODEM CONTAR COMIGO!** Nós estaremos juntos nessa caminhada! Não se acanhem, podem me mandar mensagens, dúvidas, críticas, elogios, etc.! Estou às ordens, ok?

Feita a apresentação, vamos ao que interessa! É com MUITA ALEGRIA que inicio este curso de **LÍNGUA PORTUGUESA**. A programação de aulas, que você verá mais adiante, foi concebida especialmente para a sua preparação focada no concurso para **Tribunal de Justiça do Pará**. Tomando por base as últimas notícias, que apontam a banca **CESPE** como organizadora, cobriremos todos os tópicos do último edital.

Nada vai ficar de fora!

Neste material você terá:

Curso completo em VÍDEO

teoria e exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Curso completo escrito (PDF)

teoria e MAIS exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Fórum de dúvidas

para você sanar suas dúvidas DIRETAMENTE conosco sempre que precisar

Acesse o link abaixo para assistir ao meu vídeo de **Direção Inicial**. Com ele, você vai entender melhor o funcionamento deste curso para **Tribunal de Justiça do Pará**.

<https://bit.ly/2GkQfKw>

Você nunca estudou Língua Portuguesa para concursos? Não há problema algum, este curso também o atende. Costumo brincar que o único pré-requisito para iniciar meu curso é estar vivo.

Caso você queira tirar alguma dúvida antes de adquirir o curso, basta me enviar um direct pelo Instagram:



@professorjosemaria

Conheça ainda as minhas outras redes sociais para acompanhar de perto o meu trabalho:



professorjosemaria



ProfessorJoseMaria

Como este curso está organizado?

Como já adiantei, neste curso nós veremos EXATAMENTE o que foi exigido no último edital. Os tópicos cobrados foram os seguintes:

Concurso TJ/PA – Todos os Cargos – banca CESPE

Disciplina: Língua Portuguesa

Conteúdo: *Compreensão e Interpretação de texto. Acentuação gráfica. Ortografia oficial. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego, formas de tratamento e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sintaxe. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Redação de correspondências oficiais.*

Para cobrir este edital integralmente, o nosso curso está organizado da seguinte forma:

Aula	Data	Conteúdo do edital
00	17/06	<i>Compreensão e Interpretação de texto.</i>
01	24/06	<i>Acentuação gráfica. Ortografia oficial.</i>
02	26/06	<i>Teste a sua direção</i>
03	05/07	<i>Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego, formas de tratamento e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Colocação pronominal.</i>
04	15/07	<i>Continuação da aula anterior. Vozes verbais: ativa</i>
05	17/07	<i>Teste a sua direção</i>
06	25/07	<i>Sintaxe da oração</i>
07	05/08	<i>Sintaxe do período</i>
08	07/08	<i>Teste a sua direção</i>
09	15/08	<i>Pontuação.</i>
10	25/08	<i>Concordância verbal e nominal.</i>
11	27/08	<i>Teste a sua direção</i>

12	05/09	<i>Regência verbal e nominal. Crase.</i>
13	15/09	<i>Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.</i>
14	25/09	<i>Redação Oficial</i>
15	30/09	<i>Teste a sua direção</i>
16	05/10	<i>Resumão Direcionado</i>
17	10/10	<i>Provas Comentadas</i>



Como interpretar textos?

Não há hoje uma prova de Língua Portuguesa que não priorize Interpretação de Textos. Não há! Todas, mas todas mesmo, abordam exaustivamente a capacidade de o aluno ler e interpretar textos de diversos tipos e gêneros.

Isso é decorrência de uma guinada no foco de estudo da língua. Não se prioriza tanto nas provas atuais a Gramática Normativa no seu estado puro, descontextualizado. O centro das discussões passa a ser o discurso, as relações de sentido, os recursos expressivos. A Língua Portuguesa, portanto, tem como palco o texto! Tudo sai de lá! Inclusive as questões de Gramática! Isso demanda de nós o desenvolvimento das habilidades voltadas para leitura e interpretação.

Ok, professor! Mas como se estuda esse troço? Existe algum livro bom para aprender a interpretar? Moçada, não é bem assim! Faça uma analogia com aprender a cobrar faltas. Como assim? Posso eu dar aquela aula show explicando tin tin por tin tin a teoria acerca da cobrança de faltas: a forma de chutar, a curva da bola, a direção do vento, etc. Posso passar os mais variados vídeos de grandes golaços de falta, apresentar depoimentos de grandes cobradores, etc. Isso de nada vai adiantar se você não praticar. Uma hora ou outra, vai ser necessário você pegar a bola, pô-la no gramado e experimentar os primeiros chutes. No começo a bola vai bater na barreira ou passar longe do gol. Depois, com mais treino e insistência, você começará a acertar o direcionamento do chute. E depois de um tempo, os primeiros gols e golaços.

Da mesma forma é a Interpretação. Só se desenvolve essa habilidade praticando. É preciso ler variados tipos de texto – dos textos jornalísticos às charges e tirinhas; da prosa à poesia; do objetivo ao subjetivo. Claro que o conhecimento de certas técnicas e conceitos há de ajudá-lo a desenvolver essa habilidade. É isso que irei apresentar nesta aula! Vamos trazer exemplos variados, sempre frisando a forma de abordar o texto, quais elementos devemos checar, que pistas podemos no texto explorar.

Nos tópicos a seguir, vamos responder à seguinte pergunta:

O que é preciso para se compreender e interpretar adequadamente textos?

Identifique o TEMA PRINCIPAL.

Após a leitura do texto, é essencial que saibamos identificar do que o texto trata, ou seja, qual o assunto nele tratado, qual o tema.

Quanto mais delimitado o tema, diga-se de passagem, melhor! *Como assim?* Muitas vezes o aluno afirma: *Ah, o tema do texto é 'mulher'!* Mas "mulher" é muito amplo! Tente delimitar, ou seja, pôr limites. O aluno afirma: *Ah, entendi! O tema do texto é "A mulher na política".* Legal! Melhorou! Mas podemos delimitar ainda mais. Tente novamente! O aluno, então, afirma: *Ah, o tema do texto é "A discreta representatividade da mulher na política".* Pronto! Agora ficou legal! Bem delimitado.

Vamos trabalhar essa habilidade com dois textos. No primeiro, acredito que você consiga numa boa identificar sua temática. Já no segundo, por se tratar de um texto de caráter literário, acredito que haja mais dificuldades. Vejamos:

A eterna juventude

Conforme a lenda, haveria em algum lugar a Fonte da Juventude, cujas águas garantiriam pleno rejuvenescimento a quem delas bebesse. A tal fonte nunca foi encontrada, mas os homens estão dando um jeito de promover a expansão dos anos de "juventude" para limites jamais vistos. A adolescência começa mais cedo - veja-se o comportamento de "mocinhos" e "mocinhas" de dez ou onze anos - e promete não terminar nunca. Num comercial de TV, uma vovó fala com desenvoltura a gíria de um surfista. As academias e as clínicas de cirurgia plástica nunca fizeram tanto sucesso. Muitos velhos fazem questão de se proclamar jovens, e uma tintura de cabelo é indicada aos homens encanecidos como um meio de fazer voltar a "cor natural".

Esse obsessivo culto da juventude não se explica por uma razão única, mas tem nas leis do mercado um sólido esteio. Tornou-se um produto rentável, que se multiplica incalculavelmente e vai da moda à indústria química, dos hábitos de consumo à cultura de entretenimento, dos salões de beleza à lipoaspiração, das editoras às farmácias. Resulta daí uma espécie de código comportamental, uma ética subliminar, um jeito novo de viver. O mercado, sempre oportunista, torna-se extraordinariamente amplo, quando os consumidores das mais diferentes idades são abrangidos pelo denominador comum do "ser jovem". A juventude não é mais uma fase da vida: é um tempo que se imagina poder prolongar indefinidamente.

São várias as consequências dessa idolatria: a decantada "experiência dos mais velhos" vai para o baú de inutilidades, os que se recusam a aderir ao padrão triunfante da mocidade são estigmatizados e excluídos, a velhice se torna sinônimo de improdutividade e objeto de caricatura. Prefere-se a máscara grotesca do botox às rugas que os anos trouxeram, o motociclista sessentão se faz passar por jovem, metido no capacete espetacular e na roupa de couro com tachas de metal.

É natural que se tenha medo de envelhecer, de adoecer, de definhar, de morrer. Mas não é natural que reajamos à lei da natureza com tamanha carga de artifícios. Diziam os antigos gregos que uma forma sábia de vida está na permanente preparação para a morte, pois só assim se valoriza de fato o presente que se vive. Pode-se perguntar se, vivendo nesta ilusão da eterna juventude, os homens não estão se esquecendo de experimentar a plenitude própria de cada momento de sua existência, a dinâmica natural de sua vida interior.

Viu, que história é essa? Está tentando pular etapas? Volte e leia tudo, não podemos ter preguiça não! Moçada, é sério, a preguiça mata qualquer possibilidade de sucesso em questões de interpretação, principalmente de concursos. Não podemos ser reféns dela não, ok?

Pronto, agora que você leu tudo, vamos discutir de forma bem objetiva. Se fosse para citar o tema principal desse texto, o que você me diria?

Vamos lá...

O texto em questão, intitulado “A eterna juventude” (*Já é uma pista!*), fala sobre muitas coisas. Por exemplo, faz-se, no 1º parágrafo, referência à lenda da Fonte da Eterna Juventude. No 2º parágrafo, fala-se da indústria da beleza, e como esta consegue tirar bastante proveito (lucro) do culto obsessivo pela juventude (*Opa, tá ficando quente!*). O 3º parágrafo assume uma postura mais crítica no que se refere ao artificialismo daqueles que tentam imitar os mais jovens. No 4º parágrafo, fala-se do medo de envelhecer, como motivador para a manutenção de uma aparência jovem.

Essas informações que listamos estão a serviço de um tema mais abrangente. Como podemos defini-lo? Vamos sintetizar da seguinte maneira: **O CULTO OBSESSIVO DA JUVENTUDE.**

Definimos, assim, o norte do texto. As informações que foram nele mencionadas parágrafo a parágrafo são meros desdobramentos desse tema central, portanto. A menção à lenda da Fonte da Juventude, por exemplo, é apenas um ensejo (motivador) para a tratativa do tema; a referência à indústria da beleza é para evidenciar uma consequência desse culto exagerado da juventude; a crítica ao artificialismo da juventude é um juízo de valor emitido pelo autor; por fim, o medo de envelhecer é apresentado como uma das causas para a juventude ser tão cultuada.

Veja só, todas as informações giram em torno do tema central. Moçada, o que fica claro? Para dar o pontapé no entendimento do texto, necessitamos entender do que ele fala, ou melhor, precisamos identificar o seu norte, o seu **TEMA PRINCIPAL**. Não podemos perder esse norte, sob pena de chegarmos a conclusões precipitadas.

Você já iniciou uma conversa entre amigos e aquele assunto inicial foi se perdendo ao longo do caminho? Quando você percebeu, estavam falando de coisas completamente diferentes do assunto inicial da conversa. Pois é, na leitura do texto, não podemos perder o norte da conversa. Vamos identificando as informações e constatando: essa está dentro dessa, que está dentro dessa, que está dentro daquela.

Identifique o OBJETIVO PRINCIPAL.

Depois de identificar a temática principal do texto – *já sabemos sobre o que ele fala* -, precisamos entender qual o propósito, qual o objetivo, qual a intenção do autor do texto. A resposta a essa pergunta, muitas vezes, é um verbo. Como assim, professor? Você responde: "O objetivo do texto é informar..." ou "O objetivo do texto é alertar..." ou "O objetivo do texto é criticar...", etc.

Um cuidado especial deve ser tomado aqui. Muitas vezes, o texto traz informações secundárias que podem confundir o leitor. Por exemplo, o texto conta uma longa história, dando a entender que o objetivo do texto é narrar! Mas, na verdade, a narrativa serve apenas de pano de fundo para uma crítica.

Eis um exemplo bem bobo, mas que explica, de forma didática, a diferença entre as informações secundárias e a informação principal, que consiste na mensagem principal, aquela que resume o texto! Vejamos:

(EQI 2018)

A alienação

Em meus anos moços, fui caixa de banco. Recordo, entre os clientes, um fabricante de camisas. O gerente do banco renovava suas promissórias só por piedade. O pobre camiseiro vivia em perpétua soçobra. Suas camisas não eram ruins, mas ninguém as comprava. Certa noite, o camiseiro foi visitado por um anjo. Ao amanhecer, quando despertou, estava iluminado. Levantou-se de um salto. A primeira coisa que fez foi trocar o nome de sua empresa, que passou a se chamar Uruguai Sociedade Anônima, patriótico nome cuja sigla é U. S. A. A segunda coisa que fez foi pregar nos colarinhos de suas camisas uma etiqueta que dizia, e não mentia: Made in U. S. A. A terceira coisa que fez foi vender camisas feito louco. E a quarta coisa que fez foi pagar o que devia e ganhar muito dinheiro.

Podemos inferir que o objetivo principal da crônica acima é:

- a) Criticar o comportamento de uma minoria da sociedade que se seduz facilmente pela cultura americana.
- b) Ironizar o comportamento da sociedade, muito suscetível a modismos.
- c) Elogiar a criatividade do pequeno empreendedor, que consegue, com muito esforço, ser bem-sucedido em seus negócios.
- d) Criticar marcas que, de forma mentirosa, estampam "Made in U.S.A" em suas grifes.
- e) Promover o empreendimento U.S.A. (Uruguai Sociedade Anônima) como exemplo de criatividade e sucesso nos negócios.

RESOLUÇÃO

Professor, de cara, fiquei com uma dúvida! O que significa "EQI – 2018"? Galera, "EQI" significa "Eu Que Inventei"! Rs. Vocês, eu conheço bem, vão resolver todas as questões do mundo e, de vez em quando, precisam de questões novas, não é mesmo?

Brincadeiras à parte, vamos analisar o texto.

Observe que se trata de uma narrativa. Nela, conta-se a história de um camiseiro, que vivia numa situação financeira difícil. Suas camisas eram muito boas, mas poucas eram vendidas. Até que um anjo surgiu num sonho e

deu a brilhante ideia de mudar o nome da empresa para “Uruguai Sociedade Anônima (USA)”. No que o camiseiro estampou nas camisas a etiqueta “Made in USA.”, passou a vender camisas feito água.

Ora, essa história, como você percebeu, é só um pano de fundo. O objetivo principal é criticar a postura da sociedade.

Analisemos as alternativas:

Letra A – ERRADO – De fato, o texto critica o comportamento da sociedade que se deixa seduzir pelos modismos. Observemos que as camisas eram de boa qualidade, mas, como não carregavam uma marca forte, quase ninguém as comprava. Bastou se empregar a etiqueta “Made in U.S.A.”, numa referência bem-humorada a “Fabricado nos EUA”, que rapidamente os produtos encontraram compradores.

O que torna o item errado é um pequeno detalhe. Diz o item que se trata de um comportamento da minoria, o que não é verdade. Essa influência por modismos atinge é a maioria da sociedade, e não uma pequena amostra.

Letra B – CERTO – O verbo “ironizar” quer dizer “fazer pouco caso”, “criticar”, “desdenhar”. O autor do texto, ao fazer uso da narrativa como pano de fundo, critica o comportamento da sociedade que privilegia não a qualidade, mas as marcas, as famas, o “status”.

Letra C – ERRADO – Embora tenha sido criativa a ideia do camiseiro, não é isso o objetivo principal da crônica. A narrativa é apenas um pretexto, um pano de fundo, para se tratar de algo mais amplo, a saber: a influência de grande parte da sociedade por modismos.

Letra D – ERRADO – Como dito antes, a narrativa lida é apenas um pano de fundo para uma discussão bem mais ampla. Além disso, a crítica não é direcionada às empresas, e sim à sociedade.

Letra E – ERRADO - Como dito antes, a narrativa lida é apenas um pano de fundo para uma discussão bem mais ampla. Além disso, o texto tem por finalidade não promover, e sim criticar.

Resposta: Letra B

Identificar o objetivo principal do texto é essencial, principalmente quando se trata de textos longos. Ora, para que vocês não se percam no emaranhado de informações, **QUESTIONEM SEMPRE AO FINAL DO TEXTO QUAL A TEMÁTICA E QUAL O OBJETIVO PRINCIPAL DO TEXTO**. Esses simples questionamentos dão um norte, ajudando na identificação da coluna dorsal do texto, ou seja, seu ponto de sustentação. A partir dessa identificação, torna-se mais fácil responder as diversas questões sobre interpretação de texto.

Peço paciência a vocês para lerem o texto a seguir:

Texto

Com um pouco de exagero, costumo dizer que todo jogo é de azar. Falo assim referindo-me ao futebol que, ao contrário da roleta ou da loteria, implica tática e estratégia, sem falar no principal, que é o talento e a habilidade dos jogadores. Apesar disso, não consegue eliminar o azar, isto é, o acaso.

E já que falamos em acaso, vale lembrar que, em francês, “acaso” escreve-se “hasard”, como no célebre verso de Mallarmé, que diz: “um lance de dados jamais eliminará o acaso”. Ele está, no fundo, referindo-se ao fazer do poema que, em que pese a mestria e lucidez do poeta, está ainda assim sujeito ao azar, ou seja, ao acaso.

Se no poema é assim, imagina numa partida de futebol, que envolve 22 jogadores se movendo num campo de amplas dimensões. Se é verdade que eles jogam conforme esquemas de marcação e ataque, seguindo a orientação do técnico, deve-se, no entanto, levar em conta que cada jogador tem sua percepção da jogada e decide deslocar-se nesta ou naquela direção, ou manter-se parado, certo de que a bola chegará a seus pés. Nada disso se pode prever, daí resultando um alto índice de probabilidades, ou seja, de ocorrências imprevisíveis e que, portanto, escapam ao controle.

Tomemos, como exemplo, um lance que quase sempre implica perigo de gol: o tiro de canto. Não é à toa que, quando se cria essa situação, os jogadores da defesa se afligem em anular as possibilidades que têm os adversários de fazerem o gol. Sentem-se ao sabor do acaso, da imprevisibilidade. O time adversário desloca para a área do que sofre o tiro de canto seus jogadores mais altos e, por isso mesmo, treinados para cabecear para dentro do gol. Isto reduz o grau de imprevisibilidade por aumentar as possibilidades do time atacante de aproveitar em seu favor o tiro de canto e fazer o gol. Nessa mesma medida, crescem, para a defesa, as dificuldades de evitar o pior. Mas nada disso consegue eliminar o acaso, uma vez que o batedor do escanteio, por mais exímio que seja, não pode com precisão absoluta lançar a bola na cabeça de determinado jogador. Além do mais, a inquietação ali na área é grande, todos os jogadores se movimentam, uns tentando escapar à marcação, outros procurando marcá-los. Essa movimentação, multiplicada pelo número de jogadores que se movem, aumenta fantasticamente o grau de imprevisibilidade do que ocorrerá quando a bola for lançada. A que altura chegará ali? Qual jogador estará, naquele instante, em posição propícia para cabeceá-la, seja para dentro do gol, seja para longe dele? Não existe treinamento tático, posição privilegiada, nada que torne previsível o desfecho do tiro de canto. A bola pode cair ao alcance deste ou daquele jogador e, dependendo da sorte, será gol ou não.

Não quero dizer com isso que o resultado das partidas de futebol seja apenas fruto do acaso, mas a verdade é que, sem um pouco de sorte, neste campo, como em outros, não se vai muito longe; jogadores, técnicos e torcedores sabem disso, tanto que todos querem se livrar do chamado “pé frio”. Como não pretendo passar por supersticioso, evito aderir abertamente a essa tese, mas quando vejo, durante uma partida, meu time perder “gols feitos”, nasce-me o desagradável temor de que aquele não é um bom dia para nós e de que a derrota é certa.

Que eu, mero torcedor, pense assim, é compreensível, mas que dizer de técnicos de futebol que vivem de terço na mão e medalhas de santos sob a camisa e que, em face de cada lance decisivo, as puxam para fora, as beijam e murmuram orações? Isso para não falar nos que consultam pais-de-santo e pagam promessas a lemanjá. É como se dissessem: treino os jogadores, traço o esquema de jogo, armo jogadas, mas, independentemente disso, existem forças imponderáveis que só obedecem aos santos e pais-de-santo; são as forças do acaso.

Mas não se pode descartar o fator psicológico que, como se sabe, atua sobre os jogadores de qualquer esporte; tanto isso é certo que, hoje, entre os preparadores das equipes há sempre um psicólogo. De fato, se o jogador não estiver psicologicamente preparado para vencer, não dará o melhor de si.

Exemplifico essa crença na psicologia com a história de um técnico inglês que, num jogo decisivo da Copa da Europa, teve um de seus jogadores machucado. Não era um craque, mas sua perda desfalaria o time. O médico da equipe, depois de atender o jogador, disse ao técnico: “Ele já voltou a si do desmaio, mas não sabe quem é”. E o técnico: “Ótimo! Diga que ele é o Pelé e que volte para o campo imediatamente”.

(Ferreira Gullar. Jogos de azar. Em: Folha de S. Paulo, 24/06/2007.)

O autor defende a tese de que

- a) os técnicos de futebol são supersticiosos.
- b) o fator psicológico atua sobre os jogadores.
- c) o tiro de canto é uma jogada que aflige os jogadores do time que o sofre.
- d) o jogo de futebol está sujeito ao acaso, apesar da preparação dos jogadores.
- e) os resultados dos jogos de futebol são somente fruto do acaso.

RESOLUÇÃO

Analisando o texto, conseguimos identificar a temática do acaso. Como já vimos, é muito importante fazer boa delimitação. Quanto mais delimitado o tema, mais facilmente identificaremos seu propósito. Notemos que a temática do acaso se limita aos jogos, em especial aos jogos de futebol.

Toda a exposição de exemplos de lances numa partida de futebol e a descrição dos técnicos de futebol como supersticiosos deixam em evidência o objetivo central do texto: o acaso é fator decisivo numa partida de futebol, suplantando, em muitas situações, até mesmo, o preparo técnico e psicológico dos jogadores.

Analisemos cada uma das opções:

Letra A – ERRADO – Trata-se de um fato, e não uma opinião, serem muitos técnicos supersticiosos. Lembremos de que uma tese (opinião) está sujeita a contrapontos, diferentemente do fato. O autor não precisou argumentar para provar que muitos técnicos são assim. Bastou apenas descrevê-los como tais. Além disso, a superstição dos técnicos não é propriamente a tese, mas sim uma consequência advinda do fator de aleatoriedade presente nos jogos de futebol.

Letra B – ERRADO – Mais uma vez, não se trata de uma tese (opinião), mas de um fato. No trecho “Mas não se pode descartar o fator psicológico que, como se sabe, atua sobre os jogadores de qualquer esporte”, o emprego da expressão “como se sabe” atesta o caráter de fato.

Letra C – ERRADO – Trata-se apenas de um exemplo, que serve para a ilustrar a tese de que o acaso atua significativamente numa partida de futebol.

Letra D – CERTO – Como dito no texto, em certas situações, mesmo um time preparado tecnicamente e taticamente pode ser surpreendido pelo acaso.

Letra E – ERRADO – O autor não considera o acaso o único fator determinante de um resultado. Isso fica bem claro no seguinte trecho: Não quero dizer com isso que o resultado das partidas de futebol seja apenas fruto do acaso. O que o autor defende é a impossibilidade de eliminar o acaso das partidas de futebol, por mais que haja preparo técnico e tático.

Resposta: Letra D

Identifique as INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

O maior desafio da análise textual está na identificação das informações presentes no texto. Não apenas as explícitas, mas principalmente as implícitas. Veja bem, não são informações invisíveis, ok? De jeito nenhum! São informações implícitas, escondidas, mas que podem ser identificadas a partir de algumas pistas deixadas no texto. Como assim, professor?

Observe a seguinte frase:

Fiz faculdade, mas aprendi alguma coisa.

Professor, mas que frase esquisita! Estranha!

De fato, o emprego da conjunção adversativa nos gera uma sensação de estranheza, levando-nos num primeiro impulso a concluir que a frase não tem coerência. Mas calma! Analisemos com mais atenção, por favor!

Primeiramente, identifiquemos as informações explícitas, ou seja, aquelas que estão visíveis. Nessa etapa, não é preciso interpretar, mas apenas ler o que lá no texto está escrito. Há duas informações que já podemos extrair: a primeira é que “Eu fiz faculdade.”; a segunda é que “Eu aprendi alguma coisa.”

Agora vamos em busca dos implícitos, ok? O que no texto vai nos fornecer a pista, o rastro, para que sejamos capazes de “descortinar” a informação implícita? Ora, investiguemos justamente a conjunção “mas”, que tanto nos causou estranheza! Sabemos que o “mas” é adversativo. O que isso significa? Que esse conector estabelece uma relação de oposição entre as ideias que ele conecta. Isso significa que o autor da frase opõe “fazer faculdade” a “aprender algo”. É como se esses dois fatos não combinassem.

Será que já somos capazes de decifrar o implícito?

Faz sentido atestar que essa frase é uma crítica velada (implícita) ao ensino superior? Seria coerente afirmar que, segundo o autor, não se aprende muito nas faculdades? Que seria algo tão atípico (incomum) que ele, por ter feito faculdade e aprendido algo, é uma exceção à regra?

Sim, são as respostas!

A essa habilidade de identificar implícitos, que considero o pilar de sustentação da interpretação, damos o nome de **INFERÊNCIA** ou **DEPREENSÃO**.

INFERIR OU DEPREENDER é deduzir a partir dos implícitos.

Vamos praticar? Veja o exercício a seguir:

QUESTÃO - Analise as frases extraídas de anúncios e assinale a opção cuja inferência é válida:

a) Revista XYZ: uma revista tão boa que as notícias nem precisam ser ruins.”

Inferência: O leitor lê a revista XYZ porque a revista não traz notícias ruins.

b) “Não acredito que você errou essa questão, Fulano!”

Inferência: A questão que Fulano errou era difícil.

c) “Ele era um garoto ajuizado, apesar de jovem.”

Inferência: O autor da frase alega que o jovem geralmente não tem juízo.

d) “Ele foi o único aluno que acertou a questão difícil da prova.”

Inferência: Grande parte dos alunos acertaram a questão difícil da prova.

e) “Não resolvemos as questões que eram difíceis.”

Inferência: Não havia questões de nível fácil ou mediano na prova.

RESOLUÇÃO:

Letra A – ERRADO – O anúncio dá a entender que o público geralmente considera boas as revistas que trazem notícias ruins – desastres, denúncias, sofrimento, etc. No caso da revista XYZ, ela apresenta tantas outras qualidades, que não precisa trazer notícias ruins. Sendo assim, o leitor lê a revista XYZ, porque ela apresenta outras qualidades.

Letra B – ERRADO – Não necessariamente a questão que Fulano errou era difícil. Simplesmente se esperava que Fulano acertasse a questão, ou por ser fácil ou por ser difícil. O fato é que se julgava Fulano como apto a acertá-la, o que não ocorreu.

Letra C – CERTO – Pode não ter sido a intenção, mas foi isso que o autor da frase disse. Ao estabelecer a relação de sentido pelo conector “embora”, dá a entender que não é comum um jovem ser ajuizado, pois “ser ajuizado” e “jovem” são contrastantes.

Letra D – ERRADO – Ora, se ele foi o único, logo somente ele acertou, e não grande parte da turma.

Letra E – ERRADO – Observe que a oração “que eram difíceis” é adjetiva restritiva, dando a entender que nem todas as questões da prova eram difíceis, apenas algumas. Sendo assim, é possível afirmar que algumas questões ou eram fáceis ou eram medianas.

Resposta: Letra C

Converta a LINGUAGEM CONOTATIVA EM DENOTATIVA.

Muitas vezes, o texto não diz de forma direta o quer dizer!

Expressar-se de forma direta é empregar uma linguagem predominantemente denotativa. E o que seria a denotação? Trata-se do sentido literal, ou seja, o sentido dicionário dos termos e expressões.

Mas imagine se a todo momento nos expressássemos de forma literal? O mundo seria muito chato, não concorda? Por isso, costumamos empregar uma linguagem, muitas vezes, conotativa. E o que seria a conotação? Trata-se do sentido figurado, ou seja, o sentido que vai além do literal.

Não é difícil perceber o emprego da linguagem conotativa. Quando você me diz que “está morrendo de estudar”, é claro que não posso imaginar que o estudo esteja levando você a um risco de óbito! Devo entender aí um sentido figurado, atestando que você está estudando muito, certo?

Vamos a um exemplo mais elaborado. Leia o seguinte fragmento e me diga o que exatamente você entendeu, ok?

Se você quer construir um navio, não peça as pessoas que consigam madeira, não dê a elas tarefas e trabalhos. Fale, antes, a elas, longamente, sobre a grandeza e a imensidão do mar. (Saint-Exupéry)

Vem cá, a menção ao navio, à madeira, ao mar, pode ser levada ao pé da letra? É isso mesmo? Será que o ditado acima reproduzido não nos quer dizer algo a mais? Olhe bem, para que falar sobre a grandeza e imensidão do mar? E longamente. Qual o propósito? Professor, eu penso que, se a pessoa se conscientiza do desafio que é navegar por um mar imenso e misterioso, ela se sente bem mais motivada e inspirada a construir suas embarcações. Seria isso? Vamos mais a fundo e resuma com uma única palavra o que esse ditado quer nos dizer. Deixe-me ajuda-lo. A palavra que buscamos é ... **MOTIVAÇÃO**.

Vamos traduzir da linguagem conotativa para a denotativa? Fica assim: ***primeiro devemos motivar as pessoas para o trabalho, e não simplesmente passar tarefas sem um propósito bem claro para quem vai as executar.***

Uma maneira excelente de se treinar a habilidade de conversão da linguagem conotativa em denotativa é traduzir alguns dos ditados populares, alguns mais conhecidos, outros nem tanto.

Vejamos:

Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

= A persistência leva à superação dos obstáculos.

Antes de se matar a onça não se faz negócio com o couro.

= O indivíduo não deve tomar decisões baseadas na pressuposição daquilo que ainda não ocorreu.

Vamos ver mais um exemplo?

“E agora, José?”

Há versos célebres que se transmitem através das idades do homem, como roteiros, bandeiras, cartas de marear, sinais de trânsito, bússolas – ou segredos. Este, que veio ao mundo muito depois de mim, pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, acompanha-me desde que nasci, (...)

Considero privilégio meu dispor deste verso, porque me chamo José e muitas vezes na vida me tenho interrogado: “E agora?” Foram aquelas horas em que o mundo escureceu, em que o desânimo se fez muralha, fosso de víboras, em que as mãos ficaram vazias e atônitas. “E agora, José?” Grande, porém, é o poder da poesia para que aconteça, como juro que acontece, que esta pergunta simples aja como um tônico, um golpe de espora, e não seja, como poderia ser, tentação, o começo da interminável ladainha que é a piedade por nós próprios.

Em todo o caso, há situações de tal modo absurdas (ou que o pareceriam vinte e quatro horas antes), que não se pode censurar a ninguém um instante de desconforto total, um segundo em que tudo dentro de nós pede socorro, ainda que saibamos que logo a seguir a mola pisada, violentada, se vai distender vibrante e verticalmente armar. Nesse momento veloz tocara-se o fundo do poço.

SARAMAGO, José. In: _____. A bagagem do viajante. São Paulo: Companhia das Letras

COMENTÁRIOS

O autor usa uma linguagem figurada carregada de significados. A “mola pisada, violentada” faz menção a situações de desalento, desesperança, que, no entanto, são passageiras. Tanto o são que, passados os momentos de tensão, “a mola se distende vibrante”, dando a entender que a situação de desespero cede lugar à sensação de esperança e satisfação. Resumidamente, faz-se menção ao caráter passageiro das adversidades. A expressão “Em todo o caso” relativiza (atenua) o conteúdo do parágrafo anterior, ao afirmar que nem sempre a motivação será uma resposta possível a situações adversas. Há situações em que se toca o “fundo do poço”, resultando numa sensação de desconforto total. Dessa forma, nesses casos, a desesperança é praticamente inevitável.

Identifique OS RECURSOS E AS ESTRATÉGIAS empregados.

Identificado o tema e o propósito principal do texto lido, é preciso detalhar como se chegou a esse resultado, reconhecendo os recursos e as estratégias nele empregados pelo autor. Esse caminho também pode ser invertido. Como assim? Em alguns textos, é mais fácil identificar os recursos e estratégias empregados e, assim, identificar seu tema e objetivos. Fique tranquilo! Trabalharemos exemplos a seguir que ilustrarão essa técnica.

Para cada tipo de texto, assim como para cada propósito, há recursos mais ou menos pertinentes. Por exemplo, se se trata de um texto de caráter jornalístico, cujo objetivo principal é informar da forma mais clara possível, com certeza o emprego de metáforas não é nem um pouco apropriado; seria bem mais adequado o emprego da linguagem denotativa para se cumprir esse propósito. Se se trata de um texto de caráter literário, cujo objetivo é enfatizar um lirismo (sentimento), o emprego da denotação não é nem um pouco bem-vindo (costuma-se dizer que “a denotação é a morte do texto literário”); seria bem mais adequado o emprego das metáforas e outras figuras de linguagem.

Não há, contudo, um gabarito já pré-formatado. Não é possível, de antemão, apenas pela identificação do tipo de texto e do seu objetivo principal, já identificar o recurso ou estratégia empregada no texto. Lembre-se de que a criatividade humana não possui teto. Muitas vezes, entra em cena a originalidade, que dá ao texto um caráter singular ou, até mesmo, inesperado. Quer um exemplo?

Com o declínio da velha lavoura e a quase concomitante ascensão dos centros urbanos, precipitada grandemente pela vinda, em 1808, da Corte Portuguesa e depois pela Independência, os senhorios rurais principiam a perder muito de sua posição privilegiada e singular. Outras ocupações reclamam agora igual eminência, ocupações nitidamente citadinas, como a atividade política, a burocracia, as profissões liberais.

É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber, em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atributos específicos de sua primitiva condição.

Não parece absurdo relacionar a tal circunstância um traço constante de nossa vida social: a posição suprema que nela detêm, de ordinário, certas qualidades de imaginação e “inteligência”, em prejuízo das manifestações do espírito prático ou positivo. O prestígio universal do “talento”, com o timbre particular que recebe essa palavra nas regiões, sobretudo, onde deixou vinco mais forte a lavoura colonial e escravocrata, como o são eminentemente as do Nordeste do Brasil, provém sem dúvida do maior decoro que parece conferir a qualquer indivíduo o simples exercício da inteligência, em contraste com as atividades que requerem algum esforço físico.

O trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo, – a verdade é que, embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais – mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. E que para bem corresponder ao papel que, mesmo sem o saber, lhe conferimos, inteligência há de ser ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e de ação.

Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza. Aliás, o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços, tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres, de onde, segundo parece, o nome de liberais dado a determinadas artes, em oposição às mecânicas que pertencem às classes servis.

(Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984, p. 50-51)

No texto, há predominância do tom

- a) saudosista.
- b) crítico.
- c) sarcástico.
- d) cômico.
- e) revoltado.

RESOLUÇÃO

Há no texto uma caracterização daquilo a que costumamos chamar de “inteligência”, bem como uma tentativa do autor de explicar o seu significado sob o ponto de vista da História. Segundo o texto, a súbita transição da vida rural para a urbana, com a substituição das atividades na lavoura pelas atividades ditas liberais, fez surgir um conceito de inteligência associado ao exercício de atividades que não demandassem esforço físico.

Não se tratava, portanto, de valorizar o intelecto, mas sim de distinguir aqueles praticantes de atividades braçais dos afortunados praticantes de atividades nobres.

Isso fica bem claro no seguinte trecho: “*O trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo, – a verdade é que, embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais – mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara.*”

Há, dessa forma, uma crítica à sociedade brasileira e às suas tradições. Fala-se da divisão de classes e da utilização da “inteligência” não como marca de conhecimento, mas sim como mera distinção ou titulação social.

Não manifesta o autor saudosismo (*saudade*) tampouco revolta.

Muito menos trata o assunto de forma cômica (*engraçada*).

Alguns poderiam atestar que o texto apresenta trechos irônicos, como de fato expressa. Mas seria errado afirmar que o texto é sarcástico, pois este implica um sentimento de regozijo (*prazer*) com o sofrimento ou tormento alheio, o que não é o caso.

Resposta: Letra B

IMPORTANTE!

Ser irônico é simplesmente falar uma coisa para significar outra. O texto, ao citar “inteligência” – note seu uso entre aspas -, deixa claro que não fala do seu sentido estrito, original, associado a conhecimento. Diz, portanto, uma coisa para significar outra.

Ser sarcástico é se regozijar (*se satisfazer*) com o sofrimento ou tormento alheio. É o chamado “humor negro”. No popular é “rir das desgraças”! Não é o caso do texto, cujo teor é crítico, com passagens irônicas, mas que não chegam a ser sarcásticas.

A BOA MORTE

Aparentemente ninguém deu muita bola para a proposta, feita pela comissão de juristas que revê o Código Penal, de descriminalizar certos tipos de eutanásia. Esse, entretanto, é um assunto importantíssimo e que tende a ficar cada vez mais premente, à medida que a população envelhece e a medicina amplia seu arsenal terapêutico.

Desligar as máquinas que mantêm um paciente vivo pode ser descrito como um caso de homicídio, ainda que com o objetivo nobre de evitar sofrimento, ou como uma recusa em prosseguir com tratamento fútil, o que é perfeitamente legal.

Como sempre, acho que cabe a cada qual fazer suas próprias escolhas. Mas, já que nem sempre sabemos o que é melhor, convém dar uma espiadela em como pensam aqueles que, de fato, entendem do assunto.

Num artigo que está movimentando a blogosfera sanitária e já foi reproduzido no “Wall Street Journal” e no “Guardian”, o doutor Ken Murray sustenta que, embora os médicos apliquem todo tipo de manobra heroica para prolongar a vida de seus pacientes, quando se trata de suas próprias vidas e das de seus entes queridos, eles são bem mais comedidos.

Como estão familiarizados com o sofrimento e os desfechos das medidas extremas, querem estar seguros de que, quando a sua hora vier, ninguém vai tentar reanimá-los nem levá-los a uma UTI para entubá-los e espetá-los com cateteres. Murray diz que um de seus colegas chegou a tatuar o termo “no code” (sem ressuscitação) no próprio corpo.

A pergunta que fica, então, é: se não são sádicos, por que os médicos fazem aos outros o que não desejam para si mesmos? E a resposta de Murray é que ocorre uma perversa combinação de variáveis emocionais, econômicas, mal-entendidos linguísticos, além, é claro, da própria lógica do sistema. Em geral, para o médico é muito mais fácil e seguro apostar no tratamento, mesmo que ele se estenda para muito além do razoável.

(Hélio Schwartzman - Folha de São Paulo, 18/03/2012)

No artigo de Hélio Schwartzman, levanta-se o debate acerca da eutanásia e do impasse ético que a permeia. A principal estratégia argumentativa empregada pelo jornalista visando a destacar a necessidade de uma maior discussão sobre o problema consiste em:

- a) evidenciar a insegurança com o tema de parcela da classe médica.
- b) exemplificar um comportamento incoerente de parcela da classe médica.
- c) denunciar os interesses econômicos escusos no sistema de saúde vigente.
- d) denunciar o comportamento incoerente e sádico dos juristas favoráveis à eutanásia.
- e) criticar a intransigência de familiares de pacientes em estado terminal.

RESOLUÇÃO

A letra A está errada, pois parcela da classe médica é criticada não pela insegurança, mas pela incoerência das ações. Recomendam-se para pacientes tratamentos que os médicos não recomendariam nem para si nem para seus familiares.

A letra C está errada, pois, apesar de ser possível inferir o interesse econômico na continuidade de tratamentos ineficazes, não é este o principal argumento que norteia o texto do autor. O destaque da argumentação está no comportamento incoerente dos médicos.

A letra D está errada, pois a crítica não é dirigida aos juristas, e sim às pessoas que pouco deram atenção às propostas que visavam a descriminalizar certos tipos de eutanásia.

A letra E está errada, pois não são os familiares os alvos de crítica, e sim parcela da classe médica que recomenda a pacientes tratamentos que os próprios médicos não indicariam para si e para parentes.

Por essas razões, a resposta é a letra B.

Resposta: Letra B

Tente PARAFRASEAR o texto de forma resumida.

Depois analisar os pontos principais envolvidos na Interpretação de Textos, é interessante que, daqui para frente, otimizemos nossa leitura, de modo a criar fluência em textos de diversos tipos e gêneros. Uma técnica interessante consiste em PARAFRASEAR de forma sucinta o texto ao final de sua leitura.

Professor, o que significa parafrasear? Parafrasear é reproduzir o conteúdo original empregando suas próprias palavras. Meus amigos, eu só me convenço de que entendi um texto quando eu consigo reproduzir com as minhas próprias palavras o que foi dito pelo autor.

Tente fazer isso, não na forma escrita obviamente, pois tomará muito tempo seu, mas na forma oral e mental, para você mesmo, entende? A técnica da paráfrase de forma resumida é muito eficiente, pois mostra que você foi capaz de identificar as principais informações presentes no texto.

O que necessariamente deve estar presente em seu resumo?

i) o tema principal (vide o item 1.1);

ii) a intenção principal (vide o item 1.2);

iii) os fatos, os dados ou os argumentos principais (vide o item 1.5);

iv) a conclusão, se houver

Vejamos um exemplo de como isso pode ser feito. Leia o texto a seguir, por favor! Vamos lá, moçada, sem preguiça! Está cansado? Então para um pouco e depois continua, meu amigo! Vamos lá, tenhamos persistência!

Você está conectado?

Alguns anos atrás, a palavra "conectividade" dormia em paz, em desuso, nos dicionários, lembrando vagamente algo como ligação, conexão. Agora, na era da informática e de todas as mídias, a palavra pulou para dentro da cena e ninguém mais admite viver sem estar conectado. Desconfio que seja este o paradigma dominante dos últimos e dos próximos anos, em nossa aldeia global: o primado das conexões.

No ônibus de viagem, de que me valho regularmente, sou quase uma ilha em meio às mais variadas conexões: do vizinho da direita vaza a chiadeira de um fone de ouvido bastante ineficaz; do rapazinho à esquerda chega a viva conversa que mantém há quinze minutos com a mãe, pelo celular; logo à frente um senhor desliza os dedos no laptop no colo, e se eu erguer um pouquinho os olhos dou com o vídeo – um filme de ação – que passa nos quatro monitores estrategicamente posicionados no ônibus. Celulares tocam e são atendidos regularmente, as falas se cruzam, e eu nunca mais consigo me distrair com o lento e mudo crepúsculo, na janela do ônibus.

Não senhor, não são inocentes e efêmeros hábitos modernos: a conectividade irrestrita veio para ficar e conduzir a humanidade a não sabemos qual destino. As crianças e os jovens nem conseguem imaginar um mundo que não seja movido pela fusão das mídias e surgimento de novos suportes digitais. Tanta movimentação faz crer que, enfim, os homens estreitaram de vez os laços da comunicação.

Que nada. Olhe bem para o conectado ao seu lado. Fixe-se nele sem receio, ele nem reparará que está sendo observado. Está absorto em sua conexão, no paraíso artificial onde o som e a imagem valem por si mesmos, linguagens prontas em que mergulha para uma travessia solitária. A conectividade é, de longe, o maior disfarce que a solidão humana encontrou. É disfarce tão eficaz que os próprios disfarçados não se reconhecem como tais. Emitimos e

cruzamos frenéticos sinais de vida por todo o planeta: seria esse, Dr. Freud, o sintoma maior de nossas carências permanentes?

(Coriolano Vidal, inédito)

Será que eu entendi corretamente o texto? Vamos conferir! Respondamos às perguntas:

i) Qual o tema principal?

Resposta: *O texto fala sobre a conectividade, palavra que adquiriu um significado mais amplo nos dias atuais, associada à comunicação irrestrita.*

ii) Qual a intenção principal do texto?

Resposta: *Evidenciar a contradição entre o fato de estarmos mais conectados do que nunca e de, mesmo assim, sentirmo-nos sós.*

iii) Quais os fatos, os dados ou os argumentos principais presentes no texto?

Resposta: *O autor cita exemplos do dia a dia, como numa viagem de ônibus, em que praticamente todos os passageiros estão fazendo uso de algum equipamento eletroeletrônico, concentrados num mundo virtual com regras e linguagens próprias.*

iv) Qual a conclusão?

Resposta: *A conectividade é um eficiente disfarce utilizado pela solidão humana.*

Eis o nosso resumo:

O texto fala sobre a conectividade, palavra que adquiriu um significado mais amplo nos dias atuais, associada à comunicação irrestrita. Sua principal intenção é evidenciar a contradição entre o fato de estarmos mais conectados do que nunca e de, mesmo assim, sentirmo-nos sós. O autor cita exemplos do dia a dia, como numa viagem de ônibus, em que praticamente todos os passageiros estão fazendo uso de algum equipamento eletroeletrônico, concentrados num mundo virtual com regras e linguagens próprias. A conectividade é, portanto, um eficiente disfarce da solidão humana.

Tome cuidado com os **DISTRADORES!**

Moçada, ao resolver uma questão de Interpretação de Textos, vocês já devem ter se deparado com a seguinte situação: *de cinco opções, uma já se elimina com facilidade, pois é absurda; outras duas se eliminam com um pouco mais de esforço; mas duas restam e é quase imperceptível identificar o erro presente em uma ou outra.*

"Professor, é exatamente isso que ocorre! E sabe o que é de lascar? Entre as duas que sobram, eu sempre assinalo no gabarito a errada. Já aconteceu até de marcar a correta, mas, na hora de passar para o gabarito, eu mudei de ideia e assinalo a errada. Que ódio!!!"

Calma, jovem! Essa dúvida não se dá por acaso. Ao elaborar uma questão, denominada tecnicamente de item de avaliação, as bancas examinadoras procuram inserir os chamados **distratores**. *E o que seriam esses distratores, professor?* Note que há uma correspondência com "distração", você percebeu?

Os distratores são, assim, pequenos acréscimos que tornam o item errado. Quanto mais explícitos os distratores, mais fácil fica perceber que o item está falso. São aquelas opções que já eliminamos "de primeira", pois são absurdas. No entanto, quando os distratores são muito discretos, fica difícil perceber que o item está falso e isso gera os malditos erros nas questões de que você e eu tanto temos raiva.

Um exercício muito salutar consiste em, numa questão de Interpretação, não só se convencer da validade da opção que é gabarito, mas também se convencer por que as demais não podem ser nossa resposta. Claro que, no dia da sua prova, sua análise precisa ser mais objetiva, mas, nesta fase de treinamento em que nos encontramos, considero importante "forçar" um pouco! Responder por que tal letra está correta e as demais estão falsas fará você calibrar sua atenção no sentido de identificar mais facilmente os distratores. Sua fluência na leitura e seu grau de acerto nas questões tende a subir significativamente!

Vamos ver isso na prática?

Conheço inúmeras pessoas que mentem, inventando origens fidalgas. Para falar a verdade, mente-se por qualquer motivo: as pessoas ficam com vergonha quando estão doentes e dizem que estão ótimas; comentam que a amiga está bem vestida, quando acham um horror; elogiam alguém que emagreceu, para comentar nas costas que continua gordíssima. Eu mesmo minto: digo que vou viajar para fugir de um almoço; reclamo que não me sinto bem e fujo de um compromisso; finjo para mim mesmo que no próximo mês começo um regime e perderei a barriga. Faço promessas para depois da novela. Para um amigo, prometo visitá-lo em Los Angeles. Outro em San Francisco. Marquei uma viagem à Rússia com um grupo, só falta "definir a data". Ao meu editor, digo que escreverei um livro. Combino de montar um grupo de cozinha gourmet. E deixo tudo para depois, quem sabe? Ultimamente, tento parar com isso. Se me convidam, digo que não posso. Se vou a uma peça de teatro e não gosto, digo isso mesmo, que não gostei. Sempre dá errado, a pessoa preferia uma mentira. A franqueza, descobri, é muito malvista. Até considerada falta de educação.

CARRASCO, Walcyr. In: <http://epoca.globo.com/colunas-blogs/walcycrarrasco/noticia/2013/10/mentem-bcomo-respiramb.html> (acesso em 15/12/2013).

QUESTÃO 01 - Com base no texto, é possível afirmar que a mentira, para o autor, é uma atitude muito comum no convívio social.

() CERTO () ERRADO

QUESTÃO 02 - O autor desse texto considera a mentira algo imprescindível para a vida em sociedade.

() CERTO () ERRADO

QUESTÃO 03 - Com base no trecho "Ultimamente, tento parar com isso", infere-se que a honestidade do escritor revela a sua disposição firme de expressar-se com mais sinceridade.

() CERTO () ERRADO

QUESTÃO 04 - O autor assume que é mentiroso, contudo mostra-se desejoso de mudar essa condição.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Você deve ter sentido facilidade nos itens 01 e 04. Os distratores neles presentes são muito frágeis, o que torna fácil a avaliação dos itens.

O texto, logo no seu início, afirma que "Para falar a verdade, mente-se por qualquer motivo...", o que dá a entender que a mentira é algo comum no convívio social. Os exemplos enumerados de desculpas mentirosas reforçam essa afirmação, o que torna o **item 01 CERTO!**

Já os trechos "Eu mesmo minto" e "Ultimamente tento parar com isso!" evidenciam que o autor se reconhece como mentiroso, mas se mostra disposto a parar de mentir, o que torna o **item 04 CERTO!**

Já os itens 02 e 03 são mais sutis!

No item 02, afirma-se que, segundo o autor, a mentira é algo imprescindível para a vida em sociedade. Aqui é necessário atentar para o significado da palavra "imprescindível", resultado da união do prefixo de negação "im-" com o adjetivo "prescindível". Esse adjetivo deriva do verbo "prescindir", que significa "dispensar", "abrir mão". Dessa forma, algo "imprescindível" pode ser traduzido como "indispensável".

Mas calma lá! O autor está tentando parar de mentir, correto? Ora, se ele está tentando parar de mentir, é porque ele acredita que seja possível viver sem mentir, correto? Ora, se ele acredita poder viver sem mentir, ele crê que a mentira seja algo dispensável, prescindível, correto? Isso torna, portanto, o **item 02 ERRADO**. Note que o distrator é bem sutil! O item está ERRADO por culpa exclusivamente do prefixo de negação "IM-". A ausência deste tornaria CERTO o item!

Já no item 03, o distrator é mais discreto ainda! O item afirma que o autor se mostra disposto a se expressar com "mais sinceridade". Ora, se a intenção é ser mais sincero, pressupõe-se que ele já seja sincero, correto? Se uma pessoa quer ser mais habilidosa, pressupõe-se que ela já seja habilidosa, não é verdade? Mas, segundo o próprio

autor, ele era sincero? Ele mesmo disse “Eu mesmo minto.”. O autor não está buscando ser mais sincero, pois ele não o era. Ele está, na verdade, é buscando ser sincero! Isso torna, portanto, o **item 03 ERRADO**. Note que o distrator é muuuuito sutil! O item está ERRADO por culpa exclusivamente do advérbio “MAIS”. A ausência deste tornaria CERTO o item!

Vamos para mais um exemplo?

“Não pensar mais em si”

Seria necessário refletir sobre isso seriamente: por que saltamos à água para socorrer alguém que está se afogando, embora não tenhamos por ele qualquer simpatia particular? Por compaixão: só pensamos no próximo – responde o irrefletido. Por que sentimos a dor e o mal-estar daquele que cospe sangue, embora na realidade não lhe queiramos bem? Por compaixão: nesse momento não pensamos mais em nós – responde o mesmo irrefletido.

A verdade é que na compaixão – quero dizer, no que costumamos chamar erradamente compaixão – não pensamos certamente em nós de modo consciente, mas inconscientemente pensamos e pensamos muito, da mesma maneira que, quando escorregamos, executamos inconscientemente os movimentos contrários que restabelecem o equilíbrio, pondo nisso todo o nosso bom senso.

O acidente do outro nos toca e faria sentir nossa impotência, talvez nossa covardia, se não o socorrêssemos. Ou então traz consigo mesmo uma diminuição de nossa honra perante os outros ou diante de nós mesmos. Ou ainda vemos nos acidentes e no sofrimento dos outros um aviso do perigo que também nos espia; mesmo que fosse como simples indício da incerteza e da fragilidade humanas que pode produzir em nós um efeito penoso.

Rechaçamos esse tipo de miséria e de ofensa e respondemos com um ato de compaixão que pode encerrar uma sutil defesa ou até uma vingança. Podemos imaginar que no fundo é em nós que pensamos, considerando a decisão que tomamos em todos os casos em que podemos evitar o espetáculo daqueles que sofrem, gemem e estão na miséria: decidimos não deixar de evitar, sempre que podemos vir a desempenhar o papel de homens fortes e salvadores, certos da aprovação, sempre que queremos experimentar o inverso de nossa felicidade ou mesmo quando esperamos nos divertir com nosso aborrecimento. Fazemos confusão ao chamar compaixão ao sofrimento que nos causa um tal espetáculo e que pode ser de natureza muito variada, pois em todos os casos é um sofrimento de que está isento aquele que sofre diante de nós: diz-nos respeito a nós tal como o dele diz respeito a ele. Ora, só nos libertamos desse sofrimento pessoal quando nos entregamos a atos de compaixão. [...]

QUESTÃO 01 - Sobre as ideias apresentadas no texto lido, é correto afirmar:

- a) O conceito de “compaixão” apresentado pelo autor do texto ratifica a definição empregada costumeiramente pelo público em geral.
- b) O autor defende a ideia de que o sentimento de compaixão é condicionado à vontade do indivíduo em se portar de forma altruísta.

c) O ato de compaixão, na visão do autor do texto, tem natureza involuntária, sendo, muitas vezes, uma espécie de resposta à vulnerabilidade a que estamos naturalmente sujeitos.

d) A prática dos atos de compaixão, de acordo com o autor do texto, é prescindível para que nos libertemos do sentimento que é presenciar os variados tipos de sofrimento alheio.

e) A entrega aos atos de compaixão, de acordo com o autor, significa a predominância do sentimento altruísta, sintetizado no título do texto “Não pensar em si”.

RESOLUÇÃO

Letra A – ERRADO – O conceito de “compaixão” tomado pelo público é o associado à solidariedade e ao altruísmo. Isso fica claro nas duas respostas apresentadas no primeiro parágrafo: “Por compaixão: só pensamos no próximo” e “Por compaixão: nesse momento não pensamos mais em nós”.

Esse conceito, no entanto, é contrariado pelo autor do texto, que associa à compaixão um sentimento inconsciente de se pensar muito em si, como um ato reflexo que tenta estabelecer o equilíbrio do corpo quando se escorrega. A discordância do autor fica bem clara em “quero dizer, no que costumamos chamar erradamente compaixão”.

O **DISTRATOR** presente na Letra A, portanto, está no emprego do parônimo “ratificar”, que significa “confirmar”. É ele o responsável por tornar o item ERRADO.

Letra B – ERRADO – O autor entende que a compaixão é um ato involuntário, ou seja, não está condicionado à vontade, mas sim a uma reação instintiva que impede que deixemos os outros sofrerem por acreditarmos que nossa inação seja uma desonra, uma prova de impotência ou um sinal de que o perigo também nos ronda.

O **DISTRATOR** presente na Letra B, portanto, está no emprego do particípio “condicionado”. Na verdade, os atos de compaixão se apresentam incondicionados pela vontade do indivíduo.

Letra C – CERTO – De fato, o autor compara os gestos de compaixão às reações instintivas do nosso corpo que tentam restabelecer o equilíbrio quando escorregamos. E uma das justificativas para essa decisão inconsciente é que temos medo de ser atingidos pelos mesmos perigos que fazem um semelhante sofrer, evidenciando, assim, nossa fraqueza e vulnerabilidade.

Essa ideia pode facilmente ser percebida no seguinte trecho: “Ou ainda vemos nos acidentes e no sofrimento dos outros um aviso do perigo que também nos espia; mesmo que fosse como simples indício da incerteza e da fragilidade humanas que pode produzir em nós um efeito penoso.”.

Letra D – ERRADO – Observemos o trecho: “Ora, só nos libertamos desse sofrimento pessoal quando nos entregamos a atos de compaixão.”. A presença do advérbio “só” (= somente) indica que a prática de atos de compaixão é indispensável para que nos libertemos desse sofrimento. Dessa forma, nunca nos libertaremos desse sofrimento se não nos entregarmos aos atos de compaixão, provando, assim, que a compaixão é imprescindível.

O **DISTRATOR** presente na Letra D, portanto, está no emprego do adjetivo “prescindível”.

Letra E – ERRADO – De acordo com o autor do texto, quando nos entregamos a atos de compaixão, estamos na verdade pensando em nós mesmos, o que torna equivocada a afirmação de que o altruísmo predomina sobre o “pensar em si”. Isso fica bem claro no seguinte trecho: “Podemos imaginar que no fundo é em nós que pensamos, considerando a decisão que tomamos em todos os casos em que podemos evitar o espetáculo daqueles que sofrem, gemem e estão na miséria”.

O DISTRATOR presente na Letra E, portanto, está no emprego do substantivo “predominância”.

Resposta: Letra C

QUESTÃO 02 - O objetivo principal do texto é

- a) incentivar a prática voluntariosa de atos de compaixão, visando à busca do bem-estar predominantemente coletivo.
- b) criticar o excesso de individualismo que muitas vezes impede a prática de atos de compaixão.
- c) simbolizar no sofrimento alheio a prova incontestada de nossa fragilidade e vulnerabilidade como seres humanos.
- d) apontar o pensar em si como componente de destaque presente nas tomadas de decisão que resultam em atos de compaixão.
- e) relativizar a necessidade de afinidade com a pessoa que sofre como requisito para a prática de atos de compaixão.

RESOLUÇÃO

O **DISTRATOR**, muitas vezes, já vem no próprio enunciado. Quando a questão pergunta o “objetivo principal”, perceba que algumas opções tentarão induzir você a considerar uma informação secundária como principal. Tome cuidado!

Letra A – ERRADO – Primeiramente, a mensagem do texto não é de incentivo, mas de esclarecimento. Visa o autor do texto provar a tese de que a prática de atos de compaixão é estimulada inconscientemente por decisões individuais, baseadas no “pensar em si”. Com a prática dos atos de compaixão, busca-se não um bem-estar coletivo, mas um bem-estar individual, que resulta da libertação do sentimento de sofrimento pessoal quando nos deparamos com uma dor alheia.

Letra B – ERRADO – Não se critica o individualismo no texto. Na verdade, afirma-se que são as decisões inconscientes que buscam um bem-estar individual que levam à prática de atos de compaixão. O individualismo não seria, portanto, um impeditivo, pois a compaixão é resultado de atos involuntários, que ocorrem de forma automática, como atos reflexos que tentam reequilibrar o corpo quando este escorrega.

Letra C – ERRADO – De fato, o sofrimento alheio desperta a noção de nossa fragilidade e vulnerabilidade. Isso fica bem claro no trecho: “Ou ainda vemos nos acidentes e no sofrimento dos outros um aviso do perigo que também nos espia; mesmo que fosse como simples indício da incerteza e da fragilidade humanas que pode produzir em nós um efeito penoso.”. No entanto, essa é uma das justificativas que estimulam a prática de atos de compaixão, não a única. Portanto, o objetivo principal do texto não pode ser reduzido à ideia de que o sofrimento dos outros é sinal da nossa fraqueza.

O objetivo é mostrar que motivações individuais inconscientes, e não o simples “pensar no outro”, desencadeiam atos de compaixão.

Letra D – CERTO – O autor desconstrói a ideia original de que os atos de compaixão são motivados pelo pensar no outro, e não mais em si. De forma inconsciente, ao se praticar um ato de compaixão, está-se pensando muito em si.

Letra E – ERRADO – As duas perguntas formuladas no 1º parágrafo, de certa forma, atenuam (relativizam) a necessidade de afinidade para que pratiquemos atos de compaixão. O ato de solidariedade diante do sofrimento alheio independe, pois, da boa relação entre os indivíduos. No entanto, não é esse o foco central do texto. Trata-se apenas de um exemplo, que ilustra a tese de que a prática dos atos de compaixão é motivada inconscientemente pelo “pensar em si”.

Resposta: Letra D



Questões comentadas pelo professor

Texto para as questões 01 a 04

Não há dúvida de que a televisão apresenta ao público uma visão distorcida de como a ciência forense é conduzida e sobre o que ela é capaz, ou não, de realizar. Os atores que interpretam a equipe de investigação, por exemplo, são uma mistura de policial, detetive e cientista forense — esse perfil profissional não existe na vida real. Toda profissão, individualmente, já é complexa o bastante e demanda educação, treinamento e métodos próprios. A especialização dentro dos laboratórios tornou-se uma norma desde o final da década de 80 do século passado. O cientista forense precisa conhecer os recursos das outras subdisciplinas, mas ninguém é especialista em todas as áreas da investigação criminal. Além disso, os laboratórios frequentemente não realizam todos os tipos de análise devido ao custo, à insuficiência de recursos ou à pouca procura.

As séries da TV retratam incorretamente os cientistas forenses, mostrando-os como se tivessem tempo de sobra para todos os casos. Os programas mostram diversos detetives, técnicos e cientistas **dedicando** toda sua atenção a uma investigação. Na realidade, cada cientista recebe vários casos ao mesmo tempo. A maioria dos laboratórios **acredita** que o acúmulo de trabalho é o maior problema que enfrentam, e boa parte dos pedidos de aumento no orçamento **baseia-se** na dificuldade de dar conta de tanto serviço.

Os programas de investigação criminal de ficção não reproduzem corretamente o que ocorre na vida real quando o assunto são as técnicas científicas: um cientista forense da Universidade de Maryland estima que cerca de 40% do que é mostrado no CSI não existe. Os investigadores verdadeiros não conseguem ser tão precisos quanto suas contrapartes televisivas. Ao analisar uma amostra desconhecida em um aparelho com telas brilhantes e luzes piscantes, o investigador de um desses seriados pode conseguir uma resposta do tipo “batom da marca X, cor 42, lote A-439”. O mesmo personagem talvez interrogue um suspeito e declare “sabemos que a vítima estava com você, pois identificamos o batom dela no seu colarinho”. No mundo real, os resultados quase nunca são tão exatos, e o investigador forense provavelmente não confrontaria diretamente um suspeito. Esse desencontro entre ficção e realidade pode acarretar consequências bizarras. Em Knoxville, Tennessee, um policial relatou: “Estou com um homem cujo carro foi roubado. Ele viu uma fibra vermelha no banco traseiro e quer que eu descubra de onde ela veio, em que loja foi comprada e qual cartão de crédito foi usado”.

A realidade do CSI. In: Scientific American Brazil. Segmento. Internet: (com adaptações).

No que se refere aos sentidos do texto, julgue os itens a seguir.

1. CESPE – Perito Criminal Federal (PF)/2018

Conclui-se do último período do primeiro parágrafo que os laboratórios de investigação criminal têm pouca demanda de trabalho e, por isso, não realizam todos os tipos de análises mostrados nas séries de TV que retratam os processos de investigação forense.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Destaquemos o último período do primeiro parágrafo:

*“Além disso, os laboratórios frequentemente não realizam todos os tipos de análise devido ao custo, à insuficiência de recursos ou à **pouca procura**.”*

Há aqui uma ligeira extrapolação que deve ser alvo de atenção por parte do candidato.

Note que são apontadas três possibilidades de justificativas para o fato de os laboratórios de investigação criminal não realizarem todos os tipos de análise: a primeira é o custo; a segunda, a insuficiência de recursos; já a última possibilidade é a pouca procura (demanda).

Note que essas três possibilidades estão coordenadas entre si pela conjunção “ou”, o que dá a entender que uma dessas justificativas ou uma combinação delas explica o fato apresentado.

Assim não é correto dizer, de forma generalizada, que haja pouca demanda de trabalho nos laboratórios de análise criminal. Esta pode sim ser a razão, em alguns casos, para não se fazerem todos os tipos de análise; mas em outros, não. Em outros casos, a justificativa pode estar no custo ou na falta de recursos.

Isso quer dizer que é possível haver uma situação em que haja grande demanda, mas os custos ou a insuficiência de recursos sejam os impeditivos.

Resposta: ERRADO

2. CESPE – Perito Criminal Federal (PF)/2018

O exemplo utilizado no terceiro e no quarto período do terceiro parágrafo corrobora duas ideias consideradas irreais no confronto entre as séries televisivas e a vida real: a de que um mesmo personagem de séries de investigação mistura diversos profissionais da área policial e a de que as informações obtidas por meio das técnicas científicas nesses seriados são demasiado precisas.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO

Destaquemos o terceiro e o quarto período do terceiro parágrafo:

Ao analisar uma amostra desconhecida em um aparelho com telas brilhantes e luzes piscantes, o investigador de um desses seriados pode conseguir uma resposta do tipo 'batom da marca X, cor 42, lote A-439'. O mesmo personagem talvez interrogue um suspeito e declare 'sabemos que a vítima estava com você, pois identificamos o batom dela no seu colarinho'.

De fato! Nas séries, os especialistas executam diversas funções ao mesmo tempo, como a de cientista e interrogador, o que não corresponde à realidade. Segundo o texto, "... o investigador forense provavelmente não confrontaria diretamente um suspeito."

Outro ponto citado nas séries diz respeito ao grau de precisão das descobertas, o que também não corresponde à realidade. Segundo o texto, "No mundo real, os resultados quase nunca são tão exatos..."

Resposta: CERTO

3. CESPE – Perito Criminal Federal (PF)/2018

O autor do texto apresenta uma crítica à produção de séries que retratam o ambiente policial, principalmente no que se refere à ciência forense, defendendo a suspensão da veiculação desse tipo de produção na TV, dados os prejuízos que elas causam aos policiais em serviço na vida real, conforme ilustrado ao final do texto.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

De fato, o autor critica a falta de sintonia entre as produções televisivas e a vida real, afirmando que alguns embaraços podem surgir para os profissionais da área no dia a dia de trabalho. No entanto, o autor passa longe de defender a suspensão de tipo de programação. Isso nem sequer é insinuado no texto, que se concentra unicamente em relatar o fato e evidenciar a falta de correspondência com a realidade.

Resposta: ERRADO

4. CESPE – Perito Criminal Federal (PF)/2018

Infere-se do texto que, até o final da década de 80 do século passado, todos os profissionais que atuavam em laboratórios forenses eram generalistas.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Destaquemos o seguinte fragmento de texto:

A especialização dentro dos laboratórios tornou-se uma norma desde o final da década de 80 do século passado.

Diz o texto que a especialização passou a ser norma, ou seja, regra, no final da década de 80. Isso não quer dizer que, antes disso, ninguém fosse especialista ou, ainda, que todos fossem generalistas.

Existe a possibilidade de ter havido especialistas antes mesmo de criada a norma.

Resposta: ERRADO

Texto para as questões 05 a 09

Imagine uma operação de busca na selva. Sem mapas, binóculos ou apoio logístico; somente com um facão. Assim eram feitas as operações de combate à pornografia infantil pela Polícia Federal até o dia em que peritos criminais federais desenvolveram, no estado de Mato Grosso do Sul, o Nudetective.

O programa executa em minutos uma busca que poderia levar meses, encontrando todo o conteúdo pornográfico de pedofilia em computadores, pendrives, smartphones e demais mídias de armazenamento. Para ajudar o trabalho dos peritos, existem programas que buscam os arquivos de imagem e vídeo através de sua *hash* ou sua assinatura digital. Logo nos primeiros testes, a detecção de imagens apresentou mais de 90% de acerto.

Para o teste, pegaram um HD com conteúdo já periciado e rodaram o programa. Conseguiram 95% de acerto em 12 minutos. Seu diferencial era não só buscar pela assinatura digital ou nomes conhecidos, mas também por novos

arquivos por intermédio da leitura dos *pixels* presentes na imagem calibrados a uma paleta de tons de pele. Começava a revolução em termos de investigação criminal de pornografia infantil.

Além da detecção de imagens e vídeos, todo o processo de busca e obtenção de resultados é simultâneo, o que economiza tempo e dinheiro.

A licença de uso do software, que é programado em Java, é gratuita e só é disponibilizada para forças da lei e pesquisas acadêmicas. Segundo seus desenvolvedores, nunca houve o intuito de venda, pois não enxergam sentido em lucrar com algo que seja para salvar crianças. Mas, então, por que não deixá-lo disponível para todos? Somente para que não possa ser utilizado para criar formas de burlá-lo, explicam.

Desde seu lançamento, o Nudetective já foi compartilhado com Argentina, Paraguai, Suécia, Áustria, Noruega, Nova Zelândia e Portugal. Ganhou reconhecimento e premiações em congressos forenses no Brasil e no mundo.

Internet: (com adaptações).

5. CESPE – Agente(PF)/2018

Inferir-se do texto que o Nudetective foi desenvolvido especificamente para o combate à pornografia infantil.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Observemos o seguinte trecho, extraído do primeiro parágrafo "Assim eram feitas as operações de combate à pornografia infantil pela Polícia Federal até o dia em que peritos criminais federais desenvolveram, no estado de Mato Grosso do Sul, o Nudetective."

Ora, somente por esse trecho, temos o entendimento de que as operações de combate à pornografia infantil eram de um jeito e passaram a ser de outro com a implementação do Nudetective. Isso significa que, sim, esse software é utilizado para combater a pornografia infantil.

E para concluir o software foi desenvolvido para esse fim, o que o texto tem a nos dizer?

Observe o trecho: "Segundo seus desenvolvedores, nunca houve o intuito de venda, pois não enxergam sentido em lucrar com algo que seja para salvar crianças.". Dá-se a entender que os desenvolvedores implementaram o software com o objetivo de salvar crianças dos crimes de pornografia infantil.

Resposta: CERTO

6. CESPE – Agente(PF)/2018

Um dos benefícios do Nudetective para a Polícia Federal é tornar mais célere a investigação de crimes relacionados à pornografia infantil.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

De fato, o Nudetective torna mais rápida (célere) a coleta de provas que identificam o crime de pornografia infantil.

Isso fica bem claro no seguinte trecho: "O programa executa em minutos uma busca que poderia levar meses, encontrando todo o conteúdo pornográfico de pedofilia em computadores, pendrives, smartphones e demais mídias de armazenamento."

Poderia ser um dificultador para o candidato a identificação do significado do vocábulo "célere". Buscando a família de cognatos (que compartilham da mesma raiz), encontramos, além de "célere", "celeridade", "acelerar", "aceleração", o que nos faz concluir que "célere" é sinônimo de "rápido".

Resposta: CERTO

7. CESPE – Agente(PF)/2018

O primeiro parágrafo do texto informa que, antes da criação do Nudetective, a Polícia Federal não dispunha de dispositivos tecnológicos para a investigação de crimes de pedofilia na Internet.

CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

Sutil.

Observemos o conteúdo do 1º parágrafo: *Imagine uma operação de busca na selva. Sem mapas, binóculos ou apoio logístico; somente com um facão. Assim eram feitas as operações de combate à pornografia infantil pela Polícia Federal até o dia em que peritos criminais federais desenvolveram, no estado de Mato Grosso do Sul, o Nudetective.*

O autor compara as operações de combate à pornografia infantil a operações na selva sem mapas, binóculos ou apoio logístico, somente com um facão.

O que se pode concluir é que os métodos eram muito rudimentares antes do Nudetective. No entanto, seria uma extrapolação afirmar que não havia nenhum dispositivo tecnológico que permitisse as investigações. O razoável é pensar que os dispositivos e recursos tecnológicos até então existentes eram muito primários, assemelhando-se a uma busca na selva usando apenas um facão.

Resposta: ERRADO

8. CESPE – Agente(PF)/2018

De acordo com o texto, diversos países da América e da Europa compraram a licença de uso do software criado pelos policiais federais do Mato Grosso do Sul, o que demonstra o reconhecimento estrangeiro da qualidade do trabalho forense do Brasil.

CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

Não houve uma compra, pois a licença não é vendida. Ela é, segundo o texto, disponibilizada gratuitamente para forças da lei e pesquisas acadêmicas.

Isso fica evidente no seguinte trecho: “A licença de uso do software, que é programado em Java, é gratuita e só é disponibilizada para forças da lei e 28 pesquisas acadêmicas. Segundo seus desenvolvedores, nunca houve o intuito de venda, pois não enxergam sentido em lucrar com algo que seja para salvar crianças.”.

Resposta: ERRADO

9. CESPE – Agente(PF)/2018

Conclui-se do texto que a varredura do Nudetective é restrita a dispositivos conectados à Internet.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Dá-se a entender que a varredura feita pelo software Nudetective pode ser feita de maneira off-line. É o que fica claro no seguinte trecho: “O programa executa em minutos uma busca que poderia levar meses, encontrando todo o conteúdo pornográfico de pedofilia em computadores, pendrives, smartphones e demais mídias de armazenamento.”.

Veja que essa varredura pode ser feita, por exemplo, em pendrive e em outras mídias de armazenamento. Não há, assim, necessidade de o dispositivo estar conectado à internet.

Resposta: ERRADO

Texto para as questões 10 a 14

A polícia parisiense — disse ele — é extremamente hábil à sua maneira. Seus agentes são perseverantes, engenhosos, astutos e perfeitamente versados nos conhecimentos que seus deveres parecem exigir de modo especial. Assim, quando o delegado G... nos contou, pormenorizadamente, a maneira pela qual realizou suas pesquisas no Hotel D..., não tive dúvida de que efetuara uma investigação satisfatória (...) até o ponto a que chegou o seu trabalho.

— Até o ponto a que chegou o seu trabalho? — perguntei.

— Sim — respondeu Dupin. — As medidas adotadas não foram apenas as melhores que poderiam ser tomadas, mas realizadas com absoluta perfeição. Se a carta estivesse depositada dentro do raio de suas investigações, esses rapazes, sem dúvida, a teriam encontrado.

Ri, simplesmente — mas ele parecia haver dito tudo aquilo com a máxima seriedade.

— As medidas, pois — prosseguiu —, eram boas em seu gênero, e foram bem executadas: seu defeito residia em serem inaplicáveis ao caso e ao homem em questão. Um certo conjunto de recursos altamente engenhosos é, para o delegado, uma espécie de leito de Procusto, ao qual procura adaptar à força todos os seus planos. Mas, no caso em apreço, cometeu uma série de erros, por ser demasiado profundo ou demasiado superficial. (...) E, se o delegado e toda a sua corte têm cometido tantos enganos, isso se deve (...) a uma apreciação inexata, ou melhor, a uma não apreciação da inteligência daqueles com quem se metem. Consideram engenhosas apenas as suas próprias ideias e, ao procurar alguma coisa que se ache escondida, não pensam senão nos meios que eles próprios teriam empregado para escondê-la. Estão certos apenas num ponto: naquele em que sua engenhosidade representa fielmente a da massa; mas, quando a astúcia do malfeitor é diferente da deles, o malfeitor,

naturalmente, os engana. Isso sempre acontece quando a astúcia deste último está acima da deles e, muito frequentemente, quando está abaixo. Não variam seu sistema de investigação; na melhor das hipóteses, quando são instigados por algum caso insólito, ou por alguma recompensa extraordinária, ampliam ou exageram os seus modos de agir habituais, sem que se afastem, no entanto, de seus princípios. (...) Você compreenderá, agora, o que eu queria dizer ao afirmar que, se a carta roubada tivesse sido escondida dentro do raio de investigação do nosso delegado — ou, em outras palavras, se o princípio inspirador estivesse compreendido nos princípios do delegado —, sua descoberta seria uma questão inteiramente fora de dúvida. Este funcionário, porém, se enganou por completo, e a fonte remota de seu fracasso reside na suposição de que o ministro é um idiota, pois adquiriu renome de poeta. Segundo o delegado, todos os poetas são idiotas — e, neste caso, ele é apenas culpado de uma *non distributio medii*, ao inferir que todos os poetas são idiotas.

— Mas ele é realmente poeta? — perguntei. — Sei que são dois irmãos, e que ambos adquiriram renome nas letras. O ministro, creio eu, escreveu eruditamente sobre o cálculo diferencial. É um matemático, e não um poeta.

— Você está enganado. Conheço-o bem. E ambas as coisas. Como poeta e matemático, raciocinaria bem; como mero matemático, não raciocinaria de modo algum, e ficaria, assim, à mercê do delegado.

— Você me surpreende — respondi — com essas opiniões, que têm sido desmentidas pela voz do mundo. Naturalmente, não quererá destruir, de um golpe, ideias amadurecidas durante tantos séculos. A razão matemática é há muito considerada como a razão *par excellence*.

Edgar Allan Poe. A carta roubada. In: Histórias extraordinárias. Victor Civita, 1981. Tradução de Brenno Silveira e outros.

No que se refere à tipologia e aos sentidos do texto, julgue os próximos itens.

10. CESPE – Agente(PF)/2018

O primeiro parágrafo do texto é predominantemente descritivo, pois apresenta as características da “polícia parisiense”.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

De fato, são apresentadas características da polícia parisiense. No entanto, essas características são parte de um juízo de valor por parte do personagem, ou seja, expressam a opinião deste a respeito da polícia de Paris.

Ficamos, então, diante do seguinte questionamento: trata-se de um texto predominantemente descritivo ou argumentativo (opinativo)?

Respondamos à seguinte pergunta: qual o objetivo principal do texto – simplesmente elencar as características ou expressar uma opinião, uma visão pessoal?

Ora, trata-se de uma visão pessoal, sujeita a divergências diante da realidade, correto?

A polícia parisiense é astuta, engenhosa e perseverante, SEGUNDO O FALANTE.

Trata-se de uma opinião, o que faz desse texto predominantemente ARGUMENTATIVO.

Resposta: ERRADO

11. CESPE – Agente(PF)/2018

Inferre-se das falas de Dupin que a opinião do delegado a respeito dos poetas foi determinante para que ele não encontrasse “a carta roubada”.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Observe o seguinte trecho:

Este funcionário, porém, se enganou por completo, e a fonte remota de seu fracasso reside na suposição de que o ministro é um idiota, pois adquiriu renome de poeta. Segundo o delegado, todos os poetas são idiotas — e, neste caso, ele é apenas culpado de uma non distributio medii, ao inferir que todos os poetas são idiotas.

Ora, o trecho dá a entender que a generalização de que todos os poetas são idiotas foi a fonte remota de seu fracasso. E o que Dupin quer dizer com “fonte remota”? Quer dizer que foi a fonte originária, primária. Dela vieram todos os demais erros, que não permitiram que a polícia parisiense encontrasse a carta roubada.

Resposta: CERTO

12. CESPE – Agente(PF)/2018

Dupin é irônico ao caracterizar a polícia parisiense como hábil no primeiro parágrafo, o que é comprovado pela crítica que faz, no quinto parágrafo, ao trabalho do delegado e de sua equipe, os quais, conforme Dupin, “Estão certos apenas num ponto” (R. 32 e 33).

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Analisemos o primeiro parágrafo:

A polícia parisiense — disse ele — é extremamente hábil à sua maneira. Seus agentes são perseverantes, engenhosos, astutos e perfeitamente versados nos conhecimentos que seus deveres parecem exigir de modo especial. Assim, quando o delegado G... nos contou, pormenorizadamente, a maneira pela qual realizou suas pesquisas no Hotel D..., não tive dúvida de que efetuara uma investigação satisfatória (...) até o ponto a que chegou o seu trabalho.

Ao afirmar que “a polícia parisiense é extremamente hábil à sua maneira”, Dupin não está sendo irônico. Ele de fato considera a polícia hábil, mas dentro de certos limites que ela mesma estabelece. É isso que ele quer dizer com a expressão “à sua maneira”.

Explicando de outra forma, a polícia parisiense desempenha de forma hábil suas atividades, tomando-se como referência aquilo que ela estabelece como padrão de qualidade para sua atuação. Ela é habilidosa segundo esses critérios.

O que Dupin critica são justamente esses critérios, responsáveis, segundo ele, por insucessos em alguns casos.

Resposta: ERRADO

13. CESPE – Agente(PF)/2018

Na opinião de Dupin, a inteligência da polícia de Paris equipara-se à “da massa” (R.34), que, conforme se infere do texto, é uma inteligência média.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

De fato, isso fica bem evidente no seguinte trecho: “Estão certos apenas num ponto: naquele em que sua engenhosidade representa fielmente a da massa; mas, quando a astúcia do malfeitor é diferente da deles, o malfeitor, naturalmente, os engana.”.

Quando a polícia estabelece como critérios de investigação o padrão estabelecido pela massa, ou seja, pela maioria das pessoas, ela é eficaz. No entanto, quando o malfeitor foge desse padrão médio de inteligência, a polícia comete equívocos.

Resposta: CERTO

14. CESPE – Agente(PF)/2018

O narrador discorda de Dupin com relação à opinião de que o fato de o ministro ser poeta é o que lhe permite raciocinar bem, o que fica evidente no último parágrafo do texto.

() CERTO () ERRADO

RESPOSTA:

Reproduzamos não apenas o último parágrafo, mas os três últimos:

— *Mas ele é realmente poeta? — perguntei. — Sei que são dois irmãos, e que ambos adquiriram renome nas letras. O ministro, creio eu, escreveu eruditamente sobre o cálculo diferencial. É um matemático, e não um poeta.*

— *Você está enganado. Conheço-o bem. E ambas as coisas. Como poeta e matemático, raciocinaria bem; como mero matemático, não raciocinaria de modo algum, e ficaria, assim, à mercê do delegado.*

— *Você me surpreende — respondi — com essas opiniões, que têm sido desmentidas pela voz do mundo. Naturalmente, não quererá destruir, de um golpe, ideias amadurecidas durante tantos séculos. A razão matemática é há muito considerada como a razão par excellence.*

Como se pode ver, a discordância do autor se dá em duas frentes: a primeira é que ele considera o ministro não um poeta, mas um matemático; a segunda é que ele considera o raciocínio matemático um raciocínio por excelência.

Ou seja, a discordância não está no fato de que poetas raciocinam bem, mas sim de que o raciocínio matemático não pode ser desprezado.

Resposta: ERRADO

Texto para as questões 15 a 20

A natureza jamais vai deixar de nos surpreender. As teorias científicas de hoje, das quais somos justamente orgulhosos, serão consideradas brincadeira de criança por futuras gerações de cientistas. Nossos modelos de hoje certamente serão pobres aproximações para os modelos do futuro. No entanto, o trabalho dos cientistas do futuro seria impossível sem o nosso, assim como o nosso teria sido impossível sem o trabalho de Kepler, Galileu ou Newton. Teorias científicas jamais serão a verdade final: elas irão sempre evoluir e mudar, tornando-se progressivamente mais corretas e eficientes, sem chegar nunca a um estado final de perfeição. Novos fenômenos estranhos, inesperados e imprevisíveis irão sempre desafiar nossa imaginação. Assim como nossos antepassados, estaremos sempre buscando compreender o novo. E, a cada passo dessa busca sem fim, compreenderemos um pouco mais sobre nós mesmos e sobre o mundo a nossa volta.

Em graus diferentes, todos fazemos parte dessa aventura, todos podemos compartilhar o êxtase que surge a cada nova descoberta; se não por intermédio de nossas próprias atividades de pesquisa, ao menos ao estudarmos as ideias daqueles que expandiram e expandem as fronteiras do conhecimento com sua criatividade e coragem intelectual. Nesse sentido, você, eu, Heráclito, Copérnico e Einstein somos todos parceiros da mesma dança, todos dançamos com o Universo. É a persistência do mistério que nos inspira a criar.

Marcelo Gleiser. A dança do universo: dos mitos de criação ao Big-Bang. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 384-5 (com adaptações).

Com relação aos sentidos do texto, julgue os próximos itens.

15. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

Da afirmação "Nossos modelos de hoje certamente serão pobres aproximações para os modelos do futuro" (R. 4 a 6) deduz-se que os modelos científicos de antigamente têm pouca importância para os estudos atuais.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Não é verdade que os modelos do passado não tenham importância para os estudos atuais. Também não é verdade que os modelos atuais não sejam importantes para os estudos futuros.

O trecho em si não permite essa inferência, pois, ao afirmar que os modelos de hoje são simples aproximações para os modelos futuros, o autor quer dizer apenas que os modelos futuros serão bem mais sofisticados que os atuais, mas não descarta a contribuição, mínima que seja, dos modelos passados.

O texto, na sequência, deixa isso muito claro no seguinte trecho: *No entanto, o trabalho dos cientistas do futuro seria impossível sem o nosso, assim como o nosso teria sido impossível sem o trabalho de Kepler, Galileu ou Newton.*

O item, portanto, está ERRADO!

Resposta: ERRADO

16. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

Dada a sequência lógica do texto, é correto afirmar que os trechos “Novos fenômenos estranhos, inesperados e imprevisíveis irão sempre desafiar nossa imaginação” (R. 12 e 13) e “E, a cada passo dessa busca sem fim, compreenderemos um pouco mais sobre nós mesmos e sobre o mundo a nossa volta” (R. 15 a 17) são usados como argumentos para reforçar a ideia do primeiro período do texto.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O primeiro período do texto é “A natureza jamais vai deixar de nos surpreender.” Sua ideia principal se concentra na palavra surpresa.

O trecho “Novos fenômenos estranhos, inesperados e imprevisíveis irão sempre desafiar nossa imaginação” retoma a ideia de surpresa, por meio dos adjetivos “estranhos” e “imprevisíveis” e acrescenta as essas ideias a noção de desafio, reforçando, assim, o conteúdo do 1º período.

No entanto, o trecho “E, a cada passo dessa busca sem fim, compreenderemos um pouco mais sobre nós mesmos e sobre o mundo a nossa volta” concentra sua atenção na ideia de busca, não na de surpresa. Notemos que o trecho retoma a ideia não do primeiro período, mas sim a do período imediatamente anterior, que diz: “Assim como nossos antepassados, estaremos sempre buscando compreender o novo.”.

Dessa forma, não é possível afirmar que o segundo trecho apresentado reforça o conteúdo do primeiro período do texto. Essa afirmação só é válida para o primeiro trecho apresentado.

O item, portanto, está ERRADO!

Resposta: ERRADO

17. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

Para conferir um tom menos categórico ao trecho “Teorias científicas jamais serão a verdade final” (R.9), poderia utilizar-se a expressão em tempo nenhum no lugar de “jamais”.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O tom categórico presente no advérbio “jamais” permanece na locução adverbial “em tempo nenhum”.

Trata-se de duas expressões muito fortes, assertivas, que não admitem relativizações, o que faz delas categóricas.

O item, portanto, está **ERRADO!**

Resposta: ERRADO

18. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

No último parágrafo, o autor inclui a si mesmo, junto com Kepler, Galileu, Newton, Heráclito, Copérnico e Einstein, entre os cientistas que expandiram as fronteiras do conhecimento.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO

Observemos o seguinte trecho:

Em graus diferentes, todos fazemos parte dessa aventura, todos podemos compartilhar o êxtase que surge a cada nova descoberta; se não por intermédio de nossas próprias atividades de pesquisa, ao menos ao estudarmos as ideias daqueles que expandiram e expandem as fronteiras do conhecimento com sua criatividade e coragem intelectual. Nesse sentido, você, eu, Heráclito, Copérnico e Einstein somos todos parceiros da mesma dança, todos dançamos com o Universo. É a persistência do mistério que nos inspira a criar.

De fato, o autor se inclui no grupo formado por Heráclito, Copérnico e Einstein.

Mas essa inclusão não diz respeito ao fato de que ele, o autor, tenha expandido as fronteiras do conhecimento, como os demais cientistas listados assim o fizeram.

A inclusão se deve ao fato de tanto o autor, como o leitor e os cientistas listados se sentirem extasiados com as descobertas. E essas descobertas podem ser resultado das pesquisas ou do estudo dessas pesquisas.

O item, portanto, está **ERRADO!**

Resposta: ERRADO

19. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

Para o autor, compreender o novo implica conhecer mais o ser humano e a natureza que o rodeia.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

De forma mais sintética, é a tradução do que diz o seguinte trecho:

Assim como nossos antepassados, estaremos sempre buscando compreender o novo. E, a cada passo dessa busca sem fim, compreenderemos um pouco mais sobre nós mesmos e sobre o mundo a nossa volta.

O item, portanto, está CERTO!

Resposta: CERTO

20. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

Conclui-se do texto que as teorias científicas sempre contribuem para a evolução, mas nem sempre permitem apresentar dados precisos, uma vez que a natureza está em constante estado de transformação.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Observemos o trecho:

Nossos modelos de hoje certamente serão pobres aproximações para os modelos do futuro.

Daqui é possível entender que os dados não são sempre precisos, muito provavelmente serão aproximações. Isso ocorre porque os modelos de hoje serão aprimorados ou alterados pelos modelos futuros.

Além disso, observemos:

Teorias científicas jamais serão a verdade final: elas irão sempre evoluir e mudar, tornando-se progressivamente mais corretas e eficientes, sem chegar nunca a um estado final de perfeição.

Daqui é possível identificar literalmente que as teorias científicas sempre irão evoluir.

O item, portanto, está CERTO!

Resposta: CERTO

Texto para as questões 21 a 27

Escrita, secreta e submetida, para construir as suas provas, a regras rigorosas, a investigação penal é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do réu. E, por isso mesmo, esse procedimento tende necessariamente para a confissão, embora em direito estrito não a exija. Por duas razões: em primeiro lugar, porque constitui uma prova tão forte que não há necessidade de acrescentar outras, nem de entrar na difícil e duvidosa combinatória dos indícios; a confissão, desde que seja devidamente feita, quase exime o acusador de fornecer outras provas (em todo o caso, as mais difíceis); em segundo, a única maneira para que esse procedimento perca toda a sua autoridade unívoca e para que se torne uma vitória efetivamente obtida sobre o acusado, a única maneira para que a verdade exerça todo o seu poder, é que o criminoso assuma o seu próprio crime e assine aquilo que foi sábia e obscuramente construído pela investigação.

No interior do crime reconstituído por escrito, o criminoso confesso desempenha o papel de verdade viva. Ato do sujeito criminoso, responsável e falante, a confissão é a peça complementar de uma investigação escrita e secreta. Daí a importância que todo processo de tipo inquisitorial atribui à confissão. Por um lado, tenta-se fazê-la entrar no cálculo geral das provas, como se fosse apenas mais uma: não é a *evidentia rei*; tal como a mais forte das provas, não pode por si só implicar a condenação e tem de ser acompanhada por indícios anexos e presunções, pois já houve acusados que se declararam culpados de crimes que não cometeram; se não tiver em sua posse mais do que a confissão regular do culpado, o juiz deverá então fazer investigações complementares. Mas, por outro lado, a confissão triunfa sobre quaisquer outras provas. Até certo ponto, transcende-as; elemento no cálculo da verdade, a confissão é também o ato pelo qual o réu aceita a acusação e reconhece os seus bons fundamentos; transforma uma investigação feita sem a sua participação em uma afirmação voluntária.

Michel Foucault. Vigiar e punir – nascimento da prisão. Trad. Pedro Elói Duarte. Ed. 70: 2013 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos sentidos do texto CB1A1-I, julgue os próximos itens.

21. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Para o autor, a confissão sobressai entre as provas construídas pela investigação, mas não é condição para a determinação da verdade.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Analisemos o seguinte trecho:

Mas, por outro lado, a confissão triunfa sobre quaisquer outras provas.

Por meio dele, é possível atestar como verdade a primeira parte do item, que diz que a confissão sobressai (triunfa) entre as provas.

Além disso, analisemos mais um trecho:

... tal como a mais forte das provas, não pode por si só implicar a condenação e tem de ser acompanhada por indícios anexos e presunções, pois já houve acusados que se declararam culpados de crimes que não cometeram;

Por meio dele, é possível concluir que a confissão não é suficiente por si para determinar a verdade. O texto relata que pessoas já confessaram crimes por elas não cometidos.

Resposta: CERTO

22. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

A investigação penal deve ser encerrada quando há confissão do acusado, uma vez que este ato pressupõe a culpa do criminoso confesso e implica a sua condenação.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Analisemos o trecho:

... tal como a mais forte das provas, não pode por si só implicar a condenação e tem de ser acompanhada por indícios anexos e presunções, pois já houve acusados que se declararam culpados de crimes que não cometeram;

A investigação não se interrompe com a confissão do acusado, pois esta pode não corresponder à verdade. A mera confissão, portanto, não é suficiente para implicar condenação do acusado.

Resposta: ERRADO

23. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

São os bons fundamentos da acusação que convencem o acusado a confessar sua conduta criminosa.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Analisemos o trecho:

... a confissão é também o ato pelo qual o réu aceita a acusação e reconhece os seus bons fundamentos;

Não é que os bons fundamentos da acusação convençam o acusado a confessar seus crimes. Ele tem a opção de, mesmo reconhecendo a qualidade da peça acusatória, não confessar.

O que o trecho quer dizer é que, ao confessar, expressa ou tacitamente o acusado reconhece as qualidades da peça elaborada pela acusação.

Dito de outra forma, o item quer afirmar que o acusado confessou seus crimes **porque a acusação apresentou bons fundamentos.**

Não é isso. É o inverso.

Na verdade, o acusado reconheceu os bons fundamentos da acusação, **porque confessou seus crimes a partir da apresentação dela.**

Esta é a explicação correta.

O item, portanto, está ERRADO!

Resposta: ERRADO

24. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Ao declarar-se autor da conduta criminosa, o réu legitima a acusação.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

É o que se entende do trecho:

... a confissão é também o ato pelo qual o réu aceita a acusação e reconhece os seus bons fundamentos; transforma uma investigação feita sem a sua participação em uma afirmação voluntária.

O texto afirma que a confissão dá o devido reconhecimento à investigação que aconteceu sem a sua presença, ou seja, legitima o trabalho dos acusadores. Isso não significa, porém, que a confissão por si só já seja suficiente para o juiz sentenciar a condenação do acusado.

Resposta: CERTO

25. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Inferir-se do texto que o autor não concorda com a ideia de que a confissão seja apenas mais uma prova entre tantas outras.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Observemos os trechos:

Por um lado, tenta-se fazê-la entrar no cálculo geral das provas, como se fosse apenas mais uma... Mas, por outro lado, a confissão triunfa sobre quaisquer outras provas...

A presença do conector adversativo “Mas” dá destaque ao fato de que a confissão triunfa sobre quaisquer outras provas e, ao mesmo tempo, relativiza (ameniza) a opinião de quem tenta fazer da confissão apenas mais uma prova.

Dessa forma, dá-se a entender que o autor não concorda que a confissão seja apenas mais uma prova, haja vista que ele relativiza essa opinião.

Resposta: CERTO

26. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

A confissão é um ato secreto e voluntário, segundo o texto.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

De fato, a confissão é voluntária. Secreta, no entanto, é a investigação criminal, não a confissão.

Resposta: ERRADO

27. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Do trecho “se não tiver em sua posse mais do que a confissão regular do culpado, o juiz deverá então fazer investigações complementares” (R. 29 a 31) depreende-se que, diante da ausência de confissão, é dever do juiz buscar outros indícios de autoria.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

De acordo com o texto, é dever do juiz buscar outros indícios de autoria não no caso de ausência de confissão, mas sim no caso de haver somente uma mera confissão. A simples confissão é insuficiente para resultar numa condenação.

Resposta: ERRADO

Texto para as questões 28 a 31

— Tinha vinte e cinco anos, era pobre, e acabava de ser nomeado alferes da Guarda Nacional. Não imaginam o acontecimento que isto foi em nossa casa. Minha mãe ficou tão orgulhosa! Vai então uma das minhas tias, D. Marcolina, que morava a muitas léguas da vila, num sítio escuso e solitário, desejou ver-me, e pediu que fosse ter com ela e levasse a farda. Chamava-me também o seu alferes. E sempre alferes; era alferes para cá, alferes para lá, alferes a toda a hora. Na mesa tinha eu o melhor lugar, e era o primeiro servido. Não imaginam. Se lhes disser que o entusiasmo da tia Marcolina chegou ao ponto de mandar pôr no meu quarto um grande espelho, naturalmente muito velho; mas via-se-lhe ainda o ouro.

— Espelho grande?

— Grande. E foi, como digo, uma enorme fineza, porque o espelho estava na sala; era a melhor peça da casa. Mas não houve forças que a demovessem do propósito; respondia que não fazia falta, que era só por algumas semanas, e finalmente que o “senhor alferes” merecia muito mais. O certo é que todas essas coisas, carinhos, atenções, obséquios, fizeram em mim uma transformação, que o natural sentimento da mocidade ajudou e completou. Imaginam, creio eu?

— Não.

— O alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se; mas não tardou que a primitiva cedesse à outra; ficou-me uma parte mínima de humanidade. Aconteceu então que a alma exterior, que era dantes o sol, o ar, o campo, os olhos das moças, mudou de natureza, e passou a ser a cortesia e os rapapés da casa, tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem. A única parte do cidadão que ficou comigo foi aquela que entendia com o exercício da patente; a outra dispersou-se no ar e no passado. Vamos aos fatos. Vamos ver como, ao tempo em que a consciência do homem se obliterava, a do alferes tornava-se viva e intensa. No fim de três semanas, era outro, totalmente outro.

(...)

— Convém dizer-lhes que, desde que ficara só, não olhara uma só vez para o espelho. Não era abstenção deliberada, não tinha motivo; era um impulso inconsciente, um receio de achar-me um e dois, ao mesmo tempo,

naquela casa solitária; e se tal explicação é verdadeira, nada prova melhor a contradição humana, porque no fim de oito dias, deu-me na veneta olhar para o espelho com o fim justamente de achar-me dois. Olhei e recuei.

(...)

— De quando em quando, olhava furtivamente para o espelho; a imagem era a mesma difusão de linhas, a mesma decomposição de contornos ... Subitamente, por uma inspiração inexplicável, por um impulso sem cálculo, lembrou-me... vestir a farda de alferes. Vesti-a, aprontei-me de todo; e, como estava defronte do espelho, levantei os olhos, e... não lhes digo nada; o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso; era eu mesmo, o alferes, que achava, enfim, a alma exterior. Daí em diante, fui outro. Cada dia, a uma certa hora, vestia-me de alferes, e sentava-me diante do espelho, lendo, olhando, meditando; no fim de duas, três horas, despia-me outra vez. Com este regime pude atravessar mais seis dias de solidão, sem os sentir...

Machado de Assis. O espelho. In: John Gladson (Org.). 50 contos de Machado de Assis. Cia. das Letras. Edição eletrônica. Internet: (com adaptações).

Julgue os próximos itens, a respeito das ideias do texto.

28. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

A afirmação “O alferes eliminou o homem” (R.24) resume o processo por que passou a personagem: a aparência substituiu a essência.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

De fato, o texto dá a entender que a titulação de alferes obliterou (eliminou) o caráter humanístico da personagem.

Tudo agora girava em torno da patente, sua aparência, e não mais da sua essência.

Resposta: CERTO

29. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Infere-se do texto que a intenção de achar-se dois era uma prática de fuga da solidão em que se encontrava o narrador.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

É o que fica bem evidente no seguinte trecho:

Cada dia, a uma certa hora, vestia-me de alferes, e sentava-me diante do espelho, lendo, olhando, meditando; no fim de duas, três horas, despia-me outra vez. Com este regime pude atravessar mais seis dias de solidão, sem os sentir...

Vê-se que essa foi a estratégia que o personagem utilizou para não se sentir só.

Resposta: CERTO

30. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

O texto aborda um grande conflito do ser humano: a crise existencial, caracterizada pela individualidade e pela angústia da personagem.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO

Trata-se de uma interpretação muito sutil.

É possível identificar sim uma crise existencial, relacionada ao fato de o autor ter receios de se ver um e dois ao mesmo tempo. Essa dualidade é resultado da essência do homem comum que cede espaço à aparência construída com a patente de alferes. Essa crise se traduz num sentimento de receio, que pode ser aproximado em algum grau a um sentimento de angústia.

O que pode ser contestado no item é o fato de essa crise existencial ser caracterizada pela individualidade. Não ficou claro o que a banca quis dizer com individualidade. Seria algo associado a uma crise construída somente por razões individuais, intimistas?

Se assim for, temos uma imprecisão, pois essa superação da aparência sobre a essência foi resultado de fatores externos, como a bajulação e os mimos de familiares.

Isso fica evidente em: *"O certo é que todas essas coisas, carinhos, atenções, obséquios, fizeram em mim uma transformação, que o natural sentimento da mocidade ajudou e completou. Imaginam, creio eu?"*.

Conclui-se daí que a crise existencial é resultado não de fatores meramente individuais, mas sobretudo sociais, relacionados ao tratamento dado pelas outras pessoas ao alferes.

Resposta: ERRADO

31. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Os acontecimentos narrados no quinto parágrafo são resultado da "transformação" (R.21) que o narrador relata ter sofrido em decorrência da mudança do espelho para seu quarto.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O gatilho da transformação não foi especificamente o espelho, mas sim os carinhos, atenções e os mimos por parte das outras pessoas.

Isso fica evidente em: *"O certo é que todas essas coisas, carinhos, atenções, obséquios, fizeram em mim uma transformação, que o natural sentimento da mocidade ajudou e completou. Imaginam, creio eu?"*.

Resposta: ERRADO

Texto para as questões 32 a 34

O jeitinho brasileiro é uma forma de corrupção? Se a regra transgredida não causa prejuízo, temos o “jeitinho” positivo e, direi eu, ético. Por exemplo: estou na fila; chega uma pessoa precisando pagar sua conta que vence naquele dia e pede para passar na frente. Não há o que reclamar dessa forma de “jeitinho”.

A questão sociológica que o “jeitinho” apresenta, porém, é outra. Ela mostra uma relação ruim com a lei geral, com a norma desenhada para todos os cidadãos, com o pressuposto de que essa regra universal produz legalidade e cidadania. Eu pago meus impostos integralmente e, por isso, posso exigir dos funcionários públicos do meu país. Agora, se eu dou um jeito nos meus impostos porque o delegado da receita federal é meu amigo ou parente e faz a tal “vista grossa”, aí temos o “jeitinho” virando corrupção. O “jeitinho” se confunde com corrupção e é transgressão, porque desigual o que deveria ser obrigatoriamente tratado com igualdade. O que nos enlouquece hoje no Brasil não é a existência do jeitinho como ponte negativa entre a lei e a pessoa especial que dela se livra, mas sim a persistência de um estilo de lidar com a lei, marcadamente aristocrático, que, de certa forma, induz o chefe, o diretor, o dono, o patrão, o governador, o presidente a passar por cima da lei. A mídia tem um papel básico na discussão desses casos de amortecimento, esquecimento e “jeitinho”, porque ela ajuda a politizar o velho hábito que insiste em situar certos cargos e as pessoas que os empossam como acima da lei, do mesmo modo e pela mesma lógica de hierarquias que colocam certas pessoas (negros, pobres e mulheres) implacavelmente debaixo da lei.

Roberto da Matta. O jeitinho brasileiro. Internet: <<https://maniadehistoria.wordpress.com>> (com adaptações).

Com relação às ideias do texto, julgue o item a seguir.

32. CESPE – CGM – Pref João Pessoa)/2018

O “jeitinho” é uma transgressão de uma lei ou de uma regra que deveria aplicar-se igualmente a todos os cidadãos.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Como se pode depreender do texto, o “jeitinho” está ligado ao cotidiano do brasileiro. Sem prejuízo à sociedade, não é visto como negativo pelo autor Roberto da Matta. No entanto, a questão sociológica do “jeitinho” é apresentada como transgressão, que se confunde com corrupção, porque, segundo o texto, desigual o que deveria ser obrigatoriamente tratado com igualdade. Dessa forma, como afirma a questão, o “jeitinho” é uma transgressão de uma lei ou de uma regra que deveria aplicar-se igualmente a todos os cidadãos. Portanto, em ambos os casos, positivo ou negativo, o “jeitinho” é sempre uma transgressão à regra, à lei.

Resposta: CERTO

33. CESPE – CGM – Pref João Pessoa)/2018

O texto confirma que a mídia desmonta uma lógica naturalizada segundo a qual a aplicação das leis varia em razão da vontade de uma minoria.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

A mídia, segundo o texto, tem destacada importância no que tange à forma como muitos brasileiros fazem uso, de forma persistente, desse “jeitinho”, que o autor considera “marcadamente aristocrático”. Assim, ao contrário do que afirma a questão, a mídia não desmonta uma “lógica naturalizada”, que é o “jeitinho”, visto que acaba por contribuir para o fortalecimento dessa lógica.

Resposta: ERRADO**34. CESPE – CGM – Pref João Pessoa)/2018**

Conforme o texto, a caracterização do “jeitinho brasileiro” como um comportamento ético ou antiético depende das suas consequências.

() CERTO () ERRADO**RESOLUÇÃO:**

O texto deixa claro que existe a caracterização do “jeitinho brasileiro” como um comportamento ético ou antiético, a depender das suas consequências. Observa-se, por exemplo, no primeiro parágrafo, que o “jeitinho” não é antiético se não causa prejuízo à sociedade. Embora se trate de uma transgressão, não é visto como negativo. No entanto, na sequência do texto, o autor disserta sobre o “jeitinho” antiético, aquele em que a transgressão se confunde com corrupção. Nesse caso, é antiético porque a sociedade em geral perde com esse tipo de comportamento tão alicerçado no seio social brasileiro.

Resposta: CERTO**Texto para as questões 35 e 36**

A cada instante, a quantidade de informações disponíveis para processamento pelo cérebro é formidável: todo o campo visual, todos os estímulos auditivos e olfativos, toda a informação relativa à posição do corpo e ao seu estado de funcionamento.

Esses estímulos precisam ser processados em conjunto, de modo que o cérebro possa montar uma imagem coerente do indivíduo e de seu ambiente. Isso sem contar os processos de evocação de memórias, planejamento para o futuro e imaginação. Você realmente esperava processar todos os estímulos a cada momento e ainda formar registros duradouros de todos eles?

O que faz com que a memória se torne seletiva não é o mundo atual, informatizado, rápido e denso em informações. Ela o é por definição, já que sua porta de entrada é um funil poderoso: a atenção, que concentra todo o poder operacional do cérebro sobre uma coisa só, aquela que for julgada a mais importante no momento.

Suzana Herculano-Houzel. Por que guardar segredo é difícil? E outras curiosidades da neurociência do cotidiano. São Paulo: Amazon. Ed. Kindle, loc. 107 (com adaptações).

35. CESPE – TCE/PB/2018

O efeito textual pretendido pela autora ao empregar a pergunta que encerra o segundo parágrafo do texto é o de

- a) apontar a impossibilidade de o cérebro, ao mesmo tempo, processar estímulos e registrá-los na memória.
- b) menosprezar os leitores que acreditam ser possível se lembrar de tudo o que lhes ocorre.
- c) obter diretamente dos leitores respostas honestas à indagação proposta.
- d) modificar o modo como os leitores lidam com os dados provenientes do mundo exterior.
- e) provocar os leitores a refletir sobre os processos de recepção de estímulos e formação de memórias.

RESOLUÇÃO:

ALTERNATIVA A: O segundo parágrafo não menciona que é impossível ao cérebro processar estímulos e registrá-los na memória. O que se afirma é justamente o contrário.

ALTERNATIVA B: A alternativa extrapola os limites de interpretação, uma vez que não há menosprezo aos leitores em nenhum momento.

ALTERNATIVA C: A pergunta feita no segundo parágrafo não tem o objetivo de receber resposta. Ela é retórica, com objetivo de propor reflexão.

ALTERNATIVA D: Considerando que o terceiro parágrafo do texto afirma que a memória é “seletiva” por “definição”, independentemente do que se reflita sobre o segundo parágrafo, as repostas dadas à pergunta não têm poder de convencimento, de modificar o modo como os leitores lidam com os dados provenientes do mundo exterior.

ALTERNATIVA E: Evidencia-se, portanto, que o efeito textual pretendido pela pergunta retórica feita no segundo parágrafo é a reflexão, a ponderação acerca dos processos de recepção de estímulos e formação de memórias. Esse é o objetivo principal da indagação que encerra o parágrafo intermediário do texto.

Resposta: Alternativa E.

36. CESPE – TCE/PB/2018

No texto, ao utilizar a expressão “Isso sem contar”, a autora sugere que “os processos de evocação de memórias, planejamento para o futuro e imaginação” fazem parte do conjunto de

- a) ações cerebrais cujo funcionamento depende do processamento conjunto de estímulos externos.
- b) processos necessários à construção de registros duradouros dos estímulos recebidos pelo cérebro a cada momento.
- c) dados necessários para que o cérebro construa uma imagem do indivíduo e do ambiente que o cerca.
- d) atividades internas desempenhadas pelo cérebro, ao mesmo tempo que este recebe estímulos externos.
- e) estímulos advindos do cérebro de um indivíduo, imprescindíveis para a formação de novas memórias.

RESOLUÇÃO:

ALTERNATIVA A: A alternativa extrapola os limites de interpretação, uma vez que o texto não aborda a dependência mencionada.

ALTERNATIVA B: Mais uma vez, a alternativa extrapola os limites de interpretação, pois o texto não permite inferir que “os processos de evocação de memórias, planejamento para o futuro e imaginação” fazem parte do conjunto de “processos necessários à construção de registros duradouros dos estímulos recebidos pelo cérebro a cada momento”. Não há, portanto, essa ideia de dependência.

ALTERNATIVA C: O texto deixa entrever que os estímulos formam as imagens. Dessa forma, a alternativa insiste na ideia de dependência, de necessidade relativa aos “processos de evocação de memórias, planejamento para o futuro e imaginação” como se fizessem parte do conjunto de “dados necessários para que o cérebro construa uma imagem do indivíduo e do ambiente que o cerca”. Assim, evidencia-se que o texto não permite tal inferência.

ALTERNATIVA D: O texto explicita a extraordinária quantidade de informações disponíveis para processamento pelo cérebro a cada instante, advindas dos sentidos. Dessa maneira, o cérebro monta uma imagem coerente do indivíduo e de seu ambiente, se esses estímulos não são processados separadamente. Além disso, surgem também, na sequência do texto, outros aspectos, tais como: processo de evocação das memórias, planejamento (implicação no futuro) e imaginação. Assim, as atividades cerebrais são relacionadas em estímulos (recebidos do meio externo) e em processos (oriundos de atividades internas), realizados simultaneamente, o que permite afirmar que a alternativa está correta.

ALTERNATIVA E: A alternativa extrapola os limites de interpretação, visto que o texto não menciona que os estímulos advindos do cérebro de um indivíduo são imprescindíveis para a formação de novas memórias.

Resposta: Alternativa D.

Texto para a questão 37

A história é uma disciplina definida por sua capacidade de lembrar. Poucos se lembram, porém, de como ela é capaz de esquecer. Há também quem caracterize a história como uma ciência da mudança no tempo, e quase ninguém aponta sua genuína capacidade de reiteração.

A história brasileira não escapa dessas ambiguidades fundamentais: ela é feita do encadeamento de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais, mas também anda repleta de lacunas, invisibilidades e esquecimentos. Além disso, se ao longo do tempo se destacam as alterações cumulativas de fatos e ocorrências, não é difícil notar, também, a presença de problemas estruturais que permanecem como que inalterados e assim se repetem, vergonhosamente, na nossa história nacional.

Nessa lista seria possível mencionar os racismos, o feminicídio, a corrupção, a homofobia e o patrimonialismo. Mas destaco aqui um tema que, de alguma maneira, dá conta de todos os demais: a nossa tremenda e contínua desigualdade social.

Desigualdade não é uma contingência nem um acidente qualquer, tampouco uma decorrência **natural(d)** e mutável de um processo que não **nos(c)** diz respeito. Ela é consequência de **nossas(c)** escolhas — sociais, educacionais, políticas, culturais e **institucionais(e)** —, que têm resultado em uma clara e crescente **concentração dos benefícios públicos(a)** nas mãos de poucos. (...) Quando se trata de enfrentar a desigualdade, não há saída fácil ou receita de bolo. Prefiro **apostar(b)** nos alertas que nós mesmos somos capazes de identificar.

Lilia Moritz Schwarcz. Desigualdade é teimosia. Internet: <www.nexojornal.com.br> (com adaptações).

37. CESPE – TCE/PB/2018

No último parágrafo do texto, a autora sugere que a responsabilidade pela existência da desigualdade social é de todos os indivíduos, entre eles incluído o leitor, o que é denotado pela

- a) alusão à “concentração dos benefícios públicos”.
- b) escolha do termo “apostar” para definir sua posição quanto ao tema.
- c) utilização dos pronomes “nos” e “nossas”.
- d) recusa a definir a desigualdade como “natural”.
- e) referência a escolhas “institucionais”.

RESOLUÇÃO:

ALTERNATIVA A: A alusão à “concentração dos benefícios públicos” está ligada às consequências da desigualdade, e não à responsabilidade pelo problema.

ALTERNATIVA B: O verbo “apostar” está relacionado ao enfrentamento do problema, e a questão trata da responsabilização pela existência dele.

ALTERNATIVA C: Ao fazer uso dos pronomes “nos” e “nossas”, ambos de primeira pessoa do plural, o autor denota que a responsabilidade pela existência da desigualdade social é de todos os indivíduos, inclusive dele (autor) e do leitor. A referência literal, portanto, é a todos nós.

ALTERNATIVA D: A menção ao que é ou ao que não é “Desigualdade social” não tem vinculação com o que propõe o comando da questão. Assim, o vocábulo “natural” não está relacionado com responsabilidade pela existência da desigualdade social, que, segundo o texto, é de todos os indivíduos.

ALTERNATIVA E: O vocábulo “institucionais” se refere ao termo “escolhas”, as quais são nossas. Assim, apenas de forma parcial (pois nossas escolhas são também sociais, educacionais, políticas e culturais) a palavra “institucionais” tem relação com a responsabilidade pela existência da desigualdade social, que, de acordo com a autora, é de todos os indivíduos.

Resposta: Alternativa C.

Texto para a questão 38

O medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer. A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens.

No espaço aberto da cidade, no refúgio da biblioteca, na magnitude do livro e na humildade dos objetos mais simples, a escrita teve como missão conjurar contra a fatalidade da perda. Em um mundo no qual as escritas podiam ser apagadas, os manuscritos podiam ser perdidos e os livros estavam sempre ameaçados de destruição, a tarefa não era fácil. Paradoxalmente, seu sucesso poderia criar, talvez, outro perigo: o de uma incontrolável proliferação textual de um discurso sem ordem nem limites.

O excesso de escrita, que multiplica os textos inúteis e abafa o pensamento sob o acúmulo de discursos, foi considerado um perigo tão grande quanto seu contrário. Embora fosse temido, o apagamento era necessário,

assim como o esquecimento também o é para a memória. Nem todos os escritos foram destinados a se tornar arquivos cuja proteção os defenderia da imprevisibilidade da história. Alguns foram traçados sobre suportes que permitiam escrever, apagar e depois escrever de novo.

Roger Chartier. **Inscrição e apagamento**: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII). Trad.: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007, p. 9-10 (com adaptações).

38. CESPE – TCE/PB/2018

Inferir-se do texto que a escrita é uma

- a) tecnologia ambígua, pois é capaz de, ao mesmo tempo, preservar informações úteis e contribuir para a disseminação de textos inúteis.
- b) atividade que transforma escritos em arquivos, garantindo, assim, a integridade das informações frente às inconstâncias da história.
- c) invenção da primeira fase da modernidade, voltada a manter vivas as memórias sociais e culturais.
- d) forma de evitar o desaparecimento de informações importantes que não deveriam ser esquecidas ou perdidas.
- e) manifestação efêmera, que podia ser registrada, depois apagada e, mais tarde, recuperada pela reescrita.

RESOLUÇÃO

A questão trata de inferência. Inferir é deduzir, depreender de forma lógica informações implícitas do texto.

ALTERNATIVA A: A escrita não é uma tecnologia ambígua, pois a ambiguidade ocorre quando o texto tem duplo sentido, gerando falta de clareza.

ALTERNATIVA B: O texto destaca que a escrita poderia criar também o perigo de uma incontrolável proliferação textual de um discurso sem ordem nem limites. Dessa maneira, a escrita não pode assegurar a integridade das informações frente às inconstâncias da história.

ALTERNATIVA C: O texto menciona a primeira fase da modernidade em alusão ao medo do esquecimento que se tornou uma obsessão às sociedades europeias. Portanto, não se pode concluir que a escrita é uma invenção da primeira fase da modernidade.

ALTERNATIVA D: Depreende-se do texto que a escrita tem papel fundamental na conservação da história das civilizações. Com o objetivo de se evitar o esquecimento, a escrita funcionaria como ferramenta principal na tarefa de evitar o esquecimento do que a humanidade, sobretudo a sociedade europeia, consideraria importante.

ALTERNATIVA E: O texto permite depreender que a escrita funcionaria como ferramenta principal na tarefa de evitar o esquecimento do que a humanidade considera importante. Sendo assim, sua manifestação não é efêmera, transitória, passageira.

Resposta: Alternativa D.

Texto para a questão 39

Quando nos referimos à supremacia de um fenômeno sobre outro, temos logo a impressão de que se está falando em superioridade, mas, no caso da relação entre oralidade e escrita, essa é uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala seja superior à escrita ou vice-versa. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente o aspecto que se está comparando e, em segundo, deve-se considerar que essa relação não é nem homogênea nem constante. A própria escrita tem tido uma avaliação variada ao longo da história e nos diversos povos.

Existem sociedades que valorizam mais a fala, e outras que valorizam mais a escrita. A única afirmação correta é a de que a fala veio antes da escrita. Portanto, do ponto de vista cronológico, a fala tem precedência sobre a escrita, mas, do ponto de vista do prestígio social, a escrita tem supremacia sobre a fala na maioria das sociedades contemporâneas.

Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem de parâmetros linguísticos, e sim de postura ideológica. São valores que podem variar entre sociedades e grupos sociais ao longo da história. Não há por que negar que a fala é mais antiga que a escrita e que esta lhe é posterior e, em certo sentido, dependente. Mesmo considerando a enorme e inegável importância que a escrita tem nos povos e nas civilizações ditas “letradas”, continuamos povos orais.

Luiz Antônio Marcuschi e Angela Paiva Dionisio. Princípios gerais para o tratamento **das relações entre a fala e a escrita**. In: Luiz Antônio Marcuschi e Angela Paiva Dionisio. Fala e escrita. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 26-7 (com adaptações).

39. CESPE – TCE/PB/2018

Conforme as ideias do texto,

- a) o desenvolvimento da fala e o surgimento da escrita são eventos que, sob o enfoque histórico, se deram exatamente nessa ordem.
- b) há uma ideologia compartilhada pelas sociedades contemporâneas de associar a escrita a uma manifestação superior à fala.
- c) do ponto de vista linguístico, fala e escrita são manifestações idênticas, não havendo diferenças entre elas nem superioridade de uma sobre a outra.
- d) ao longo da história e nas diversas civilizações, identificam-se momentos de maior e de menor valorização da língua escrita.
- e) em sociedades letradas, a comunicação por meio da escrita supera a comunicação por meio da fala.

RESOLUÇÃO:

ALTERNATIVA A: Os autores do texto afirmam que “a fala é mais antiga que a escrita”. Em outro momento, mencionam que a “fala tem precedência sobre a escrita”. Assim, é correto afirmar que “o desenvolvimento da fala e o surgimento da escrita são eventos que, sob o enfoque histórico, se deram exatamente nessa ordem”.

ALTERNATIVA B: O texto afirma que “a escrita tem supremacia sobre a fala na maioria das sociedades contemporâneas”. Além disso, o texto deixa claro que esses “valores que podem variar entre sociedades e grupos sociais ao longo da história”. Desse modo, não se pode dizer que “há uma ideologia compartilhada pelas sociedades contemporâneas de associar a escrita a uma manifestação superior à fala”.

ALTERNATIVA C: O texto não menciona que, do ponto de vista linguístico, fala e escrita são manifestações idênticas, não havendo diferenças entre elas nem superioridade de uma sobre a outra. No segundo parágrafo, explicita-se que “Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem de parâmetros linguísticos, e sim de postura ideológica”. O parágrafo segue afirmando que esses valores podem variar entre sociedades e grupos sociais ao longo da história.

ALTERNATIVA D: O texto deixa claro que a “escrita tem tido uma avaliação variada ao longo da história e nos diversos povos”. Os autores expressam que, “do ponto de vista do prestígio social, a escrita tem supremacia sobre a fala na maioria das sociedades contemporâneas”. No entanto, o texto não afirma que se identificam momentos de maior e de menor valorização da língua escrita ao longo da história e nas diversas civilizações.

ALTERNATIVA E: Não há amparo legal no texto para concluirmos que “em sociedades letradas, a comunicação por meio da escrita supera a comunicação por meio da fala”. Embora essa afirmação possa parecer verdadeira, não está conforme as ideias do texto.

Resposta: Alternativa A.

Texto para as questões 40 a 42

A paz não pode ser garantida apenas pelos acordos políticos, econômicos ou militares. Cada um de nós, independentemente de idade, sexo, estrato social, crença religiosa etc. é chamado à criação de um mundo pacificado, um mundo sob a égide de uma cultura da paz. Mas, o que significa “cultura da paz”?

Construir uma cultura da paz envolve dotar as crianças e os adultos da compreensão de princípios como liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Implica uma rejeição, individual e coletiva, da violência que tem sido percebida na sociedade, em seus mais variados contextos. A cultura da paz tem de procurar soluções que advenham de dentro da(s) sociedade(s), que não sejam impostas do exterior.

Cabe ressaltar que o conceito de paz pode ser abordado em sentido negativo, quando se traduz em um estado de não guerra, em ausência de conflito, em passividade e permissividade, sem dinamismo próprio; em síntese, condenada a um vazio, a uma não existência palpável, difícil de se concretizar e de se precisar. Em sua concepção positiva, a paz não é o contrário da guerra, mas a prática da não violência para resolver conflitos, a prática do diálogo na relação entre pessoas, a postura democrática frente à vida, que pressupõe a dinâmica da cooperação planejada e o movimento constante da instalação de justiça.

Uma cultura de paz exige esforço para modificar o pensamento e a ação das pessoas para que se promova a paz. Falar de violência e de como ela nos assola deixa de ser, então, a temática principal. Não que ela vá ser esquecida ou abafada; ela pertence ao nosso dia a dia e temos consciência disso. Porém, o sentido do discurso, a ideologia que o alimenta, precisa impregná-lo de palavras e conceitos que anunciem os valores humanos que decantam a paz, que lhe proclamam e promovem. A violência já é bastante denunciada, e quanto mais falamos dela, mais lembramos de sua existência em nosso meio social. É hora de começarmos a convocar a presença da paz em nós, entre nós, entre nações, entre povos.

Um dos primeiros passos nesse sentido refere-se à gestão de conflitos. Ou seja, prevenir os conflitos potencialmente violentos e reconstruir a paz e a confiança entre pessoas originárias de situação de guerra é um dos exemplos mais comuns a serem considerados. Tal missão estende-se às escolas, instituições públicas e outros locais de trabalho por todo o mundo, bem como aos parlamentos e centros de comunicação e associações.

Outro passo é tentar erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, lutando para atingir um desenvolvimento sustentado e o respeito pelos direitos humanos, reforçando as instituições democráticas, promovendo a liberdade de expressão, preservando a diversidade cultural e o ambiente. É, então, no entrelaçamento “paz — desenvolvimento — direitos humanos — democracia” que podemos vislumbrar a educação para a paz.

Leila Dupret. Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea. In: Psicol. Esc. Educ. (Impr.) v. 6, n.º 1. Campinas, jun./2002 (com adaptações).

40. CESPE – PC/MA/2018

De acordo com o texto, a cultura da paz depende, entre outras coisas,

- a) do controle da liberdade de expressão.
- b) da passividade e da permissividade.
- c) de instituições democráticas fortes.
- d) da rejeição ao desenvolvimento social.
- e) da inexistência de conflitos.

RESOLUÇÃO:

ALTERNATIVA A: No final do texto, exatamente no penúltimo parágrafo, afirma-se que se deve promover a liberdade de expressão.

ALTERNATIVA B: O texto aborda “passividade” e “permissividade” como conceitos, e não como algo de que dependa a cultura da paz.

ALTERNATIVA C: Segundo o texto, a cultura da paz depende de instituições democráticas fortes. No penúltimo parágrafo, o texto deixa claro que uma cultura de paz exige também, além do que foi mencionado em parágrafos anteriores, o reforço das instituições democráticas.

ALTERNATIVA D: O texto, sobretudo nos dois últimos parágrafos, afirma justamente o contrário do que se menciona na alternativa.

ALTERNATIVA E: O texto, no sexto parágrafo, fala de “gestão de conflitos”, e não da inexistência deles.

Resposta: C.

41. CESPE – PC/MA/2018

O texto, essencialmente expositivo-argumentativo, estrutura-se a partir da

- a) definição de conceitos e do uso de recursos retóricos.
- b) construção de personagens e cenas concretas.
- c) utilização de recursos textuais descritivos.
- d) mescla entre elementos textuais ficcionais e jornalísticos.
- e) expressão de sentimentos e vivências pessoais.

RESOLUÇÃO:

Em parte, a questão já foi favorável ao candidato. Ela já antecipou um aspecto muito importante na identificação das características de um texto, por exemplo, o fato de ele ser essencialmente expositivo-argumentativo.

ALTERNATIVA A: O texto se estrutura a partir de dois destacáveis aspectos: primeiro, definição de conceitos, quando, por exemplo, objetiva dar resposta ao que significa a cultura da paz; segundo, uso de recursos retóricos. Vale destacar que esses recursos estão relacionados à eloquência, à arte de usar a palavra para convencer. Esses dois aspectos, portanto, contribuem para a essência do texto em análise: a exposição e a argumentação de ideias.

ALTERNATIVA B: A construção de personagens e de cenas concretas é inerente à tipologia textual narrativa.

ALTERNATIVA C: A utilização de recursos textuais descritivos são aspectos da tipologia textual descritiva.

ALTERNATIVA D: O texto não é híbrido, como a crônica, que reúne elementos tanto da literatura quanto do jornalismo. Sendo assim, não há a mescla entre elementos textuais ficcionais e jornalísticos.

ALTERNATIVA E: O texto não tem função emotiva ou expressiva da linguagem. Portanto, não é a expressão de sentimentos e de vivências pessoais. O foco dele está na informação e na argumentação.

Resposta: A.

42. CESPE – PC/MA/2018

De acordo com o texto, os elementos “gestão de conflitos” e “erradicar a pobreza” devem ser concebidos como

- a) obstáculos para a construção da cultura da paz.
- b) dispensáveis para a construção da cultura da paz.
- c) irrelevantes na construção da cultura da paz.
- d) etapas para a construção da cultura da paz.
- e) consequências da construção da cultura da paz.

RESOLUÇÃO:

ALTERNATIVA A: Os elementos “gestão de conflitos” e “erradicar a pobreza” são caminhos, soluções, e não obstáculos para a construção da paz.

ALTERNATIVA B: O texto afirma o contrário, pois declara o caráter fundamental da gestão de conflitos e da erradicação da pobreza para a construção da paz.

ALTERNATIVA C: Ao contrário do que afirma a alternativa, a gestão de conflitos e a erradicação da pobreza são muito relevantes para a construção da paz.

ALTERNATIVA D: O texto, entre outros aspectos, dedica-se a abordar o que é necessário para construir uma cultura da paz. Nesse processo de construção, a gestão de conflitos e a erradicação da pobreza são discriminados como elementos essenciais.

ALTERNATIVA E: A gestão de conflitos e a erradicação da pobreza não são consequências da construção da cultura da paz, mas condições necessárias para que tal cultura exista.

Resposta: D.

Texto para as questões 43 a 44

Encontradas principalmente nos embriões, mas também em alguns tecidos adultos como o adiposo, as células-tronco têm a capacidade de se transformar em células de diversos tipos. Embora a chamada plasticidade das embrionárias seja maior, os desafios éticos de pesquisas com esse tipo de células levaram a atenção de muitos cientistas às células-tronco adultas. Na virada do milênio, publicações científicas em periódicos importantes sugeriam que ambas teriam propriedades equivalentes.

Esperava-se que, ao serem injetadas em órgãos danificados, como um coração infartado, as células-tronco adultas pudessem originar vasos sanguíneos e células cardíacas. Teve início, então, uma série de ensaios clínicos — testes em pessoas —, que foram amplamente noticiados.

Hoje, sabe-se que as células-tronco adultas não são tão versáteis quanto prometiam. Os resultados dos ensaios não foram animadores. Mas isso não significa que tenham sido descartadas como possível tratamento ou que os esforços tenham sido desperdiçados. Na ciência, o negativo também é um resultado; mesmo que não renda prêmios ou resulte em publicações, contribui para o avanço do conhecimento.

Alexandra Ozorio de Almeida. Dois passos para trás, um para frente. In: Revista Pesquisa Fapesp 2, 60.ª ed., out./2017, p. 7 (com adaptações).

Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto, julgue o item que se segue.

43. CESPE – PM/MA/2018

Em ciência, um resultado negativo, embora também tenha seu valor na construção do saber, é considerado algo de menor prestígio, por não resultar em prêmios ou em publicações.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

No final do texto, o autor afirma que o negativo também é um resultado, no entanto não faz alusão ao fato de tal resultado ser considerado algo de menor prestígio, por não resultar em prêmios ou em publicações.

Resposta: ERRADO.

44. CESPE – PM/MA/2018

Infer-se do texto que apenas as células-tronco encontradas em embriões e no tecido adiposo são capazes de se transformar em células de diversos tipos, apesar de haver outras fontes de células-tronco.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Na introdução, logo no primeiro período do texto, lemos que as células-tronco têm a capacidade de se transformar em células de diversos tipos, que elas são encontradas principalmente em embriões e também em algumas células do tecido adiposo. O erro da questão envolve, principalmente, o seguinte aspecto: não há no texto a ideia de “apenas”, “só”, “exclusivamente”, que sugere a questão em relação à exclusividade que as células-tronco teriam de *apenas* elas serem encontradas em embriões e em tecido adiposo, sendo, portanto, capazes de se transformar em células de diversos tipos, apesar de haver outras fontes de células-tronco. Assim, não se pode inferir o que propõe a questão.

Resposta: ERRADO.**Texto**Internet: <www.leovillanova.net>.**No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, julgue o item subsequente.****45. CESPE – PM/MA/2018**

Conclui-se da fala do mosquito que está voando que ele se dirige a apenas um dos dois mosquitos que estão próximos ao vidro de vacina contra a dengue.

 CERTO ERRADO**RESOLUÇÃO:**

A conclusão expressa na questão está correta. A interlocução (o diálogo) ocorre somente entre dois mosquitos. Observe que a fala do primeiro mosquito está no singular (Sai daí, doido!), o que comprova que ele se dirige somente a um dos dois mosquitos que estão próximos ao vidro de vacina contra a dengue.

Resposta: CERTO.

Texto para as questões

A Polícia Militar do Maranhão (PM/MA.) foi criada por meio da Lei Provincial n.º 21, de 17/6/1836, com o nome de Corpo de Polícia da Província do Maranhão. Ao longo de 115 anos, a instituição recebeu várias denominações, até ser denominada de Polícia Militar do Maranhão, em 1951.

A primeira turma de oficiais da PM/MA com Curso de Formação de Oficiais formou-se em 1966, na Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; daí em diante, aconteceram formações em outras academias de diferentes estados. Com a criação da Academia de Polícia Militar do Maranhão, por meio da Lei n.º 5.657/1993, passou a caber a ela a formação dos oficiais da corporação, tendo sido a primeira turma composta de 29 aspirantes a oficiais.

Internet: <www.pm.ma.gov.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e a aspectos linguísticos do texto, julgue o item subsequente.

46. CESPE – PM/MA/2018

Inferre-se do texto que, até 1993, a formação de oficiais da PM/MA acontecia em outros estados porque não havia academia de polícia militar no estado do Maranhão.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O texto afirma que, por meio da Lei n.º 5.657/1993, com a criação da Academia de Polícia Militar do Maranhão, passou a existir a primeira turma de alunos, composta de 29 aspirantes a oficiais. No último parágrafo do texto, também lemos que a primeira turma de oficiais da PM/MA com Curso de Formação de Oficiais formou-se em 1966, na Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. A partir de então, aconteceram formações em outras academias de diferentes estados. Assim, é correta a afirmação de que, até 1993, a formação de oficiais da PM/MA acontecia em outros estados porque não havia academia de polícia militar no estado do Maranhão.

Resposta: CERTO.

Texto para a questão 47

O Brasil sempre foi um país com grandes desigualdades. Marcada por diferenças sociais, econômicas e regionais, esta nação tem procurado, nos últimos anos, promover a diminuição das desigualdades que sempre a marcaram de forma profunda. A Constituição Federal de 1988 traçou diversos objetivos, entre eles, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais. Embora, infelizmente, tais metas não tenham sido atingidas, ocorreram diversos avanços, como, por exemplo, a diminuição da mortalidade infantil e do analfabetismo; a melhoria na expectativa de vida; o aumento do número de jovens nas escolas, entre outros.

No mundo, a busca pelo tratamento igual já estava presente desde antes da Revolução Francesa, mas, a partir dela, a luta por um tratamento equânime entre as pessoas não só se tornou sinônimo de aplicação de justiça, como também passou a ser um dos aspectos de como a dignidade da pessoa humana se revela, em especial, no tratamento que o Estado reserva ao homem.

O direito à igualdade ou ao tratamento isonômico está definido como um direito fundamental, assumindo posição de destaque na sociedade moderna e invertendo a tradicional relação entre o Estado e o indivíduo, ao reconhecer que a pessoa humana tem, primeiro, direitos, e, depois, deveres perante o Estado, e que os direitos que o Estado tem em relação ao indivíduo se ordenam ao objetivo de melhor cuidar das necessidades dos seus cidadãos.

Por meio de ações corretivas dos poderes públicos e do estabelecimento de direitos relativos à assistência social, à educação, ao trabalho, ao lazer, à saúde, à cultura e ao esporte, por exemplo, procurou-se promover uma igualdade material, ou seja, o tratamento equânime de todos os seres humanos, bem como a sua equiparação no que diz respeito às possibilidades de concessão de oportunidades.

Embora a tributação tenha um papel fundamental como instrumento reformador e capaz de atuar na diminuição das desigualdades, o modo como o sistema tributário está estruturado não logra os objetivos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Há, portanto, necessidade de uma reforma para que ele se adéque às exigências de um sistema justo, com fundamento na igualdade e na capacidade contributiva, em busca de uma maior justiça social e fiscal. Nesse sentido, o imposto sobre a renda das pessoas físicas é o maior responsável por fazer avançar ou retroceder a capacidade econômica e, por consequência, a solidariedade social.

Élvio Gusmão Santos. Internet: <www.agu.gov.br> (com adaptações).

47. CESPE - SEFAZ RS/2018

No texto, a argumentação especificamente em defesa de uma reforma do sistema tributário brasileiro está explícita no

- a) primeiro parágrafo.
- b) segundo parágrafo.
- c) terceiro parágrafo.
- d) quarto parágrafo.
- e) último parágrafo.

RESOLUÇÃO:

A questão espera que o candidato identifique a alternativa em que há uma explícita argumentação especificamente em defesa de uma reforma do sistema tributário brasileiro.

ALTERNATIVA A: No primeiro parágrafo, o autor faz uma apresentação do tema, mostrando a relevância do que será abordado na sequência do texto.

ALTERNATIVA B: No segundo parágrafo, o texto procede a uma alusão histórica, ao apresentar como o problema central do texto era tratado no mundo em outros momentos, como na época da Revolução Francesa.

ALTERNATIVA C: No terceiro parágrafo, aborda-se a relação de direitos e de deveres do cidadão em relação ao Estado e como o Estado deve agir para melhor cuidar de seus cidadãos.

ALTERNATIVA D: No quarto parágrafo, a ênfase é na promoção da igualdade material, do equilibrado tratamento de todos os seres humanos e da sua equiparação no que diz respeito às possibilidades de concessão de oportunidades.

ALTERNATIVA E: No quinto parágrafo, há uma argumentação especificamente em defesa de uma reforma do sistema tributário brasileiro. O texto deixa explícito que existe a necessidade de uma reforma para que ele (sistema tributário) se adéque às exigências de um sistema justo.

Resposta: E.

Texto para a questão 48

Não sou de choro fácil a não ser quando descubro qualquer coisa muito interessante sobre ácido desoxirribonucleico. Ou quando acho uma carta que fale sobre a descoberta de um novo modelo para a estrutura do ácido desoxirribonucleico, uma carta que termine com “Muito amor, papai”. Francis Crick descobriu o desenho do DNA e escreveu a seu filho só para dizer que “nossa estrutura é muito bonita”. Estrutura, foi o que ele falou. Antes de despedir-se ainda disse: “Quando chegar em casa, vou te mostrar o modelo”. **Não esqueça os dois pacotes de leite, passe para comprar pão, guarde o resto do dinheiro para seus caramelos e, quando chegar, eu mostro a você o mecanismo copador básico a partir do qual a vida vem da vida.**

Não sou de choro fácil, mas um composto orgânico cujas moléculas contêm as instruções genéticas que coordenam o desenvolvimento e o funcionamento de todos os seres vivos me comove. Cromossomas me animam, ribossomas me espantam. A divisão celular não me deixa dormir, e olha que eu moro bem no meio das montanhas.

De vez em quando vejo passarem os aviões, mas isso nunca acontece de madrugada — a noite se guarda toda para o infinito silêncio. Acho que uma palavra é muito mais bonita do que uma carabina, mas não sei se vem ao caso. Nenhuma palavra quer ferir outras palavras: nem desoxirribonucleico, nem montanha, nem canção. Todos esses conceitos têm os seus sinônimos, veja só, ácido desoxirribonucleico e DNA são exatamente a mesma coisa, e os do resto das palavras você acha. É tudo uma questão de amor e prisma, por favor não abra os canhões. Que coisa mais linda esse ácido despenteado, caramba. Olhei com mais atenção o desenho da estrutura e descobri: a raça humana é toda brilho.

Matilde Campilho. Notícias escrivinhadas na beira da estrada. In: Jóquei S. ão Paulo: Editora 34, 2015, p. 26-7 (com adaptações).

Julgue o item, a seguir, com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto, no qual a autora Matilde Campilho aborda a descoberta, em 1953, da estrutura da molécula do DNA, correalizada pelos cientistas James Watson e Francis Crick.

48. CESPE – AJ/STM/ 2018

Pode-se inferir da ausência de aspas e do estilo característico do texto que a passagem “Não esqueça os dois pacotes de leite (...) a partir do qual a vida vem da vida” é uma extrapolação imaginativa da autora a partir da carta escrita por Francis Crick a seu filho.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O primeiro parágrafo do texto traz o fragmento em que houve a ausência das aspas. O trecho “Não esqueça os dois pacotes de leite (...) a partir do qual a vida vem da vida” é, sem dúvida, uma extrapolação imaginativa da

autora a partir da carta escrita por Francis Crick a seu filho. Pode-se inferir, portanto, com base no período anterior, o qual está entre aspas, que o fragmento em análise é uma continuação da fala de Crick a seu filho.

Resposta: CERTO

Texto para a questão 49

Esse rapaz que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida é um sintoma da revivescência de um sentimento que parecia ter morrido no coração dos homens: o domínio sobre a mulher. Há outros casos. (...) Todos esses senhores parece que não sabem o que é a vontade dos outros. Eles se julgam com o direito de impor o seu amor ou o seu desejo a quem não os quer. Não sei se se julgam muito diferentes dos ladrões à mão armada; mas o certo é que estes não nos arrebatam senão o dinheiro, enquanto esses tais noivos assassinos querem tudo que há de mais sagrado em outro ente, de pistola na mão. O ladrão ainda nos deixa com vida, se

lhe passamos o dinheiro; os tais passionais, porém, nem estabelecem a alternativa: a bolsa ou a vida. Eles, não; matam logo.

Nós já tínhamos os maridos que matavam as esposas adúlteras; agora temos os noivos que matam as ex-noivas. De resto, semelhantes cidadãos são idiotas. É de se supor que quem quer casar deseje que a sua futura mulher venha para o tálamo conjugal com a máxima liberdade, com a melhor boa- vontade, sem coação de espécie alguma, com ardor até, com ânsia e grandes desejos; como é então que se castigam as moças que confessam não sentir mais pelos namorados amor ou coisa equivalente?

Todas as considerações que se possam fazer tendentes a convencer os homens de que eles não têm sobre as mulheres domínio outro que não aquele que venha da afeição não devem ser desprezadas. Esse obsoleto domínio à valentona, do homem sobre a mulher, é coisa tão horrorosa que enche de indignação.

Todos os experimentadores e observadores dos fatos morais têm mostrado a insanidade de generalizar a eternidade do amor. Pode existir, existe, mas excepcionalmente; e exigi-la nas leis ou a cano de revólver é um absurdo tão grande como querer impedir que o Sol varie a hora do seu nascimento. Deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus.

Lima Barreto. Não as matem. In: Vida urbana. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 83-5 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e aos aspectos gramaticais do texto, julgue o item que se segue.

49. CESPE – AJ/STM/ 2018

A ideia principal do último parágrafo do texto é a de que as mulheres não devem ser penalizadas em razão das decisões que tomam a respeito de seus sentimentos.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO

O último parágrafo desenvolve a ideia central de que é insano “generalizar a eternidade do amor”. Não se trata de penalizar as mulheres, mas de deixá-las amar à vontade. Todo o parágrafo estrategicamente desenvolve a ideia de que o amor não pode ser eterno por força de lei ou de ameaça e converge para sua ideia secundária: a liberdade que a mulher deve ter para amar de forma espontânea, sem que isso lhe cause a morte, por exemplo.

Resposta: ERRADO

Texto para a questão 50

A obra de Maquiavel causou bastante polêmica por romper com a visão usual da atividade política. Na tradição cristã, a política era vista como uma forma de preparar a Cidade de Deus na terra. Na Antiguidade, era uma maneira de “promover o bem comum”. Havia sempre a referência a um objetivo transcendente, a um padrão implícito ou explícito de justiça. Para Maquiavel, o que importa, na política, é o poder real. Não é uma questão de justiça ou de princípios, mas de capacidade de impor-se aos outros.

N’O Príncipe, Maquiavel ensina que a meta de toda ação política é ampliar o próprio poder em relação aos outros. É necessário reduzir o poder dos adversários: semear a discórdia nos territórios conquistados, enfraquecer os fortes e fortalecer os fracos; em suma, dividir para reinar.

Os Discorsi são uma longa glosa dos dez primeiros livros da História de Roma, de Tito Lívio, vistos como um documento histórico incontestável, embora hoje se saiba que o autor não se furtava a alterar os fatos para robustecer seu caráter alegórico ou exemplar — procedimento, aliás, que Maquiavel também adotaria em suas Histórias Florentinas. Na obra, ele procura, nos costumes dos antigos, elementos que possam ser utilizados na superação dos problemas de sua época.

Ao buscar as causas da grandeza da Roma antiga, Maquiavel acaba por encontrá-las na discórdia entre seus cidadãos, naquilo que tradicionalmente era estigmatizado como “tumultos”. Trata-se de uma visão revolucionária, já que o convencional era fazer o elogio da harmonia e da unidade. Até hoje, a busca do “consenso” e o sonho de uma sociedade harmônica, sem disputa de interesses, estão presentes no discurso político e, mais ainda, alimentam a desconfiança com que são vistas as lutas políticas.

Para Maquiavel, porém, o conflito é sempre um sintoma de equilíbrio de poder. Na sociedade, uma parte sempre quer oprimir a outra — nobres e plebeus, ricos e pobres ou, na linguagem que ele prefere usar, o povo e os “grandes”. Se o conflito persiste, é porque nenhuma parte conseguiu atingir sua meta de dominar a outra. Portanto, permanece um espaço de liberdade para todos.

L. F. Miguel. A moral e a política. In: L. F. Miguel. O nascimento da política moderna. De Maquiavel a Hobbes. Brasília: Editora da UnB, 2015, p. 21, 23-4 (com adaptações).

Julgue o item, relativo às estruturas linguísticas do texto.

50. CESPE – AJ/STM/ 2018

As aspas empregadas em 'consenso' indicam que o autor do texto avalia criticamente os discursos atuais em que se busca consenso em política; em 'grandes', essa pontuação serve para destacar o valor semântico dessa palavra na linguagem de Maquiavel.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O texto discorre sobre política a partir da obra "O príncipe", de Maquiavel, na qual o autor italiano rompe com a visão usual da atividade política. O autor aborda que, para Maquiavel, a grandeza da Roma antiga estava na discórdia entre seus cidadãos. Assim, quando o autor usa a palavra "consenso" entre aspas, evidencia-se que ele avalia criticamente os discursos atuais em que se busca consenso em política. Na palavra "grandes", as aspas cumprem a função de destacar o valor semântico dessa palavra na linguagem de Maquiavel, visto que "grandes" foi usado como substantivo anafórico, referindo-se aos nobres e aos ricos.

Resposta: CERTO

Texto para a questão 51

Os revisores, quando necessitam revisar um texto, têm duas opções: podem reescrevê-lo ou revisá-lo. A opção pela reescrita pode tornar-se mais simples porque não vai obrigar a um diagnóstico do(s) problema(s) que exista(m) no texto com a intenção de resolvê-lo(s). Na reescrita, o revisor afasta-se da superfície do texto. Ele vai ao cerne do texto, reescreve-o, fornecendo, assim, uma versão diferente da versão primitiva. Tanto a reescrita como a revisão são duas possibilidades de revisão. São como pontos de um *continuum* que remetem para o grau de preservação da superfície original do texto. Nessa ótica, a reescrita respeitará menos o original, imporá menos esforço de diagnóstico e de busca de solução dos problemas detectados, motivo pelo qual pode ser a opção que toma o revisor menos experiente. A revisão, por sua vez, implica a correção dos problemas detectados, preservando-se o máximo possível do texto original.

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto. Da revisão na escrita: uma gestão exigente requerida pela relação entre leitor, autor e texto escrito. InR: revista Observatório, v. 3, n.º 4, 2017, p. 503 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto, julgue o item subsequente.

51. CESPE – AJ/STM/ 2018

Infere-se do texto que o revisor passa a ser considerado experiente quando, ao revisar um texto, ele opta por um caminho menos simples que se compõe de três passos: identificação de problemas que possam existir no texto objeto de revisão, correção desses problemas e busca de máxima manutenção da produção original.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O texto explicita que o revisor menos experiente procede à reescrita do texto porque isso exige menos esforço. O texto também aborda que a correção de um texto, além de preservar o máximo possível da originalidade do original, implica a correção dos problemas detectados. Em nenhum momento, porém, o texto

afirma que o revisor passa a ser considerado experiente quando, ao revisar um texto, ele opta por um caminho menos simples. Sendo assim, a inferência que propõe a questão está errada.

Resposta: ERRADO

Texto para a questão 52

A atividade de busca por dados e informações e a interpretação de seu significado, o que se conhece hoje por inteligência, sempre desempenhou um papel preponderante na história da humanidade, principalmente na política internacional, em maior ou menor grau, conforme a época.

Atualmente, como em nenhum outro período da história, crescem e se multiplicam as agências governamentais em uma complexa rede internacional à procura de ameaças veladas ou qualquer tipo de informação considerada sensível, em um jogo estratégico de poder e influência globais. É esse processo de identificação de ameaças, a busca por informações e dados, que pretende detectar intenções dissimuladas que ocultem os mais diversos interesses, o que chamo de guerra secreta. Essa modalidade de guerra se desenvolve entre agências ou serviços secretos, em uma corrida para ver quem chega primeiro. Trata-se do mais complexo dos conflitos, pois ocorre nas sombras, nos bastidores do poder, identificando propagandas enganosas, desinformação, e celebrando acordos cujas partes sabem antecipadamente que nunca serão cumpridos. Muitas das informações levantadas por agentes secretos em ações de espionagem foram utilizadas em guerras ou mesmo serviram de pivô central para desencadear tais conflitos.

Convivemos com a guerra secreta há muito tempo, embora de forma não perceptível, e, a cada ciclo histórico, com maior intensidade.

André Luís Woloszyn. Guerra nas sombras: os bastidores dos serviços secretos internacionais. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 7-8 (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto, julgue o item seguinte.

52. CESPE - OI (ABIN)/ABIN/2018

Para o autor do texto, há muito tempo o mundo encontra-se em uma guerra cuja intensidade aumenta a cada ciclo histórico e cujos efeitos já estão bem divulgados.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Ao falar de guerra, o texto faz a menção à “guerra secreta”, que é aquela que ocorre “entre agências ou serviços secretos, em uma corrida para ver quem chega primeiro”. Esse tipo de guerra, segundo o texto, ocorre de forma velada, secreta, nos bastidores, por isso é um dos mais complexos conflitos. Assim, está incorreta a questão quando afirma que “há muito tempo o mundo encontra-se em uma guerra cuja intensidade aumenta a cada ciclo histórico e cujos efeitos já estão bem divulgados”.

Resposta: ERRADO

53. CESPE - OI (ABIN)/ABIN/2018

Depreende-se do texto que a guerra secreta é o mais complexo dos conflitos porque é um jogo estratégico de poder, de interesses e de influência que se desenvolve em um espaço específico: nos bastidores do poder político internacional, onde governos semeiam inverdades e encenam acordos sem validade.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Vejam novamente a questão para análise: “Depreende-se do texto que a guerra secreta é o mais complexo dos conflitos porque é um jogo estratégico de poder, de interesses e de influência que se desenvolve em um espaço específico: nos bastidores do poder político internacional, onde governos semeiam inverdades e encenam acordos sem validade”.

Posto isso, é preciso observar que:

(I) Não há um espaço específico em que essa guerra se desenvolva. O texto deixa bem claro que tal guerra “ocorre nas sombras, nos bastidores do poder”.

(II) O trecho “que se desenvolve” é ambíguo, pois não fica claro no enunciado da questão o referente do pronome relativo “que”. Assim, não se sabe o que se desenvolve. Vale destacar que, de acordo com o texto, o que se desenvolve está bem explícito: “Essa modalidade de guerra se desenvolve entre agências ou serviços secretos, em uma corrida para ver quem chega primeiro”.

(III) Quanto aos aspectos linguísticos, o vocábulo “onde”, em “*onde* governos semeiam inverdades”, está mal empregado, visto que “onde” deve ser usado só para lugar físico. Nesse caso, poderia ser usado “em que”.

(IV) Não se depreende do texto que os governos “semeiam inverdades e encenam acordos sem validade”. Ocorre, no final da questão, extrapolação do tema.

Resposta: ERRADO

Texto para a questão 54

A atividade de inteligência é o exercício de ações especializadas para a obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país. Inteligência e contrainteligência são os dois ramos dessa atividade. A inteligência compreende ações de obtenção de dados associadas à análise para a compreensão desses dados. A análise transforma os dados em cenário compreensível para o entendimento do passado, do presente e para a perspectiva de como tende a se configurar o futuro. Cabe à inteligência tratar fundamentalmente da produção de conhecimentos com o objetivo específico de auxiliar o usuário a tomar decisões de maneira mais fundamentada. A contrainteligência tem como atribuições a produção de conhecimentos e a realização de ações voltadas à proteção de dados, conhecimentos, infraestruturas críticas — comunicações, transportes, tecnologias de informação — e outros ativos sensíveis e sigilosos de interesse do Estado e da sociedade. O trabalho desenvolvido pela contrainteligência tem foco na defesa contra ameaças como a espionagem, a sabotagem, o vazamento de informações e o terrorismo, patrocinadas por instituições, grupos ou governos estrangeiros.

Internet: <www.abin.gov.br> (com adaptações).

Julgue o item seguinte, relativo às ideias e aos aspectos linguísticos do texto.

54. CESPE - AI (ABIN)/ABIN/2018

O escopo do trabalho da inteligência se confunde com o da contrainteligência, embora sejam duas facetas da atividade de inteligência.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Embora sejam duas facetas da atividade de inteligência, o escopo do trabalho da inteligência não se confunde com o da contrainteligência, visto que se trata de questões distintas, de situações diferentes, as quais o texto define bem. Em resumo, segundo o texto, a inteligência “compreende ações de obtenção de dados associadas à análise para a compreensão desses dados”. Já a contrainteligência “tem foco na defesa contra ameaças como a espionagem, a sabotagem, o vazamento de informações e o terrorismo”.

Resposta: ERRADO

A questão 55 baseia no texto apresentado abaixo.

Ainda existem pessoas para as quais a greve é um “escândalo”: isto é, não só um erro, uma desordem ou um delito, mas também um crime moral, uma ação intolerável que perturba a própria natureza. “Inadmissível”, “escandalosa”, “revoltante”, dizem alguns leitores do Figaro, comentando uma greve recente. Para dizer a verdade, trata-se de uma linguagem do tempo da Restauração, que exprime a sua mentalidade profunda. É a época em que a burguesia, que assumira o poder havia pouco tempo, executa uma espécie de junção entre a moral e a natureza, oferecendo a uma a garantia da outra. Temendo-se a naturalização da moral, moraliza-se a natureza; finge-se confundir a ordem política e a ordem natural, e decreta-se imoral tudo o que conteste as leis estruturais da sociedade que se quer defender. Para os prefeitos de Carlos X, assim como para os leitores do Figaro de hoje, a greve constitui, em primeiro lugar, um desafio às prescrições da razão moralizada: “fazer greve é zombar de todos nós”, isto é, mais do que infringir uma legalidade cívica, é infringir uma legalidade “natural”, atentar contra o bom senso, misto de moral e lógica, fundamento filosófico da sociedade burguesa.

Nesse caso, o escândalo provém de uma ausência de lógica: a greve é escandalosa porque incomoda precisamente aqueles a quem ela não diz respeito. É a razão que sofre e se revolta: a causalidade direta, mecânica, essa causalidade é perturbada; o efeito se dispersa incompreensivelmente longe da causa, escapa-lhe, o que é intolerável e chocante. Ao contrário do que se poderia pensar sobre os sonhos da burguesia, essa classe tem uma concepção tirânica, infinitamente suscetível, da causalidade: o fundamento da moral que professa não é de modo algum mágico, mas, sim, racional. Simplesmente, trata-se de uma racionalidade linear, estreita, fundada, por assim dizer, numa correspondência numérica entre as causas e os efeitos. O que falta a essa racionalidade é, evidentemente, a ideia das funções complexas, a imaginação de um desdobramento longínquo dos determinismos, de uma solidariedade entre os acontecimentos, que a tradição materialista sistematizou sob o nome de totalidade.

Roland Barthes. O usuário da greve. In: R. Barthes. Mitologias. Tradução de Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007, p. 135-6 (com adaptações).

55. CESPE - Aud Est/TCM-BA/2018

Com relação às ideias do texto, assinale a opção correta.

- a) Infere-se do texto que seu autor considera a greve um crime moral, um delito contra a natureza do mundo e da sociedade.
- b) Argumenta-se, no texto, em favor de uma lógica natural que explique a articulação das tensões sociais que a greve manifesta.
- c) Conclui-se do texto que a intolerância com relação à greve advém da ignorância da complexidade de seus efeitos sobre os membros de uma sociedade.
- d) De acordo com o texto, a percepção do senso comum sobre a burguesia é a de que esta é uma classe social cujos membros são caracterizados pelo comportamento tirânico e dominador.
- e) Infere-se do texto que é inadequada a aplicação do pensamento racional à compreensão das relações sociais.

RESOLUÇÃO:

ALTERNATIVA A: Em nenhum momento do texto, o autor critica a greve, considerando-a um crime moral ou um delito contra a natureza do mundo e da sociedade.

ALTERNATIVA B: O autor do texto não argumenta em favor de uma lógica natural. O que ele faz é mencionar a burguesia, que “executa uma espécie de junção entre a moral e a natureza, oferecendo a uma a garantia da outra”.

ALTERNATIVA C: O segundo parágrafo do texto menciona que “a greve é escandalosa porque incomoda precisamente aqueles a quem ela não diz respeito”, como a burguesia, grupo do qual a intolerância em relação à greve advém, devido à ignorância da complexidade de seus efeitos sobre os membros de uma sociedade. Na sequência do texto, vemos que a burguesia tem uma concepção tirânica da causalidade, por ter uma racionalidade estreita e linear.

ALTERNATIVA D: A alternativa apresenta uma extrapolação, pois a percepção do senso comum sobre a burguesia apresentada não está de acordo com o texto.

ALTERNATIVA E: De modo geral, o autor não se contrapõe à aplicação do pensamento racional à compreensão das relações sociais. Ele não cria essa inadequação. O que se nota, sobretudo no segundo parágrafo, é uma crítica à racionalidade burguesa.

Resposta: C

Texto para as questões 56 a 58

As discussões em torno de questões como “o que é justiça?” ou “quais são os mecanismos disponíveis para produzir situações cada vez mais justas ao conjunto da sociedade?” não são novidade. Autores do século XIX já procuravam construir análises para identificar qual o sentido exato do termo justiça e quais formas de promovê-la eram possíveis e desejáveis ao conjunto da sociedade à época. O debate se enquadra em torno de três principais ideias: bem-estar; liberdade e desenvolvimento; e promoção de formas democráticas de participação. Autores importantes do campo da ciência política e da filosofia política e moral se debruçaram intensamente em torno dessa questão ao longo do século XX, e chegaram a conclusões diversas uns dos outros. Embora a perspectiva analítica de cada um desses autores divirja entre si, eles estão preocupados em desenvolver formas de promoção de situações de justiça social e têm hipóteses concretas para se chegar a esse estado de coisas.

Para Amartya Sen, por exemplo, a injustiça é percebida e mensurada por meio da distribuição e do alcance social das liberdades. Para Rawls, ela se manifesta principalmente nas estruturas básicas da sociedade e sua solução depende de uma nova forma de contrato social e de uma definição de princípios básicos que criem condições de promoção de justiça. Já para Habermas, a questão gira em torno da manifestação no campo da ação comunicativa, na qual a fragilidade de uma ação coletiva que tenha pouco debate ou pouca representação pode enfraquecer a qualidade da democracia e, portanto, interferir no seu pleno funcionamento, tendo, por consequência, desdobramentos sociais injustos. Em síntese, os autores argumentam a favor de instrumentos variados para a solução da injustiça, os quais dependem da interpretação de cada um deles acerca do conceito de justiça.

Augusto Leal Rinaldi. Justiça, liberdade e democracia. In: Pensamento Plural. Pelotas [12]: 57-74, jan.-jun./2013 (com adaptações).

Julgue o seguinte item, relativo aos sentidos e às ideias do texto.

56. CESPE - AJ STJ/STJ/Administrativa/2018

Depreende-se do texto que o debate acerca da justiça organiza-se em torno de parâmetros básicos, mas que não há consenso quanto ao conceito de justiça e às formas concretas para alcançá-la entre filósofos e cientistas políticos do século XX.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Há, no texto, o debate a respeito da justiça, organizado em torno de princípios ou parâmetros básicos, tais como: bem-estar; liberdade e desenvolvimento; e promoção de formas democrática de participação. O texto também menciona que não há consenso quanto ao conceito de justiça. Isso se comprova quando o autor cita o que é justiça para alguns teóricos, como Amartya Sen, Rawls e Habermas. O texto também deixa evidente que essa falta de consenso quanto ao que é justiça também se aplica às formas concretas para alcançá-la entre filósofos e cientistas políticos do século XIX: “Autores do século XIX já procuravam construir análises para identificar qual o sentido exato do termo justiça e quais formas de promovê-la eram possíveis e desejáveis ao conjunto da sociedade à época”.

Resposta: CERTO

57. CESPE - AJ STJ/STJ/Administrativa/2018

Para o autor do texto, uma correta definição do termo justiça e a compreensão de sua manifestação social são imprescindíveis para que se possam traçar soluções adequadas a cada tipo de sociedade.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O texto, apesar de dissertativo, não é argumentativo, mas expositivo. Assim, percebe-se a exposição de ideias do autor, mesclada com uma análise neutra do assunto, visto que ele não deixa clara uma tese a defender. Portanto, é incorreto dizer que, para “o autor do texto, uma correta definição do termo justiça e a compreensão de sua manifestação social são imprescindíveis para que se possam traçar soluções adequadas a cada tipo de sociedade”, como afirma a questão.

Resposta: ERRADO

58. CESPE - AJ STJ/STJ/Administrativa/2018

Os autores mencionados no segundo parágrafo apresentam ideias contrárias acerca da noção de injustiça: Amartya Sen a relaciona à liberdade na sociedade; Rawls entende injustiça como uma questão de contratos civis; e Habermas, como uma manifestação linguística e de ação coletiva.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Os autores mencionados no segundo parágrafo não apresentam ideias contrárias acerca da noção de injustiça, mas ideias diferentes. Não se trata, pois, de oposição de ideias, mas de ideias que apresentam visão distinta, a favor de instrumentos variados para a solução da justiça. No final do segundo parágrafo, o texto menciona que “os autores argumentam a favor de instrumentos variados para a solução da injustiça, os quais dependem da interpretação de cada um deles acerca do conceito de justiça”.

Resposta: ERRADO

Texto para a questão 59

O Juca era da categoria das chamadas pessoas sensíveis, dessas a que tudo lhes toca e tange. Se a gente lhe perguntasse: “Como vais, Juca?”, ao que qualquer pessoa normal responderia “Bem, obrigado!” — com o Juca a coisa não era assim tão simples. Primeiro fazia uma cara de indecisão, depois um sorriso triste contrabalançado por um olhar heroicamente exultante, até que esse exame de consciência era cortado pela voz do interlocutor, que começava a falar chãmente em outras coisas, que, aliás, o Juca não estava ouvindo... Porque as pessoas sensíveis são as criaturas mais egoístas, mais coriáceas, mais impenetráveis do reino animal. Pois, meus amigos, da última vez que vi o Juca, o impasse continuava... E que impasse!

Estavam-lhe ministrando a extrema-unção. E, quando o sacerdote lhe fez a tremenda pergunta, chamando-o pelo nome: “Juca, queres arrepende-te dos teus pecados?”, vi que, na sua face devastada pela erosão da morte, a Dúvida começava a redesenhar, reanimando-a, aqueles seus trejeitos e caretas, numa espécie de ridícula

ressurreição. E a resposta não foi “sim” nem “não”; seria acaso um “talvez”, se o padre não fosse tão compreensivo. Ou apressado. Despachou-o num átimo e absolvido.

Que fosse amolar os anjos lá no Céu!

E eu imagino o Juca a indagar, até hoje:

— Mas o senhor acha mesmo, sargento Gabriel, que ele poderia ter-me absolvido?

Mário Quintana Prosa & Verso Porto Alegre: Globo, 1978, p 65 (com adaptações)

Com relação às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto, julgue o item a seguir.

59. CESPE - EMAP/2018

O trecho “Que fosse amolar os anjos lá no Céu!” expressa o que o padre havia dito no momento em que Juca morreu.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O trecho “Que fosse amolar os anjos lá no Céu!” não expressa o que o padre havia dito no momento em que Juca morreu. O texto afirma que o padre estava ministrando a extrema-unção ao Juca, o que confirma que essa a frase “Que fosse amolar os anjos lá no Céu!” foi proferida antes da morte do Juca, com sentido conotativo, pois Juca, aparentemente, aborreceu o padre, ao não responder com convicção à pergunta sobre arrependimento dos pecados. O texto diz que o padre, embora compreensivo, era apressado, por isso tratou de agilizar a cerimônia. Assim, a frase em análise sugere que o padre queria livrar-se do Juca, por isso o despachou. Em outras palavras, que ele (Juca) fosse perturbar outro, nesse caso, os anjos no céu após sua morte.

Resposta: ERRADO

Texto para a questão 60

O orgulho é a consciência (certa ou errônea) do nosso valor próprio; a vaidade é a consciência (certa ou errônea) da evidência do nosso valor aos olhos dos outros. Um homem pode ser orgulhoso sem ser vaidoso, pode ser a um tempo vaidoso e orgulhoso, pode ser — pois tal é a natureza humana — vaidoso sem ser orgulhoso. À primeira vista, é difícil compreender como podemos ter consciência da evidência do nosso valor no conceito dos outros sem a consciência do nosso valor em si. Se a natureza humana fosse racional, não haveria qualquer explicação. No entanto, o homem vive primeiro uma vida exterior, e depois uma vida interior; a noção do efeito precede, na evolução do espírito, a noção da causa interior desse mesmo efeito. O homem prefere ser tido em alta conta por aquilo que não é a ser tido em meia conta por aquilo que é. Assim opera a vaidade.

Walmir Ayala (Coord e introd) Fernando Pessoa Antologia de Estética. Teoria e Crítica Literária Rio de Janeiro: Ediouro, 1988, p 88-9 (com adaptações)

Acerca dos aspectos linguísticos do texto precedente e das ideias nele contidas, julgue o próximo item.

60. CESPE - EMAP/2018

Infere-se do texto que, na evolução espiritual do ser humano, o processo de autoconhecimento provém da consciência das impressões alheias sobre o indivíduo.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O texto afirma que a noção do efeito (vaidade, vida exterior) precede, na evolução do espírito, a noção da causa interior (orgulho) desse mesmo efeito. A questão, por sua vez, propõe a inferência de que, na evolução espiritual do ser humano, o processo de autoconhecimento provém da consciência das impressões alheias sobre o indivíduo. No entanto, isso não está nas entrelinhas do texto, visto que o autor menciona que “é difícil compreender como podemos ter consciência da evidência do nosso valor no conceito dos outros sem a consciência do nosso valor em si”. Assim, ocorre uma inferência equivocada, pois o texto não fala de origem, mas de uma seqüência, de uma sucessão do que vem primeiro e do que vem depois.

Resposta: ERRADO

Texto para as questões 61 a 62**Serviço de tráfego de embarcações (vessel traffic service – VTS)**

O VTS é um sistema eletrônico de auxílio à navegação, com capacidade de monitorar ativamente o tráfego aquaviário, melhorando a segurança e eficiência desse tráfego, nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções.

Internacionalmente, os sistemas de VTS são regulamentados pela International Maritime Organization, sendo seus aspectos técnicos detalhados em recomendações da International Association of Maritime Aids to Navigation and Lighthouse Authorities. No Brasil, cabe à Marinha do Brasil, autoridade marítima do país, definir as normas de execução de VTS e autorizar a sua implantação e operação.

Uma estrutura de VTS é composta minimamente de um radar com capacidade de acompanhar o tráfego nas imediações do porto, um sistema de identificação de embarcações denominado automatic identification system, um sistema de comunicação em VHF, um circuito fechado de TV, sensores ambientais (meteorológicos e hidrológicos) e um sistema de gerenciamento e apresentação de dados. Todos esses sensores operam integrados em um centro de controle, ao qual cabe, na sua área de responsabilidade, identificar e monitorar o tráfego marítimo, adotar ações de combate à poluição, planejar a movimentação de embarcações e divulgar informações ao navegante. Adicionalmente, o Centro VTS pode fornecer informações que contribuam para o aumento da eficiência das operações portuárias, como a atualização de horários de chegada e partida de embarcações.

Internet: <www.defensea.com.br> (com adaptações)

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue o item que se segue.

61. CESPE - EMAP/2018

O primeiro parágrafo do texto apresenta uma definição.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Entre as várias formas de se iniciar um texto dissertativo, a introdução por definição é uma delas. Na definição, o texto tem um aspecto de verbete de dicionário, visto que, no parágrafo introdutório, conceitua-se uma palavra ou uma expressão, definindo-a, geralmente fazendo uso de verbos de ligação. Portanto, o parágrafo que se inicia com “O VTS é um sistema eletrônico de auxílio à navegação...” apresenta uma definição.

Resposta: CERTO**62. CESPE - EMAP/2018**

Infere-se do texto que os elementos que compõem estruturas de VTS citados no período “Uma estrutura de VTS (...) e apresentação de dados” fazem parte das recomendações da International Association of Maritime Aids to Navigation and Lighthouse Authorities.

() CERTO () ERRADO**RESOLUÇÃO:**

O texto afirma que os sistemas de VTS são regulamentados pela International Maritime Organization e que seus aspectos técnicos são detalhados em recomendações da International Association of Maritime Aids to Navigation and Lighthouse Authorities. Vale lembrar que à Marinha do Brasil cabe a definição das normas de execução de VTS e a autorização de sua implantação e operação. Dessa forma, é correta a inferência proposta pela questão.

Resposta: CERTO**Texto para as questões 63 a 65**

A crescente internacionalização da economia, decorrente, principalmente, da redução de barreiras ao comércio mundial, da maior velocidade das inovações tecnológicas e dos grandes avanços nas comunicações, tem exigido mudanças efetivas na atuação do comércio internacional.

A abordagem desse tipo de comércio, inevitavelmente, passa pela concorrência, visto que é por meio da garantia e da possibilidade de entrar no mercado internacional, de estabelecer permanência ou de engendrar saída, que se consubstancia a plena expansão das atividades comerciais e se alcança o resultado último dessa interação: o preço eficiente dos bens e serviços.

Defesa da concorrência e defesa comercial são instrumentos à disposição dos Estados para lidar com distintos cenários que afetem a economia. Destaca-se como a principal diferença o efeito que cada instrumento busca neutralizar.

A política de defesa da concorrência busca preservar o ambiente competitivo e coibir condutas desleais advindas do exercício de poder de mercado. A política de defesa comercial busca proteger a indústria nacional de práticas desleais de comércio internacional.

Elaine Maria Octaviano Martins Curso de direito marítimo Barueri: Manoele, v 1, 2013, p 65 (com adaptações)

Acerca de aspectos linguísticos do texto precedente e das ideias nele contidas, julgue o item a seguir.

63. CESPE - EMAP/2018

O texto defende o papel dos governos como reguladores da economia.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

A afirmação de que o texto defende o papel dos governos como reguladores da economia não está contemplada no texto em análise. A autora afirma que “Defesa da concorrência e defesa comercial são instrumentos à disposição dos Estados para lidar com distintos cenários que afetem a economia”. É importante observar também que não há defesa de um ponto de vista no texto, mas exposição de ideias. Assim, o que se evidencia é que o texto expõe: apresenta como o governo pode contribuir na regulação da economia, conforme os instrumentos que estão à disposição do Estado.

Resposta: ERRADO

64. CESPE - EMAP/2018

O quarto parágrafo do texto detalha a informação expressa no último período do terceiro parágrafo.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Conforme se lê na questão, de fato, o quarto parágrafo do texto detalha a informação expressa no último período do terceiro parágrafo. O terceiro parágrafo destaca dois aspectos importantes: política de defesa da concorrência e política de defesa comercial, caracterizando-as como instrumentos à disposição dos Estados para lidar com distintos cenários que afetem a economia. No quarto parágrafo, faz-se um detalhamento dessa informação expressa no parágrafo anterior: (I) apresenta-se o que a política de defesa da concorrência busca preservar (o ambiente competitivo) e coibir (condutas desleais advindas do exercício de poder de mercado); (II) expõe-se o que a política de defesa comercial busca proteger (a indústria nacional de práticas desleais de comércio internacional).

Resposta: CERTO

65. CESPE - EMAP/2018

Depreende-se dos sentidos do texto que a palavra “concorrência” foi empregada no sentido de concordância, já que apenas será possível a realização das “mudanças efetivas” mencionadas no primeiro parágrafo se os atores do comércio internacional buscarem um fim comum.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

No texto, “concorrência” está ligada a ambiente de competição, num sentido de rivalidade, de disputa. Por essa razão, não se pode depreender que a palavra “concorrência” tenha sido empregada no sentido de

“concordância”, embora, em outros contextos, ela possa significar “concorrer”, no sentido de “cooperar” ou “contribuir”.

Resposta: ERRADO

Texto para as questões 66 a 68

Um livro é como uma casa. Tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, dependência de empregada e até mesmo cozinha e porão. Suas páginas iniciais, como aquelas conversas cerimoniais que antigamente eram regadas a guaraná geladinho e biscoito champanhe, servem solenemente para dizer ao leitor (esse **fantasma** que nos chega da rua.) o que se diz a uma visita de consideração: que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem-intencionado. (...) Que vá, enfim, ficando à vontade e desculpando alguma coisa...

Assim, se o leitor quiser me acompanhar, eu lhe mostro, daqui da sala de visitas, esta minha nova casa. Diria, inicialmente, que ela começou com uma ideia, e não com um projeto bem-acabado, pois não sou engenheiro civil, mas estudante das coisas humanas. Desse modo, esta coleção de ensaios nasceu da motivação de compreender a sociedade brasileira como alguma coisa totalizada.

Pode estar seguro o meu leitor-visita de que fiz o que pude e de que tentei até mesmo lhe indicar o caminho do quintal e da cozinha. Mas, se mesmo assim tudo lhe for desagradável, se considerar a casa mal construída, se o café estiver frio e fraco, e a cerveja, muito quente, se tudo — enfim — lhe parecer errado ou ruim, então eu só lhe peço que se lembre de uma coisa: a casa, afinal de contas, é brasileira. Nela, se há regras para o anfitrião, há também normas para a visita. E, até mesmo quando não se gosta de algo, se pode dizer isso educada e generosamente. Fique à vontade...

Roberto Damatta. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 5 (com adaptações).

66. CESPE - Técnico Judiciário (TRT 7ª Região)/ 2017

No texto, o emprego do termo “fantasma” sugere que o leitor é

- a) um visitante inconveniente e desagradável.
- b) alguém que finge ser outra pessoa.
- c) alguém desconhecido, sobre quem nada se sabe.
- d) uma pessoa sinistra ou assustadora.

RESOLUÇÃO:

ALTERNATIVA A – ERRADA – O autor não dá a entender que o leitor é inconveniente ou desagradável, tanto que o trata com polidez (educação), pedindo desculpas pela “bagunça” encontrada no livro e deixando-o à vontade.

ALTERNATIVA B – ERRADA – Não dá a entender o texto que o leitor se passe por outra pessoa, até mesmo porque não sabe quem é de fato o leitor.

ALTERNATIVA C – CERTA – Exato! Não se sabe com exatidão quem é o leitor.

ALTERNATIVA D – ERRADA – Não são adjetivos associados ao leitor “sinistro” ou “assustador”. Ele apenas é caracterizado como desconhecido, aleatório. Trata-se de uma figura indeterminada.

Resposta: C

67. CESPE - Técnico Judiciário (TRT 7ª Região)/ 2017

Considerando que, de acordo com seu autor, o texto é um fragmento de um livro de ensaios, assinale a opção que corresponde à seção do livro da qual faz parte o referido fragmento.

- a) Um dos ensaios, já que apresenta linguagem informal, apropriada a esse gênero textual.
- b) Contracapa, pois seu objetivo é convencer alguém a comprar o livro.
- c) Conclusão, pois consiste em um pedido de desculpas ao leitor que, por ventura, encontrar problemas na obra.
- d) Introdução, visto que convida o leitor a iniciar a leitura dos ensaios.

RESOLUÇÃO:

Observe o trecho:

Assim, se o leitor quiser me acompanhar, eu lhe mostro, daqui da sala de visitas, esta minha nova casa.

Nele, o autor faz uma analogia entre o fragmento de texto e uma sala de visitas. Dessa sala de visitas, o leitor tem a opção de conhecer a nova casa, que seria o conjunto de ensaios.

Portanto, a sala de visitas seria uma espécie de apresentação, de introdução da obra.

Resposta: Alternativa D

68. CESPE - Técnico Judiciário (TRT 7ª Região)/ 2017

De acordo com o último parágrafo do texto, seu autor

- a) admite que o leitor critique seu livro, desde que o faça de modo gentil e construtivo.
- b) assegura que o livro terá a aprovação do público se as regras estabelecidas por ele forem obedecidas.
- c) rejeita a possibilidade de o leitor não gostar do livro, visto que se esforçou muito para escrevê-lo.
- d) determina que o leitor expresse sua opinião caso não goste do livro.

RESOLUÇÃO:

ALTERNATIVA A – CERTA - É o que fica bem evidente no seguinte trecho: “E, até mesmo quando não se gosta de algo, se pode dizer isso educada e generosamente. Fique à vontade...”.

ALTERNATIVA B – ERRADA – O autor levanta a hipótese de o leitor reprovar tudo no seu texto, não tendo certeza, assim, de que haverá uma aprovação por parte do público.

ALTERNATIVA C – ERRADA – O autor levanta a hipótese de o leitor reprovar todo o texto, deixando-o à vontade para isso fazer. Apenas pede para que isso seja feito com educação.

ALTERNATIVA D – ERRADA – Não se trata de algo imperativo, obrigatório. O autor deixa o leitor livre para fazer as críticas que julgar necessárias. Apenas pede que isso seja feito com educação.

Resposta: A

Texto para as questões 69 a 70

O velocista jamaicano Usain Bolt, considerado o homem mais rápido do mundo, declarou certa vez que queria se tornar jogador de futebol do Manchester United. (...) Bolt jogaria de ala e aproveitaria para imprimir velocidade ao jogo, segundo afirmou. **Dá pra imaginar o corredor levando nove segundos e meio para sair da pequena área, sem sombra de impedimento, e chegar saltitante ao gol rival, antes que os locutores tenham tempo de informar as horas.**

Isso me leva a uma boa ideia para os próximos jogos olímpicos: no evento de abertura, as delegações desfilariam e confraternizariam; no dia seguinte, haveria um eletrizante sorteio. Neste, descobriríamos que o time de vôlei iria representar o Brasil na canoagem e que a equipe de pentatlo moderno havia sido escalada para jogar handebol.

Os atletas do levantamento de peso adorariam encarar uma coreografia de ginástica rítmica, enquanto os meninos do basquete teriam certa dificuldade em driblar um ciclista durante a partida de futebol. Equipes masculinas seriam convocadas para esportes femininos, como o nado sincronizado, e seriam obrigadas a exibir toda a sua graça e malemolência aos juízes.

Estes, aliás, seriam mantidos em seus esportes, bem como os técnicos de cada modalidade, porque, afinal, a gente não está de brincadeira.

Vanessa Barbara. Pato na água. In: O louco de palestra. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. e-Book, localização: 204 (com adaptações).

69. CESPE - Técnico Judiciário (TRT 7ª Região)/ 2017

No trecho “Dá pra imaginar o corredor levando nove segundos e meio para sair da pequena área, sem sombra de impedimento, e chegar saltitante ao gol rival, antes que os locutores tenham tempo de informar as horas”, o autor busca ilustrar uma cena hipotética em que Usain Bolt

- a) dribla os adversários, nos minutos finais do jogo, e alcança o gol do time rival.
- b) alcança, sem dificuldades e muito rapidamente, o gol do time adversário.
- c) pergunta as horas aos locutores da partida enquanto corre até o gol do time rival.
- d) salta obstáculos rapidamente, até chegar ao gol do time adversário.

RESOLUÇÃO:

O autor faz alusão a uma situação hipotética em que o velocista Usain Bolt, agora jogador de futebol, consegue atravessar de ponta a ponta o campo de futebol em poucos segundos, como o faz nas disputas de 100m de que participa.

Resposta: B**70. CESPE - Técnico Judiciário (TRT 7ª Região)/ 2017**

No texto, cria-se um efeito de humor por meio do uso da ironia, recurso que consiste em afirmar algo oposto à ideia que se quer, de fato, transmitir, como se observa quando a autora afirma que

- a) A levantadores de peso “adorariam encarar uma coreografia de ginástica rítmica”.
- b) equipes masculinas “seriam convocadas para esportes femininos, como o nado sincronizado”.
- c) juízes “seriam mantidos em seus esportes, bem como os técnicos de cada modalidade”
- d) Usain Bolt é “considerado o homem mais rápido do mundo”

RESOLUÇÃO:

ALTERNATIVA A – CERTA - A ironia é percebida no tom de brincadeira, ao se afirmar que as equipes de levantamento de peso adorariam encarar uma coreografia de ginástica rítmica. Dá-se a entender que eles não gostariam nem um pouco ou não se sentiriam à vontade, pois se trata de duas atividades bem distintas, que exigem habilidades bem díspares.

ALTERNATIVA B – ERRADA - Não se trata de uma ironia, e sim de uma hipótese esdrúxula (incomum).

ALTERNATIVA C – ERRADA - O autor fala sério quando afirma que os juízes dos respectivos esportes seriam mantidos. Ele até reforça isso, quando diz, de forma bem-humorada, não estar para brincadeiras.

ALTERNATIVA D – ERRADA - Não se trata de uma ironia, e sim de um fato, endossado pela crítica. As aspas fazem menção a esse título dado ao velocista pela crítica especializada.

Resposta: A**Texto para as questões 71 a 75**

A auditoria, uma das instâncias que garantem a credibilidade das instituições, consiste na análise, à luz da legislação em vigor e das boas práticas administrativas, do contrato entre as partes, governos e entidades prestadoras de serviços, e dos procedimentos efetivados, de modo a aferir a sua execução e a conferir os valores cobrados para garantir que o pagamento seja justo e correto. Consiste, também, no acompanhamento dos eventos para verificar a qualidade dos serviços prestados por esses agentes.

No âmbito da auditoria, o fundamento da credibilidade consiste na preservação da idoneidade ética. Os pressupostos éticos da auditoria são três: o princípio da dignidade, o da equidade e o da transparência. Formulado pelo filósofo alemão Immanuel Kant, no final do século XVIII, o princípio da dignidade afirma que toda pessoa deve ser tratada, sempre, como fim e nunca como meio. O princípio da equidade, uma ampliação do princípio da

dignidade feita pela Organização das Nações Unidas, em sua Carta de 1946, diz que todo ser humano possui a mesma dignidade e deve ser tratado com igual consideração e respeito. O princípio da transparência tem duas versões no próprio Kant: uma diz que se deve sempre agir de tal forma que os motivos de atuação possam ser divulgados publicamente; a outra afirma que se deve agir de tal modo que a norma de atuação possa se tornar lei universal. Assim, os negócios escusos, a corrupção, a gatunagem, os procedimentos ilícitos fogem da luz da divulgação como os vampiros da luz do Sol. Certamente, o princípio da transparência é o que dá credibilidade à gestão pública e à gestão em geral. Nas pesquisas de opinião, vê-se como a sociedade coloca-se frente às instituições, exigindo transparência.

Nos momentos de amadurecimento democrático, constata-se que a auditoria ganha espaço nas organizações. A auditoria seria o primeiro capítulo da transparência na gestão. Quando a sociedade quer tudo em pratos limpos, a auditoria ascende a um primeiro lugar no seio das organizações, porque é o elemento que permite à sociedade ter consciência de como está sendo efetivada a gestão. Se não há auditoria, ou se essa não é praticada de forma constante e transparente, as instituições perdem credibilidade. Quando uma auditoria séria é praticada, as instituições são mais bem aceitas.

Ricardo Vélez Rodríguez. Auditoria, fundamentos éticos. In: Auditoria, uma abordagem interdisciplinar: aspectos relevantes para o setor público. Anais da V Jornada Brasileira de Controle Interno. Rio de Janeiro, dez./2003, p. 32. Internet: <www.rio.rj.gov.br> (com adaptações).

No que se refere às ideias do texto, julgue o item a seguir.

71. CESPE - Analista de Controle Externo (TCE-PE)/2017

Conclui-se do texto que a aplicação do princípio da transparência no âmbito da auditoria permite tornar públicos aspectos como gastos e a forma de prestação dos serviços.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Observe o trecho: “O princípio da transparência tem duas versões no próprio Kant: uma diz que se deve sempre agir de tal forma que os motivos de atuação possam ser divulgados publicamente...”.

Uma das versões do princípio da transparência fala da divulgação pública das motivações de atuação, dando a entender que informações relativas a gastos e procedimentos devem ser do conhecimento público.

Resposta: CERTO

72. CESPE - Analista de Controle Externo (TCE-PE)/2017

O texto defende que o processo de auditoria, por se vincular à análise dos contratos e por levar em conta o princípio da equidade entre as partes, deva alhear-se da opinião de quem presta os serviços e de quem os recebe.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

De forma alguma! De acordo com o próprio texto, devem-se levar em consideração as boas práticas, dando a entender que a opinião daqueles que executam os serviços e daqueles que os recebem são relevantes.

"A auditoria, uma das instâncias que garantem a credibilidade das instituições, consiste na análise, à luz da legislação em vigor e das **boas práticas administrativas**, do contrato entre as partes, governos e entidades prestadoras de serviços, e dos procedimentos efetivados, ...".

Resposta: ERRADO

73. CESPE - Analista de Controle Externo (TCE-PE)/2017

Ao afirmar que "A auditoria seria o primeiro capítulo da transparência na gestão", o autor presume que, sem a auditoria, é impossível a legitimação social dos atos decisórios dos administradores.

CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

Ocorre nitidamente uma extrapolação. Sem a auditoria, segundo o texto, seria bem difícil a busca por transparência na gestão. Daí afirmar que é impossível a legitimação dos processos carentes de transparência é algo precipitado.

Resposta: ERRADO

74. CESPE - Analista de Controle Externo (TCE-PE)/2017

Inferre-se do texto que o sucesso de uma empresa ou organização está relacionado a sua credibilidade perante a sociedade, o que, quanto à auditoria, se fundamenta na preservação da idoneidade ética.

CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

Observe o trecho:

Observe os seguintes trechos:

"A auditoria, uma das instâncias que garantem a credibilidade das instituições, ..."

"Se não há auditoria, ou se essa não é praticada de forma constante e transparente, as instituições perdem credibilidade."

"Quando uma auditoria séria é praticada, as instituições são mais bem aceitas."

Fica claro da leitura desses trechos que a auditoria garante a credibilidade. Se não há uma boa auditoria, a credibilidade é afetada e a empresa passa a ser menos aceita pela sociedade.

Já o trecho "No âmbito da auditoria, o fundamento da credibilidade consiste na preservação da idoneidade ética" deixa claro que a idoneidade ética é o pressuposto da credibilidade da auditoria.

Resposta: CERTO

75. CESPE - Analista de Controle Externo (TCE-PE)/2017

Depreende-se do texto que o princípio da equidade pressupõe que, tendo toda pessoa a mesma dignidade, ninguém pode ser discriminado.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Em outras palavras, é o que está dito no seguinte trecho: "*O princípio da equidade, ..., diz que **todo ser humano possui a mesma dignidade e deve ser tratado com igual consideração e respeito.***"

Resposta: CERTO

Texto para as questões 75 a 77

No Brasil, pode-se considerar marco da história da assistência jurídica, ou justiça gratuita, a própria colonização do país, ainda no século XVI. O surgimento de lides provenientes das inúmeras formas de relação jurídica então existentes — e o chamamento da jurisdição para resolver essas contendas — já dava início a situações em que constantemente as partes se viam impossibilitadas de arcar com os possíveis custos judiciais das demandas. A partir de então, a chamada assistência judiciária praticamente evoluiu junto com o direito pátrio. Sua importância atravessou os séculos, e ela passou a ser garantida nas cartas constitucionais.

No século XX, o texto constitucional de 1934, no capítulo II, "Dos direitos e das garantias individuais", em seu art. 113, fez menção a essa proteção, ao prever que "A União e os estados concederão aos necessitados assistência judiciária, criando para esse efeito órgãos especiais e assegurando a isenção de emolumentos, custas, taxas e selos". Por sua vez, a Constituição de 1946 previu, no mesmo capítulo que a de 1934, em seu art. 141, § 35, que "O poder público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados". A lei extravagante veio em 1950, materializada na Lei n.º 1.060, que especifica normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. No art. 4.º dessa lei, havia menção ao "rendimento ou vencimento que percebe e os encargos próprios e os da família" e constava a exigência de atestado de pobreza, expedido pela autoridade policial ou pelo prefeito municipal. Foi o art. 1.º, § 2.º, da Lei n.º 5.478/1968 que criou a simples afirmação (da pobreza), ratificado pela Lei n.º 7.510/1986, que deu nova redação a dispositivos da Lei n.º 1.060/1950.

Em 1988, a Carta Cidadã ampliou o escopo da assistência judiciária ao empregar o termo assistência jurídica integral e gratuita, que é mais abrangente e que abarca o termo usado anteriormente, restrito apenas à assistência de demanda judicial já proposta ou a ser interposta. O termo atual também engloba atos jurídicos extrajudiciais, aconselhamento jurídico, patrocínio da causa, além de ações coletivas e mediação.

Hoje, portanto, alguém que se vê incapaz de arcar com os custos que uma lide judicial impõe, mas necessita da imediata prestação jurisdicional, pode, mediante simples afirmativa, postular as benesses dessa prerrogativa, garantida pela Constituição Federal vigente.

Uma história para a gratuidade jurídica no Brasil. Internet: <<http://jus.com.br>> (com adaptações)

No que se refere às ideias e informações do texto, julgue o item a seguir.

76. CESPE - Analista Técnico-Administrativo (DPU)/2016

Infere-se do texto que a Lei n.º 1.060/1950 ainda está em vigência, embora tenha passado por algumas alterações.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Sim! A Lei no 1060/1950 regulamentou a assistência judiciária, mas, ao longo dos anos, sofreu mudanças. Entre elas, o antes exigido atestado de pobreza para comprovar que o desassistido teria acesso ao benefício passou a ser dispensado.

Em nenhum momento, o texto afirma que a Lei foi revogada, mas sim que ela sofreu alterações em seu texto original. Outras leis foram criadas com o intuito específico de modificar dispositivos da Lei no 1060/1950.

Resposta: CERTO

77. CESPE - Analista Técnico-Administrativo (DPU)/2016

Depreende-se do texto que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é proibido à pessoa possuidora de bens requerer o direito à assistência jurídica integral e gratuita.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Ocorre uma extrapolação aqui.

Ora, não é o fato de a pessoa possuir bens que a impede de ter acesso ao benefício. Por essa lógica, a posse de qualquer bem insignificante em termos de valor já seria um impeditivo para usufruir a assistência judiciária.

O critério, na verdade, é: dados os bens possuídos pela pessoa, se estes não forem suficientes para arcar com as custas de um processo judicial, é dever do Estado prestar assistência judiciária gratuita.

Resposta: ERRADO

78. CESPE - Analista Técnico-Administrativo (DPU)/2016

Conclui-se do texto que, ao prever a substituição do atestado de pobreza pela simples afirmativa da pessoa de que ela não pode arcar com os custos judiciais da demanda, a lei teria buscado uma forma de tornar mais acessível ao necessitado o exercício de seu direito.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

De fato! O texto fala em evolução da assistência judiciária ao longo do tempo, sendo coerente sim afirmar que o acesso ao benefício se tornou mais facilitado.

Resposta: CERTO

Texto para as questões 79 a 82

Naquele novo apartamento da rua Visconde de Pirajá pela primeira vez teria um escritório para trabalhar. Não era um cômodo muito grande, mas dava para armar ali a minha tenda de reflexões e leitura: uma escrivaninha, um sofá e os livros. Na parede da esquerda ficaria a grande e sonhada estante onde caberiam todos os meus livros. Tratei de encomendá-la a seu Joaquim, um marceneiro que tinha oficina na rua Garcia D'Ávila com Barão da Torre.

O apartamento não ficava tão perto da oficina. Era quase em frente ao prédio onde morava Mário Pedrosa, entre a Farma de Amoedo e a antiga Montenegro, hoje Vinicius de Moraes. Estava ali havia uma semana e nem decorara ainda o número do prédio. Tanto que, quando seu Joaquim, ao preencher a nota de encomenda, perguntou-me onde seria entregue a estante, tive um momento de hesitação. Mas foi só um momento. Pensei rápido: "Se o prédio do Mário é 228, o meu, que fica quase em frente, deve ser 227". Mas lembrei-me de que, ao ir ali pela primeira vez, observara que, apesar de ficar em frente ao do Mário, havia uma diferença na numeração.

— Visconde de Pirajá, 127 — respondi, e seu Joaquim desenhou o endereço na nota.

— Tudo bem, seu Ferreira. Dentro de um mês estará lá sua estante.

— Um mês, seu Joaquim! Tudo isso? Veja se reduz esse prazo.

— A estante é grande, **dá muito trabalho**... Digamos, três semanas.

Ferreira Gullar. A estante. In: A estranha vida banal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989 (com adaptações).

No que se refere aos sentidos do texto, julgue o próximo item.

79. CESPE - Técnico do Seguro Social (INSS)/2016

O trecho "dá muito trabalho" constitui uma referência de seu Joaquim à confecção da estante, tarefa que, segundo ele, seria trabalhosa.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Trata-se de uma justificativa para a negativa do pedido por uma entrega mais rápida. Não seria possível uma entrega rápida, pois "dava trabalho".

Resposta: CERTO

80. CESPE - Técnico do Seguro Social (INSS)/2016

De acordo com as informações do texto, é correto inferir que seu Joaquim era analfabeto, uma vez que ele “desenhou o endereço na nota”.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

É precipitado afirmar isso. Uma das possibilidades é de que ele tivesse dificuldades com a escrita. Sendo assim, sua anotação saía desenhada na nota.

Trata-se de uma extrapolação.

Resposta: ERRADO

81. CESPE - Técnico do Seguro Social (INSS)/2016

De acordo com as informações do texto, Vinicius de Moraes passou a morar no apartamento onde antes residia Mário Pedrosa.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Não!

O apartamento onde Vinicius de Moraes passou a morar ficava em frente ao de Mário Pedrosa.

Resposta: ERRADO

82. CESPE - Técnico do Seguro Social (INSS)/2016

O “momento de hesitação” vivido pelo narrador deveu-se ao medo de informar o endereço a um desconhecido.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O momento de hesitação se deveu ao medo de informar a numeração errada.

Resposta: ERRADO

Texto para a questão 83

Bibliotecas sempre deram muito o que falar. Grandes monarquias jamais deixaram de possuir as suas, e cuidavam delas estrategicamente. Afinal, dotes de princesas foram negociados tendo livros como objetos de barganha; tratados diplomáticos versaram sobre essas coleções. Os monarcas portugueses, após o terremoto que dizimou Lisboa, se orgulhavam de, a despeito dos destroços, terem erguido uma grande biblioteca: a Real Livraria. D. José chamava-a de joia maior do tesouro real. D. João VI, mesmo na correria da partida para o Brasil, não se esqueceu dos livros. Em três diferentes levas, a Real Biblioteca aportou nos trópicos, e foi até mesmo tema de disputa.

Internet: <<http://observatoriodaimprensa.com.br>> (com adaptações).

Acerca de aspectos linguísticos e dos sentidos do texto acima, julgue o item que se segue.

83. CESPE - Técnico do Seguro Social (INSS)/2016

Princesas e diplomatas eram valorados conforme a qualidade das bibliotecas que seus países possuíam e a parcela dos livros que estavam dispostos a ceder em negociações diversas.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO

O texto dá a entender que princesas eram sim valoradas de acordo com a qualidade da biblioteca, que servia como barganha para pagamento do dote (bem dado pelo ascendente ao nubente na ocasião em que se casa).

Mas erra o item ao afirmar que os diplomatas também assim eram valorados. Muito provavelmente o item queria confundir o aluno com a seguinte passagem: “tratados diplomáticos versaram sobre essas coleções”. Nela, apenas há a menção de que negociações envolvendo livros e bibliotecas como moeda de troca constavam em tratados diplomáticos.

Resposta: ERRADO

Texto para a próxima questão

Em hipótese alguma, pode o eleitor-cidadão assumir a condição de sujeito meramente coadjuvante no processo eleitoral, pois sua atuação, longe de ser um simples dever, consubstancia importante direito de participação ativa e direta na formação de um governo legítimo e democrático. A par disso, quando se pensa no processo eleitoral — embora logo venha à cabeça a figura dos candidatos, partidos e coligações como sujeitos de uma trama que é ordinariamente vigiada por eles próprios e por órgãos estatais (Poder Judiciário, Ministério Público e polícia) -, não se pode esquecer de que todo esse espetáculo se dirige especialmente ao mais importante dos sujeitos, o eleitor-cidadão.

Não é à toa que se utiliza a denominação eleitor- -cidadão, de caráter dúplice, quando se percebe que, por um lado, chama-se de eleitor aquele que comparece livre e conscientemente às urnas para registrar seu voto, e, por outro lado, chama-se de cidadão aquele que tem o poder-dever de fiscalizar as eleições. Com efeito, esse poder-dever encontra amparo, em primeiro lugar, no arcabouço constitucional e legal de princípios e regras que objetivam a promoção de eleições livres, com a mais límpida e cristalina manifestação da soberania popular, concretizando a promessa de justiça, liberdade e igualdade nas disputas que envolvam cargos eletivos. Ademais, em segundo plano, tal atribuição fiscalizatória advém dos preceitos morais que impõem a necessidade de

contenção dos vícios eleitorais, a fim de alcançar os objetivos da República, especialmente a garantia do desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos.

Nesse cenário, portanto, surge a legítima expectativa de que o eleitor cidadão efetivamente adote uma postura corretiva em relação às irregularidades verificadas no curso do pleito, lançando mão do verdadeiro dever que justifica a sua condição de cidadão e destinatário dos atos governamentais e políticas públicas que serão implementados pelo futuro representante do povo. Não há dúvida de que o voto é a melhor arma de que dispõe o eleitor, porém este não pode descartar outros artifícios que, no curso do processo eleitoral, podem garantir, de forma mais eficaz, a hignidez e a legitimidade da disputa, especialmente porque não seria razoável aguardar até o dia da votação para tomar alguma providência contra aqueles que macularam o pleito.

Guilherme Rgueira Pitta. O papel do eleitor cidadão. In: Revista Eletrônica EJE/Tribunal Superior Eleitoral, ano V, n.3, abr.- -mai./2015, p. 35-36 Internet: (com adaptações).

84. CESPE – TRE/MT/ 2015

Assinale a opção correta de acordo com as ideias do texto.

- a) O papel fiscalizador dos processos eleitorais é base para os princípios legais que visam promover justiça, liberdade e igualdade nas disputas para cargos eletivos.
- b) Historicamente, os brasileiros têm atuado mais como eleitores e têm se descuidado de seu papel como cidadãos, isto é, como aqueles a quem cabe a tarefa de fiscalizar as eleições.
- c) Ao longo do processo eleitoral, há instrumentos de controle prévio que podem garantir que o pleito ocorra em conformidade com a lei.
- d) A figura do eleitor-cidadão é a peça central de todo o processo eleitoral, uma vez que esse sujeito é o único agente, de fato, desse processo e seu principal destinatário.
- e) No processo eleitoral, as atribuições do eleitor e as do cidadão, muitas vezes, confundem-se e isso justifica o uso da denominação eleitor-cidadão.

RESOLUÇÃO:

ALTERNATIVA A – ERRADO – Na verdade, os princípios que visam a promover justiça, liberdade e igualdade nas disputas para cargos eletivos é que são a base para o papel fiscalizador dos processos eleitorais, não o contrário. A redação da letra A confunde o candidato: não é o papel fiscalizador a base (aquilo que norteia) dos princípios; os princípios é que são a base (aquilo que norteia) do papel fiscalizador.

ALTERNATIVA B – ERRADO – O texto apenas alerta que o eleitor não pode se furtar de atuar como fiscalizador dos pleitos, mas não dá a entender que haja negligência já de outros tempos por parte de grande parte dos eleitores. É o que se pode concluir a partir da leitura do trecho "... porém este[o eleitor] não pode descartar outros artifícios que, no curso do processo eleitoral, podem garantir, de forma mais eficaz, a hignidez e a legitimidade da disputa, especialmente porque não seria razoável aguardar até o dia da votação para tomar alguma providência contra aqueles que macularam o pleito. ".

ALTERNATIVA C – ERRADO – O trecho "... outros artifícios que, no curso do processo eleitoral, podem garantir, de forma mais eficaz, a legitimidade da disputa..." evidencia claramente que existem procedimentos que

podem ser adotados para garantir a lisura do pleito ao longo do processo eleitoral, ou seja, antes do dia da votação de fato.

ALTERNATIVA D – ERRADO – O eleitor-cidadão não é o único agente do processo, mas sim um dos principais. É o que se pode concluir a partir do trecho “A par disso, quando se pensa no processo eleitoral — embora logo venha à cabeça a figura dos candidatos, partidos e coligações como sujeitos de uma trama que é ordinariamente vigiada por eles próprios e por órgãos estatais (Poder Judiciário, Ministério Público e polícia) -, não se pode esquecer de que todo esse espetáculo se dirige especialmente ao mais importante dos sujeitos, o eleitor-cidadão.”. Note que, além dos cidadãos, existe o Poder Judiciário, a polícia e o Ministério Público.

ALTERNATIVA E – ERRADO – Não se trata de confusão entre os conceitos de cidadão e eleitor. Os conceitos são diferentes, como bem mostra o seguinte trecho: “...chama-se de eleitor aquele que comparece livre e conscientemente às urnas para registrar seu voto, e, por outro lado, chama-se de cidadão aquele que tem o poder-dever de fiscalizar as eleições.”. Dessa forma, trata-se de unir dois conceitos, e não simplesmente transformá-los em sinônimos. Para endossar essa visão, é possível haver meros eleitores (que simplesmente votam) que não exercem o seu papel de cidadão (que se abstêm de fiscalizar a lisura dos pleitos, por exemplo).

Resposta: C

Texto para a próxima questão

O eleitor que comparece de livre e espontânea vontade à urna, sem medo de sanções ou sem fazê-lo somente porque a lei o obriga, demonstra um grau elevado de maturidade política, pois tem consciência de que está decidindo os rumos de seu município, estado ou país. No Brasil, o voto é obrigatório, com exceção de alguns casos, expressos na Constituição Federal de 1988 (CF), em que é facultativo: maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, maiores de setenta anos e analfabetos não são obrigados a votar. Qual foi a justificativa do legislador para determinar que o voto fosse facultativo para alguns eleitores? Em um primeiro momento, a resposta é a de que foi uma escolha política na época da promulgação da CF, como muitas outras, talvez em decorrência de problemas de locomoção, porque, na idade de setenta anos, para muitos já seria difícil se dirigir até a seção eleitoral ou porque a maioria dos analfabetos poderia encontrar-se residindo na zona rural, onde, muitas vezes, verifica-se a existência de matas e de estradas rurais em condições ruins ou onde é necessário o uso de barcos para chegar à seção eleitoral. É importante lembrar, ainda, que, quando não havia a urna eletrônica — facilitadora do voto —, o analfabetismo e os problemas de saúde dos idosos poderiam comprometer a obtenção de um voto corretamente lançado (escrito a caneta) na cédula de papel. Quando, na CF, estabeleceu-se o voto obrigatório para maiores de dezoito anos e facultativo para analfabetos, maiores de setenta e menores de dezoito anos, não quis o legislador declarar a incapacidade dessa classe de cidadãos. Da mesma forma que existe uma proposta em andamento para fixar em sessenta e cinco anos a idade para que o voto seja facultativo, pode ser que, em breve, também exista outra proposta para estabelecer o voto obrigatório para analfabetos e menores de dezoito anos. Tudo depende de nossos políticos.

Rubiane Barros Barbosa Kreuz. Obrigatoriedade do voto: exercício da democracia ou imposição do poder? In: Revista de Julgados, v. 5. Cuiabá: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, 2008/2009, p. 193-194. Internet: (com adaptações).

85. CESPE – TRE/MT/ 2015

De acordo com o texto,

- a) cabe aos políticos avaliar as duas propostas em pauta para discussão: a referente à fixação da idade para o voto facultativo e a relativa à definição do intervalo etário em que se define a obrigatoriedade do voto.
- b) os critérios usados pelo legislador para estabelecer o caráter facultativo do voto para analfabetos, para maiores de setenta e para menores de dezoito anos de idade, são de natureza estritamente política e não têm a finalidade de atestar a incapacidade desses cidadãos.
- c) o grau de maturidade política de um eleitor é diretamente proporcional ao seu grau de consciência do poder de seu voto.
- d) o uso da urna eletrônica foi um marco nas eleições, pois permitiu que o voto de analfabetos e de idosos fosse corretamente lançado e computado.
- e) questões referentes à capacidade física e intelectual de maiores de dezoito anos de idade foram consideradas determinantes para a definição do caráter obrigatório do voto para essa classe de cidadãos.

RESOLUÇÃO:

Alternativa A – ERRADO – Não há duas propostas em andamento, somente uma. Trata-se da que estabelece a idade de 65 anos para voto facultativo. A outra proposta apresentada – a de tornar obrigatória a votação para analfabetos e menores de 18 anos – é apenas uma suposição, não estando em andamento.

Alternativa B – CERTO – De fato, a razão apresentada à época da promulgação da CF 88 foi de natureza política, não estando ligada de forma alguma à incapacidade das classes citadas. O segundo parágrafo deixa isso bem claro. Além disso, o terceiro parágrafo deixa claro que uma outra decisão política pode perfeitamente reverter essa decisão.

Alternativa C – ERRADO – O texto não relaciona uma ideia de proporcionalidade entre o grau de maturidade política e o grau de consciência do poder do voto. O que simplesmente o texto faz é afirmar que mostra maturidade aquele que vota por livre e espontânea vontade, sem levar em conta a obrigatoriedade da lei.

Alternativa D – ERRADO – A afirmação é falsa, pois o texto não afirma a incapacidade, antes do advento da urna eletrônica, de computar corretamente o voto de analfabetos e idosos. O que é afirmado no texto é simplesmente a existência de um risco em não se computar de forma correta. Dessa forma, a urna não criou possibilidades para o cômputo do voto dos idosos e analfabetos, mas sim facilitou esse procedimento.

Alternativa E – ERRADO – Não se afirmou isso no texto. O legislador levou em consideração ressalvas (exceções, restrições) para o voto obrigatório, e não justificativas para este. As ressalvas, como já afirmado, estão ligadas à capacidade física e às restrições de locomoção.

Resposta: Alternativa B

Lista de Questões

Texto para as questões 01 a 04

Não há dúvida de que a televisão apresenta ao público uma visão distorcida de como a ciência forense é conduzida e sobre o que ela é capaz, ou não, de realizar. Os atores que interpretam a equipe de investigação, por exemplo, são uma mistura de policial, detetive e cientista forense — esse perfil profissional não existe na vida real. Toda profissão, individualmente, já é complexa o bastante e demanda educação, treinamento e métodos próprios. A especialização dentro dos laboratórios tornou-se uma norma desde o final da década de 80 do século passado. O cientista forense precisa conhecer os recursos das outras subdisciplinas, mas ninguém é especialista em todas as áreas da investigação criminal. Além disso, os laboratórios frequentemente não realizam todos os tipos de análise devido ao custo, à insuficiência de recursos ou à pouca procura.

As séries da TV retratam incorretamente os cientistas forenses, mostrando-os como se tivessem tempo de sobra para todos os casos. Os programas mostram diversos detetives, técnicos e cientistas **dedicando** toda sua atenção a uma investigação. Na realidade, cada cientista recebe vários casos ao mesmo tempo. A maioria dos laboratórios **acredita** que o acúmulo de trabalho é o maior problema que enfrentam, e boa parte dos pedidos de aumento no orçamento **baseia-se** na dificuldade de dar conta de tanto serviço.

Os programas de investigação criminal de ficção não reproduzem corretamente o que ocorre na vida real quando o assunto são as técnicas científicas: um cientista forense da Universidade de Maryland estima que cerca de 40% do que é mostrado no CSI não existe. Os investigadores verdadeiros não conseguem ser tão precisos quanto suas contrapartes televisivas. Ao analisar uma amostra desconhecida em um aparelho com telas brilhantes e luzes piscantes, o investigador de um desses seriados pode conseguir uma resposta do tipo “batom da marca X, cor 42, lote A-439”. O mesmo personagem talvez interroque um suspeito e declare “sabemos que a vítima estava com você, pois identificamos o batom dela no seu colarinho”. No mundo real, os resultados quase nunca são tão exatos, e o investigador forense provavelmente não confrontaria diretamente um suspeito. Esse desencontro entre ficção e realidade pode acarretar consequências bizarras. Em Knoxville, Tennessee, um policial relatou: “Estou com um homem cujo carro foi roubado. Ele viu uma fibra vermelha no banco traseiro e quer que eu descubra de onde ela veio, em que loja foi comprada e qual cartão de crédito foi usado”.

A realidade do CSI. In: Scientific American Brazil. Segmento. Internet: (com adaptações).

No que se refere aos sentidos do texto, julgue os itens a seguir.

1. CESPE – Perito Criminal Federal (PF)/2018

Conclui-se do último período do primeiro parágrafo que os laboratórios de investigação criminal têm pouca demanda de trabalho e, por isso, não realizam todos os tipos de análises mostrados nas séries de TV que retratam os processos de investigação forense.

() CERTO () ERRADO

2. CESPE – Perito Criminal Federal (PF)/2018

O exemplo utilizado no terceiro e no quarto período do terceiro parágrafo corrobora duas ideias consideradas irreais no confronto entre as séries televisivas e a vida real: a de que um mesmo personagem de séries de investigação mistura diversos profissionais da área policial e a de que as informações obtidas por meio das técnicas científicas nesses seriados são demasiado precisas.

() CERTO () ERRADO

3. CESPE – Perito Criminal Federal (PF)/2018

O autor do texto apresenta uma crítica à produção de séries que retratam o ambiente policial, principalmente no que se refere à ciência forense, defendendo a suspensão da veiculação desse tipo de produção na TV, dados os prejuízos que elas causam aos policiais em serviço na vida real, conforme ilustrado ao final do texto.

() CERTO () ERRADO

4. CESPE – Perito Criminal Federal (PF)/2018

Infere-se do texto que, até o final da década de 80 do século passado, todos os profissionais que atuavam em laboratórios forenses eram generalistas.

() CERTO () ERRADO

Texto para as questões 05 a 09

Imagine uma operação de busca na selva. Sem mapas, binóculos ou apoio logístico; somente com um facão. Assim eram feitas as operações de combate à pornografia infantil pela Polícia Federal até o dia em que peritos criminais federais desenvolveram, no estado de Mato Grosso do Sul, o Nudetective.

O programa executa em minutos uma busca que poderia levar meses, encontrando todo o conteúdo pornográfico de pedofilia em computadores, pendrives, smartphones e demais mídias de armazenamento. Para ajudar o trabalho dos peritos, existem programas que buscam os arquivos de imagem e vídeo através de sua *hash* ou sua assinatura digital. Logo nos primeiros testes, a detecção de imagens apresentou mais de 90% de acerto.

Para o teste, pegaram um HD com conteúdo já periciado e rodaram o programa. Conseguiram 95% de acerto em 12 minutos. Seu diferencial era não só buscar pela assinatura digital ou nomes conhecidos, mas também por novos arquivos por intermédio da leitura dos *pixels* presentes na imagem calibrados a uma paleta de tons de pele. Começava a revolução em termos de investigação criminal de pornografia infantil.

Além da detecção de imagens e vídeos, todo o processo de busca e obtenção de resultados é simultâneo, o que economiza tempo e dinheiro.

A licença de uso do software, que é programado em Java, é gratuita e só é disponibilizada para forças da lei e pesquisas acadêmicas. Segundo seus desenvolvedores, nunca houve o intuito de venda, pois não enxergam sentido em lucrar com algo que seja para salvar crianças. Mas, então, por que não deixá-lo disponível para todos? Somente para que não possa ser utilizado para criar formas de burlá-lo, explicam.

Desde seu lançamento, o Nudetective já foi compartilhado com Argentina, Paraguai, Suécia, Áustria, Noruega, Nova Zelândia e Portugal. Ganhou reconhecimento e premiações em congressos forenses no Brasil e no mundo.

Internet: (com adaptações).

5. CESPE – Agente(PF)/2018

Infere-se do texto que o Nudetective foi desenvolvido especificamente para o combate à pornografia infantil.

CERTO ERRADO

6. CESPE – Agente(PF)/2018

Um dos benefícios do Nudetective para a Polícia Federal é tornar mais célere a investigação de crimes relacionados à pornografia infantil.

CERTO ERRADO

7. CESPE – Agente(PF)/2018

O primeiro parágrafo do texto informa que, antes da criação do Nudetective, a Polícia Federal não dispunha de dispositivos tecnológicos para a investigação de crimes de pedofilia na Internet.

CERTO ERRADO

8. CESPE – Agente(PF)/2018

De acordo com o texto, diversos países da América e da Europa compraram a licença de uso do software criado pelos policiais federais do Mato Grosso do Sul, o que demonstra o reconhecimento estrangeiro da qualidade do trabalho forense do Brasil.

CERTO ERRADO

9. CESPE – Agente(PF)/2018

Conclui-se do texto que a varredura do Nudetective é restrita a dispositivos conectados à Internet.

CERTO ERRADO

Texto para as questões 10 a 14

A polícia parisiense — disse ele — é extremamente hábil à sua maneira. Seus agentes são perseverantes, engenhosos, astutos e perfeitamente versados nos conhecimentos que seus deveres parecem exigir de modo especial. Assim, quando o delegado G... nos contou, pormenorizadamente, a maneira pela qual realizou suas pesquisas no Hotel D..., não tive dúvida de que efetuara uma investigação satisfatória (...) até o ponto a que chegou o seu trabalho.

— Até o ponto a que chegou o seu trabalho? — perguntei.

— Sim — respondeu Dupin. — As medidas adotadas não foram apenas as melhores que poderiam ser tomadas, mas realizadas com absoluta perfeição. Se a carta estivesse depositada dentro do raio de suas investigações, esses rapazes, sem dúvida, a teriam encontrado.

Ri, simplesmente — mas ele parecia haver dito tudo aquilo com a máxima seriedade.

— As medidas, pois — prosseguiu —, eram boas em seu gênero, e foram bem executadas: seu defeito residia em serem inaplicáveis ao caso e ao homem em questão. Um certo conjunto de recursos altamente engenhosos é, para o delegado, uma espécie de leito de Procusto, ao qual procura adaptar à força todos os seus planos. Mas, no caso em apreço, cometeu uma série de erros, por ser demasiado profundo ou demasiado superficial. (...) E, se o delegado e toda a sua corte têm cometido tantos enganos, isso se deve (...) a uma apreciação inexata, ou melhor, a uma não apreciação da inteligência daqueles com quem se metem. Consideram engenhosas apenas as suas próprias ideias e, ao procurar alguma coisa que se ache escondida, não pensam senão nos meios que eles próprios teriam empregado para escondê-la. Estão certos apenas num ponto: naquele em que sua engenhosidade representa fielmente a da massa; mas, quando a astúcia do malfeitor é diferente da deles, o malfeitor, naturalmente, os engana. Isso sempre acontece quando a astúcia deste último está acima da deles e, muito frequentemente, quando está abaixo. Não variam seu sistema de investigação; na melhor das hipóteses, quando são instigados por algum caso insólito, ou por alguma recompensa extraordinária, ampliam ou exageram os seus modos de agir habituais, sem que se afastem, no entanto, de seus princípios. (...) Você compreenderá, agora, o que eu queria dizer ao afirmar que, se a carta roubada tivesse sido escondida dentro do raio de investigação do nosso delegado — ou, em outras palavras, se o princípio inspirador estivesse compreendido nos princípios do delegado —, sua descoberta seria uma questão inteiramente fora de dúvida. Este funcionário, porém, se enganou por completo, e a fonte remota de seu fracasso reside na suposição de que o ministro é um idiota, pois adquiriu renome de poeta. Segundo o delegado, todos os poetas são idiotas — e, neste caso, ele é apenas culpado de uma *non distributio medii*, ao inferir que todos os poetas são idiotas.

— Mas ele é realmente poeta? — perguntei. — Sei que são dois irmãos, e que ambos adquiriram renome nas letras. O ministro, creio eu, escreveu eruditamente sobre o cálculo diferencial. É um matemático, e não um poeta.

— Você está enganado. Conheço-o bem. E ambas as coisas. Como poeta e matemático, raciocinaria bem; como mero matemático, não raciocinaria de modo algum, e ficaria, assim, à mercê do delegado.

— Você me surpreende — respondi — com essas opiniões, que têm sido desmentidas pela voz do mundo. Naturalmente, não quererá destruir, de um golpe, ideias amadurecidas durante tantos séculos. A razão matemática é há muito considerada como a razão *par excellence*.

Edgar Allan Poe. A carta roubada. In: Histórias extraordinárias. Victor Civita, 1981. Tradução de Brenno Silveira e outros.

No que se refere à tipologia e aos sentidos do texto, julgue os próximos itens.

10. CESPE – Agente(PF)/2018

O primeiro parágrafo do texto é predominantemente descritivo, pois apresenta as características da “polícia parisiense”.

() CERTO () ERRADO

11. CESPE – Agente(PF)/2018

Infere-se das falas de Dupin que a opinião do delegado a respeito dos poetas foi determinante para que ele não encontrasse “a carta roubada”.

() CERTO () ERRADO

12. CESPE – Agente(PF)/2018

Dupin é irônico ao caracterizar a polícia parisiense como hábil no primeiro parágrafo, o que é comprovado pela crítica que faz, no quinto parágrafo, ao trabalho do delegado e de sua equipe, os quais, conforme Dupin, “Estão certos apenas num ponto” (R. 32 e 33).

() CERTO () ERRADO

13. CESPE – Agente(PF)/2018

Na opinião de Dupin, a inteligência da polícia de Paris equipara-se à “da massa” (R.34), que, conforme se infere do texto, é uma inteligência média.

() CERTO () ERRADO

14. CESPE – Agente(PF)/2018

O narrador discorda de Dupin com relação à opinião de que o fato de o ministro ser poeta é o que lhe permite raciocinar bem, o que fica evidente no último parágrafo do texto.

() CERTO () ERRADO

Texto para as questões 15 a 20

A natureza jamais vai deixar de nos surpreender. As teorias científicas de hoje, das quais somos justamente orgulhosos, serão consideradas brincadeira de criança por futuras gerações de cientistas. Nossos modelos de hoje certamente serão pobres aproximações para os modelos do futuro. No entanto, o trabalho dos cientistas do futuro seria impossível sem o nosso, assim como o nosso teria sido impossível sem o trabalho de Kepler, Galileu ou Newton. Teorias científicas jamais serão a verdade final: elas irão sempre evoluir e mudar, tornando-se progressivamente mais corretas e eficientes, sem chegar nunca a um estado final de perfeição. Novos fenômenos estranhos, inesperados e imprevisíveis irão sempre desafiar nossa imaginação. Assim como nossos antepassados, estaremos sempre buscando compreender o novo. E, a cada passo dessa busca sem fim, compreenderemos um pouco mais sobre nós mesmos e sobre o mundo a nossa volta.

Em graus diferentes, todos fazemos parte dessa aventura, todos podemos compartilhar o êxtase que surge a cada nova descoberta; se não por intermédio de nossas próprias atividades de pesquisa, ao menos ao estudarmos as ideias daqueles que expandiram e expandem as fronteiras do conhecimento com sua criatividade e coragem intelectual. Nesse sentido, você, eu, Heráclito, Copérnico e Einstein somos todos parceiros da mesma dança, todos dançamos com o Universo. É a persistência do mistério que nos inspira a criar.

Marcelo Gleiser. A dança do universo: dos mitos de criação ao Big-Bang. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 384-5 (com adaptações).

Com relação aos sentidos do texto, julgue os próximos itens.

15. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

Da afirmação “Nossos modelos de hoje certamente serão pobres aproximações para os modelos do futuro” (R. 4 a 6) deduz-se que os modelos científicos de antigamente têm pouca importância para os estudos atuais.

CERTO ERRADO

16. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

Dada a sequência lógica do texto, é correto afirmar que os trechos “Novos fenômenos estranhos, inesperados e imprevisíveis irão sempre desafiar nossa imaginação” (R. 12 e 13) e “E, a cada passo dessa busca sem fim, compreenderemos um pouco mais sobre nós mesmos e sobre o mundo a nossa volta” (R. 15 a 17) são usados como argumentos para reforçar a ideia do primeiro período do texto.

CERTO ERRADO

17. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

Para conferir um tom menos categórico ao trecho “Teorias científicas jamais serão a verdade final” (R.9), poderia utilizar-se a expressão em tempo nenhum no lugar de “jamais”.

CERTO ERRADO

18. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

No último parágrafo, o autor inclui a si mesmo, junto com Kepler, Galileu, Newton, Heráclito, Copérnico e Einstein, entre os cientistas que expandiram as fronteiras do conhecimento.

CERTO ERRADO

19. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

Para o autor, compreender o novo implica conhecer mais o ser humano e a natureza que o rodeia.

CERTO ERRADO

20. CESPE – Papiloscopista (PF)/2018

Conclui-se do texto que as teorias científicas sempre contribuem para a evolução, mas nem sempre permitem apresentar dados precisos, uma vez que a natureza está em constante estado de transformação.

() CERTO () ERRADO

Texto para as questões 21 a 27

Escrita, secreta e submetida, para construir as suas provas, a regras rigorosas, a investigação penal é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do réu. E, por isso mesmo, esse procedimento tende necessariamente para a confissão, embora em direito estrito não a exija. Por duas razões: em primeiro lugar, porque constitui uma prova tão forte que não há necessidade de acrescentar outras, nem de entrar na difícil e duvidosa combinatória dos indícios; a confissão, desde que seja devidamente feita, quase exime o acusador de fornecer outras provas (em todo o caso, as mais difíceis); em segundo, a única maneira para que esse procedimento perca toda a sua autoridade unívoca e para que se torne uma vitória efetivamente obtida sobre o acusado, a única maneira para que a verdade exerça todo o seu poder, é que o criminoso assuma o seu próprio crime e assine aquilo que foi sábia e obscuramente construído pela investigação.

No interior do crime reconstituído por escrito, o criminoso confesso desempenha o papel de verdade viva. Ato do sujeito criminoso, responsável e falante, a confissão é a peça complementar de uma investigação escrita e secreta. Daí a importância que todo processo de tipo inquisitorial atribui à confissão. Por um lado, tenta-se fazê-la entrar no cálculo geral das provas, como se fosse apenas mais uma: não é a *evidentia rei*; tal como a mais forte das provas, não pode por si só implicar a condenação e tem de ser acompanhada por indícios anexos e presunções, pois já houve acusados que se declararam culpados de crimes que não cometeram; se não tiver em sua posse mais do que a confissão regular do culpado, o juiz deverá então fazer investigações complementares. Mas, por outro lado, a confissão triunfa sobre quaisquer outras provas. Até certo ponto, transcende-as; elemento no cálculo da verdade, a confissão é também o ato pelo qual o réu aceita a acusação e reconhece os seus bons fundamentos; transforma uma investigação feita sem a sua participação em uma afirmação voluntária.

Michel Foucault. Vigiar e punir – nascimento da prisão. Trad. Pedro Elói Duarte. Ed. 70: 2013 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos sentidos do texto CB1A1-I, julgue os próximos itens.

21. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Para o autor, a confissão sobressai entre as provas construídas pela investigação, mas não é condição para a determinação da verdade.

() CERTO () ERRADO

22. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

A investigação penal deve ser encerrada quando há confissão do acusado, uma vez que este ato pressupõe a culpa do criminoso confesso e implica a sua condenação.

() CERTO () ERRADO

23. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

São os bons fundamentos da acusação que convencem o acusado a confessar sua conduta criminosa.

CERTO ERRADO

24. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Ao declarar-se autor da conduta criminosa, o réu legitima a acusação.

CERTO ERRADO

25. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Infere-se do texto que o autor não concorda com a ideia de que a confissão seja apenas mais uma prova entre tantas outras.

CERTO ERRADO

26. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

A confissão é um ato secreto e voluntário, segundo o texto.

CERTO ERRADO

27. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Do trecho “se não tiver em sua posse mais do que a confissão regular do culpado, o juiz deverá então fazer investigações complementares” (R. 29 a 31) depreende-se que, diante da ausência de confissão, é dever do juiz buscar outros indícios de autoria.

CERTO ERRADO

Texto para as questões 28 a 31

— Tinha vinte e cinco anos, era pobre, e acabava de ser nomeado alferes da Guarda Nacional. Não imaginam o acontecimento que isto foi em nossa casa. Minha mãe ficou tão orgulhosa! Vai então uma das minhas tias, D. Marcolina, que morava a muitas léguas da vila, num sítio escuso e solitário, desejou ver-me, e pediu que fosse ter com ela e levasse a farda. Chamava-me também o seu alferes. E sempre alferes; era alferes para cá, alferes para lá, alferes a toda a hora. Na mesa tinha eu o melhor lugar, e era o primeiro servido. Não imaginam. Se lhes disser que o entusiasmo da tia Marcolina chegou ao ponto de mandar pôr no meu quarto um grande espelho, naturalmente muito velho; mas via-se-lhe ainda o ouro.

— Espelho grande?

— Grande. E foi, como digo, uma enorme fineza, porque o espelho estava na sala; era a melhor peça da casa. Mas não houve forças que a demovessem do propósito; respondia que não fazia falta, que era só por algumas semanas,

e finalmente que o “senhor alferes” merecia muito mais. O certo é que todas essas coisas, carinhos, atenções, obséquios, fizeram em mim uma transformação, que o natural sentimento da mocidade ajudou e completou. Imaginam, creio eu?

— Não.

— O alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se; mas não tardou que a primitiva cedesse à outra; ficou-me uma parte mínima de humanidade. Aconteceu então que a alma exterior, que era dantes o sol, o ar, o campo, os olhos das moças, mudou de natureza, e passou a ser a cortesia e os rapapés da casa, tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem. A única parte do cidadão que ficou comigo foi aquela que entendia com o exercício da patente; a outra dispersou-se no ar e no passado. Vamos aos fatos. Vamos ver como, ao tempo em que a consciência do homem se obliterava, a do alferes tornava-se viva e intensa. No fim de três semanas, era outro, totalmente outro.

(...)

— Convém dizer-lhes que, desde que ficara só, não olhara uma só vez para o espelho. Não era abstenção deliberada, não tinha motivo; era um impulso inconsciente, um receio de achar-me um e dois, ao mesmo tempo, naquela casa solitária; e se tal explicação é verdadeira, nada prova melhor a contradição humana, porque no fim de oito dias, deu-me na veneta olhar para o espelho com o fim justamente de achar-me dois. Olhei e recuei.

(...)

— De quando em quando, olhava furtivamente para o espelho; a imagem era a mesma difusão de linhas, a mesma decomposição de contornos ... Subitamente, por uma inspiração inexplicável, por um impulso sem cálculo, lembrou-me... vestir a farda de alferes. Vesti-a, aprontei-me de todo; e, como estava defronte do espelho, levantei os olhos, e... não lhes digo nada; o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso; era eu mesmo, o alferes, que achava, enfim, a alma exterior. Daí em diante, fui outro. Cada dia, a uma certa hora, vestia-me de alferes, e sentava-me diante do espelho, lendo, olhando, meditando; no fim de duas, três horas, despia-me outra vez. Com este regime pude atravessar mais seis dias de solidão, sem os sentir...

Machado de Assis. O espelho. In: John Gladson (Org.). 50 contos de Machado de Assis. Cia. das Letras. Edição eletrônica. Internet: (com adaptações).

Julgue os próximos itens, a respeito das ideias do texto.

28. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

A afirmação “O alferes eliminou o homem” (R.24) resume o processo por que passou a personagem: a aparência substituiu a essência.

() CERTO () ERRADO

29. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Infer-se do texto que a intenção de achar-se dois era uma prática de fuga da solidão em que se encontrava o narrador.

() CERTO () ERRADO

30. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

O texto aborda um grande conflito do ser humano: a crise existencial, caracterizada pela individualidade e pela angústia da personagem.

() CERTO () ERRADO

31. CESPE – Analista (MP-PI)/2018

Os acontecimentos narrados no quinto parágrafo são resultado da “transformação” (R.21) que o narrador relata ter sofrido em decorrência da mudança do espelho para seu quarto.

() CERTO () ERRADO

Texto para as questões 32 a 34

O jeitinho brasileiro é uma forma de corrupção? Se a regra transgredida não causa prejuízo, temos o “jeitinho” positivo e, direi eu, ético. Por exemplo: estou na fila; chega uma pessoa precisando pagar sua conta que vence naquele dia e pede para passar na frente. Não há o que reclamar dessa forma de “jeitinho”.

A questão sociológica que o “jeitinho” apresenta, porém, é outra. Ela mostra uma relação ruim com a lei geral, com a norma desenhada para todos os cidadãos, com o pressuposto de que essa regra universal produz legalidade e cidadania. Eu pago meus impostos integralmente e, por isso, posso exigir dos funcionários públicos do meu país. Agora, se eu dou um jeito nos meus impostos porque o delegado da receita federal é meu amigo ou parente e faz a tal “vista grossa”, aí temos o “jeitinho” virando corrupção. O “jeitinho” se confunde com corrupção e é transgressão, porque desiguala o que deveria ser obrigatoriamente tratado com igualdade. O que nos enlouquece hoje no Brasil não é a existência do jeitinho como ponte negativa entre a lei e a pessoa especial que dela se livra, mas sim a persistência de um estilo de lidar com a lei, marcadamente aristocrático, que, de certa forma, induz o chefe, o diretor, o dono, o patrão, o governador, o presidente a passar por cima da lei. A mídia tem um papel básico na discussão desses casos de amortecimento, esquecimento e “jeitinho”, porque ela ajuda a politizar o velho hábito que insiste em situar certos cargos e as pessoas que os empossam como acima da lei, do mesmo modo e pela mesma lógica de hierarquias que colocam certas pessoas (negros, pobres e mulheres) implacavelmente debaixo da lei.

Roberto da Matta. O jeitinho brasileiro. Internet: <<https://maniadehistoria.wordpress.com>> (com adaptações).

Com relação às ideias do texto, julgue o item a seguir.

32. CESPE – CGM – Pref João Pessoa)/2018

O “jeitinho” é uma transgressão de uma lei ou de uma regra que deveria aplicar-se igualmente a todos os cidadãos.

() CERTO () ERRADO

33. CESPE – CGM – Pref João Pessoa)/2018

O texto confirma que a mídia desmonta uma lógica naturalizada segundo a qual a aplicação das leis varia em razão da vontade de uma minoria.

() CERTO () ERRADO

34. CESPE – CGM – Pref João Pessoa)/2018

Conforme o texto, a caracterização do “jeitinho brasileiro” como um comportamento ético ou antiético depende das suas consequências.

() CERTO () ERRADO

Texto para as questões 35 e 36

A cada instante, a quantidade de informações disponíveis para processamento pelo cérebro é formidável: todo o campo visual, todos os estímulos auditivos e olfativos, toda a informação relativa à posição do corpo e ao seu estado de funcionamento.

Esses estímulos precisam ser processados em conjunto, de modo que o cérebro possa montar uma imagem coerente do indivíduo e de seu ambiente. Isso sem contar os processos de evocação de memórias, planejamento para o futuro e imaginação. Você realmente esperava processar todos os estímulos a cada momento e ainda formar registros duradouros de todos eles?

O que faz com que a memória se torne seletiva não é o mundo atual, informatizado, rápido e denso em informações. Ela o é por definição, já que sua porta de entrada é um funil poderoso: a atenção, que concentra todo o poder operacional do cérebro sobre uma coisa só, aquela que for julgada a mais importante no momento.

Suzana Herculano-Houzel. Por que guardar segredo é difícil? E outras curiosidades da neurociência do cotidiano. São Paulo: Amazon. Ed. Kindle, loc. 107 (com adaptações).

35. CESPE – TCE/PB/2018

O efeito textual pretendido pela autora ao empregar a pergunta que encerra o segundo parágrafo do texto é o de

- a) apontar a impossibilidade de o cérebro, ao mesmo tempo, processar estímulos e registrá-los na memória.
- b) menosprezar os leitores que acreditam ser possível se lembrar de tudo o que lhes ocorre.
- c) obter diretamente dos leitores respostas honestas à indagação proposta.
- d) modificar o modo como os leitores lidam com os dados provenientes do mundo exterior.
- e) provocar os leitores a refletir sobre os processos de recepção de estímulos e formação de memórias.

36. CESPE – TCE/PB/2018

No texto, ao utilizar a expressão “Isso sem contar”, a autora sugere que “os processos de evocação de memórias, planejamento para o futuro e imaginação” fazem parte do conjunto de

- a) ações cerebrais cujo funcionamento depende do processamento conjunto de estímulos externos.
- b) processos necessários à construção de registros duradouros dos estímulos recebidos pelo cérebro a cada momento.
- c) dados necessários para que o cérebro construa uma imagem do indivíduo e do ambiente que o cerca.
- d) atividades internas desempenhadas pelo cérebro, ao mesmo tempo que este recebe estímulos externos.
- e) estímulos advindos do cérebro de um indivíduo, imprescindíveis para a formação de novas memórias.

Texto para a questão 37

A história é uma disciplina definida por sua capacidade de lembrar. Poucos se lembram, porém, de como ela é capaz de esquecer. Há também quem caracterize a história como uma ciência da mudança no tempo, e quase ninguém aponta sua genuína capacidade de reiteração.

A história brasileira não escapa dessas ambiguidades fundamentais: ela é feita do encadeamento de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais, mas também anda repleta de lacunas, invisibilidades e esquecimentos. Além disso, se ao longo do tempo se destacam as alterações cumulativas de fatos e ocorrências, não é difícil notar, também, a presença de problemas estruturais que permanecem como que inalterados e assim se repetem, vergonhosamente, na nossa história nacional.

Nessa lista seria possível mencionar os racismos, o feminicídio, a corrupção, a homofobia e o patrimonialismo. Mas destaco aqui um tema que, de alguma maneira, dá conta de todos os demais: a nossa tremenda e contínua desigualdade social.

Desigualdade não é uma contingência nem um acidente qualquer, tampouco uma decorrência **natural(d)** e mutável de um processo que não **nos(c)** diz respeito. Ela é consequência de **nossas(c)** escolhas — sociais, educacionais, políticas, culturais e **institucionais(e)** —, que têm resultado em uma clara e crescente **concentração dos benefícios públicos(a)** nas mãos de poucos. (...) Quando se trata de enfrentar a desigualdade, não há saída fácil ou receita de bolo. Prefiro **apostar(b)** nos alertas que nós mesmos somos capazes de identificar.

Lilia Moritz Schwarcz. Desigualdade é teimosia. Internet: <www.nexojornal.com.br> (com adaptações).

37. CESPE – TCE/PB/2018

No último parágrafo do texto, a autora sugere que a responsabilidade pela existência da desigualdade social é de todos os indivíduos, entre eles incluído o leitor, o que é denotado pela

- a) alusão à “concentração dos benefícios públicos”.
- b) escolha do termo “apostar” para definir sua posição quanto ao tema.
- c) utilização dos pronomes “nos” e “nossas”.

- d) recusa a definir a desigualdade como “natural”.
- e) referência a escolhas “institucionais”.

Texto para a questão 38

O medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer. A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens.

No espaço aberto da cidade, no refúgio da biblioteca, na magnitude do livro e na humildade dos objetos mais simples, a escrita teve como missão conjurar contra a fatalidade da perda. Em um mundo no qual as escritas podiam ser apagadas, os manuscritos podiam ser perdidos e os livros estavam sempre ameaçados de destruição, a tarefa não era fácil. Paradoxalmente, seu sucesso poderia criar, talvez, outro perigo: o de uma incontrolável proliferação textual de um discurso sem ordem nem limites.

O excesso de escrita, que multiplica os textos inúteis e abafa o pensamento sob o acúmulo de discursos, foi considerado um perigo tão grande quanto seu contrário. Embora fosse temido, o apagamento era necessário, assim como o esquecimento também o é para a memória. Nem todos os escritos foram destinados a se tornar arquivos cuja proteção os defenderia da imprevisibilidade da história. Alguns foram traçados sobre suportes que permitiam escrever, apagar e depois escrever de novo.

Roger Chartier. **Inscriver e apagar**: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII). Trad.: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007, p. 9-10 (com adaptações).

38. CESPE – TCE/PB/2018

Infere-se do texto que a escrita é uma

- a) tecnologia ambígua, pois é capaz de, ao mesmo tempo, preservar informações úteis e contribuir para a disseminação de textos inúteis.
- b) atividade que transforma escritos em arquivos, garantindo, assim, a integridade das informações frente às inconstâncias da história.
- c) invenção da primeira fase da modernidade, voltada a manter vivas as memórias sociais e culturais.
- d) forma de evitar o desaparecimento de informações importantes que não deveriam ser esquecidas ou perdidas.
- e) manifestação efêmera, que podia ser registrada, depois apagada e, mais tarde, recuperada pela reescrita.

Texto para a questão 39

Quando nos referimos à supremacia de um fenômeno sobre outro, temos logo a impressão de que se está falando em superioridade, mas, no caso da relação entre oralidade e escrita, essa é uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala seja superior à escrita ou vice-versa. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente o aspecto que se

está comparando e, em segundo, deve-se considerar que essa relação não é nem homogênea nem constante. A própria escrita tem tido uma avaliação variada ao longo da história e nos diversos povos.

Existem sociedades que valorizam mais a fala, e outras que valorizam mais a escrita. A única afirmação correta é a de que a fala veio antes da escrita. Portanto, do ponto de vista cronológico, a fala tem precedência sobre a escrita, mas, do ponto de vista do prestígio social, a escrita tem supremacia sobre a fala na maioria das sociedades contemporâneas.

Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem de parâmetros linguísticos, e sim de postura ideológica. São valores que podem variar entre sociedades e grupos sociais ao longo da história. Não há por que negar que a fala é mais antiga que a escrita e que esta lhe é posterior e, em certo sentido, dependente. Mesmo considerando a enorme e inegável importância que a escrita tem nos povos e nas civilizações ditas “letradas”, continuamos povos orais.

Luiz Antônio Marcuschi e Angela Paiva Dionisio. Princípios gerais para o tratamento **das relações entre a fala e a escrita**. In: Luiz Antônio Marcuschi e Angela Paiva Dionisio. Fala e escrita. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 26-7 (com adaptações).

39. CESPE – TCE/PB/2018

Conforme as ideias do texto,

- o desenvolvimento da fala e o surgimento da escrita são eventos que, sob o enfoque histórico, se deram exatamente nessa ordem.
- há uma ideologia compartilhada pelas sociedades contemporâneas de associar a escrita a uma manifestação superior à fala.
- do ponto de vista linguístico, fala e escrita são manifestações idênticas, não havendo diferenças entre elas nem superioridade de uma sobre a outra.
- ao longo da história e nas diversas civilizações, identificam-se momentos de maior e de menor valorização da língua escrita.
- em sociedades letradas, a comunicação por meio da escrita supera a comunicação por meio da fala.

Texto para as questões 40 a 42

A paz não pode ser garantida apenas pelos acordos políticos, econômicos ou militares. Cada um de nós, independentemente de idade, sexo, estrato social, crença religiosa etc. é chamado à criação de um mundo pacificado, um mundo sob a égide de uma cultura da paz. Mas, o que significa “cultura da paz”?

Construir uma cultura da paz envolve dotar as crianças e os adultos da compreensão de princípios como liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Implica uma rejeição, individual e coletiva, da violência que tem sido percebida na sociedade, em seus mais variados contextos. A cultura da paz tem de procurar soluções que advenham de dentro da(s) sociedade(s), que não sejam impostas do exterior.

Cabe ressaltar que o conceito de paz pode ser abordado em sentido negativo, quando se traduz em um estado de não guerra, em ausência de conflito, em passividade e permissividade, sem dinamismo próprio; em síntese,

condenada a um vazio, a uma não existência palpável, difícil de se concretizar e de se precisar. Em sua concepção positiva, a paz não é o contrário da guerra, mas a prática da não violência para resolver conflitos, a prática do diálogo na relação entre pessoas, a postura democrática frente à vida, que pressupõe a dinâmica da cooperação planejada e o movimento constante da instalação de justiça.

Uma cultura de paz exige esforço para modificar o pensamento e a ação das pessoas para que se promova a paz. Falar de violência e de como ela nos assola deixa de ser, então, a temática principal. Não que ela vá ser esquecida ou abafada; ela pertence ao nosso dia a dia e temos consciência disso. Porém, o sentido do discurso, a ideologia que o alimenta, precisa impregná-lo de palavras e conceitos que anunciem os valores humanos que decantam a paz, que lhe proclamam e promovem. A violência já é bastante denunciada, e quanto mais falamos dela, mais lembramos de sua existência em nosso meio social. É hora de começarmos a convocar a presença da paz em nós, entre nós, entre nações, entre povos.

Um dos primeiros passos nesse sentido refere-se à gestão de conflitos. Ou seja, prevenir os conflitos potencialmente violentos e reconstruir a paz e a confiança entre pessoas originárias de situação de guerra é um dos exemplos mais comuns a serem considerados. Tal missão estende-se às escolas, instituições públicas e outros locais de trabalho por todo o mundo, bem como aos parlamentos e centros de comunicação e associações.

Outro passo é tentar erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, lutando para atingir um desenvolvimento sustentado e o respeito pelos direitos humanos, reforçando as instituições democráticas, promovendo a liberdade de expressão, preservando a diversidade cultural e o ambiente. É, então, no entrelaçamento “paz — desenvolvimento — direitos humanos — democracia” que podemos vislumbrar a educação para a paz.

Leila Dupret. Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea. In: Psicol. Esc. Educ. (Impr.) v. 6, n.º 1. Campinas, jun./2002 (com adaptações).

40. CESPE – PC/MA/2018

De acordo com o texto, a cultura da paz depende, entre outras coisas,

- a) do controle da liberdade de expressão.
- b) da passividade e da permissividade.
- c) de instituições democráticas fortes.
- d) da rejeição ao desenvolvimento social.
- e) da inexistência de conflitos.

41. CESPE – PC/MA/2018

O texto, essencialmente expositivo-argumentativo, estrutura-se a partir da

- a) definição de conceitos e do uso de recursos retóricos.
- b) construção de personagens e cenas concretas.
- c) utilização de recursos textuais descritivos.

- d) mescla entre elementos textuais ficcionais e jornalísticos.
- e) expressão de sentimentos e vivências pessoais.

42. CESPE – PC/MA/2018

De acordo com o texto, os elementos “gestão de conflitos” e “erradicar a pobreza” devem ser concebidos como

- a) obstáculos para a construção da cultura da paz.
- b) dispensáveis para a construção da cultura da paz.
- c) irrelevantes na construção da cultura da paz.
- d) etapas para a construção da cultura da paz.
- e) consequências da construção da cultura da paz.

Texto para as questões 43 a 44

Encontradas principalmente nos embriões, mas também em alguns tecidos adultos como o adiposo, as células-tronco têm a capacidade de se transformar em células de diversos tipos. Embora a chamada plasticidade das embrionárias seja maior, os desafios éticos de pesquisas com esse tipo de células levaram a atenção de muitos cientistas às células-tronco adultas. Na virada do milênio, publicações científicas em periódicos importantes sugeriam que ambas teriam propriedades equivalentes.

Esperava-se que, ao serem injetadas em órgãos danificados, como um coração infartado, as células-tronco adultas pudessem originar vasos sanguíneos e células cardíacas. Teve início, então, uma série de ensaios clínicos — testes em pessoas —, que foram amplamente noticiados.

Hoje, sabe-se que as células-tronco adultas não são tão versáteis quanto prometiam. Os resultados dos ensaios não foram animadores. Mas isso não significa que tenham sido descartadas como possível tratamento ou que os esforços tenham sido desperdiçados. Na ciência, o negativo também é um resultado; mesmo que não renda prêmios ou resulte em publicações, contribui para o avanço do conhecimento.

Alexandra Ozorio de Almeida. Dois passos para trás, um para frente. In: Revista Pesquisa Fapesp 2,60.ª ed., out./2017, p. 7 (com adaptações).

Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto, julgue o item que se segue.

43. CESPE – PM/MA/2018

Em ciência, um resultado negativo, embora também tenha seu valor na construção do saber, é considerado algo de menor prestígio, por não resultar em prêmios ou em publicações.

() CERTO () ERRADO

44. CESPE – PM/MA/2018

Inferir-se do texto que apenas as células-tronco encontradas em embriões e no tecido adiposo são capazes de se transformar em células de diversos tipos, apesar de haver outras fontes de células-tronco.

() CERTO () ERRADO

Texto

Internet: <www.leovillanova.net>.

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, julgue o item subsequente.

45. CESPE – PM/MA/2018

Conclui-se da fala do mosquito que está voando que ele se dirige a apenas um dos dois mosquitos que estão próximos ao vidro de vacina contra a dengue.

() CERTO () ERRADO

Texto para as questões

A Polícia Militar do Maranhão (PM/MA.) foi criada por meio da Lei Provincial n.º 21, de 17/6/1836, com o nome de Corpo de Polícia da Província do Maranhão. Ao longo de 115 anos, a instituição recebeu várias denominações, até ser denominada de Polícia Militar do Maranhão, em 1951.

A primeira turma de oficiais da PM/MA com Curso de Formação de Oficiais formou-se em 1966, na Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; daí em diante, aconteceram formações em outras academias de diferentes estados. Com a criação da Academia de Polícia Militar do Maranhão, por meio da Lei n.º 5.657/1993, passou a caber a ela a formação dos oficiais da corporação, tendo sido a primeira turma composta de 29 aspirantes a oficiais.

Internet: <www.pm.ma.gov.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e a aspectos linguísticos do texto, julgue o item subsequente.

46. CESPE – PM/MA/2018

Inferir-se do texto que, até 1993, a formação de oficiais da PM/MA acontecia em outros estados porque não havia academia de polícia militar no estado do Maranhão.

() CERTO () ERRADO

Texto para a questão 47

O Brasil sempre foi um país com grandes desigualdades. Marcada por diferenças sociais, econômicas e regionais, esta nação tem procurado, nos últimos anos, promover a diminuição das desigualdades que sempre a marcaram de forma profunda. A Constituição Federal de 1988 traçou diversos objetivos, entre eles, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais. Embora, infelizmente, tais metas não tenham sido atingidas, ocorreram diversos avanços, como, por exemplo, a diminuição da mortalidade infantil e do analfabetismo; a melhoria na expectativa de vida; o aumento do número de jovens nas escolas, entre outros.

No mundo, a busca pelo tratamento igual já estava presente desde antes da Revolução Francesa, mas, a partir dela, a luta por um tratamento equânime entre as pessoas não só se tornou sinônimo de aplicação de justiça, como também passou a ser um dos aspectos de como a dignidade da pessoa humana se revela, em especial, no tratamento que o Estado reserva ao homem.

O direito à igualdade ou ao tratamento isonômico está definido como um direito fundamental, assumindo posição de destaque na sociedade moderna e invertendo a tradicional relação entre o Estado e o indivíduo, ao reconhecer que a pessoa humana tem, primeiro, direitos, e, depois, deveres perante o Estado, e que os direitos que o Estado tem em relação ao indivíduo se ordenam ao objetivo de melhor cuidar das necessidades dos seus cidadãos.

Por meio de ações corretivas dos poderes públicos e do estabelecimento de direitos relativos à assistência social, à educação, ao trabalho, ao lazer, à saúde, à cultura e ao esporte, por exemplo, procurou-se promover uma igualdade material, ou seja, o tratamento equânime de todos os seres humanos, bem como a sua equiparação no que diz respeito às possibilidades de concessão de oportunidades.

Embora a tributação tenha um papel fundamental como instrumento reformador e capaz de atuar na diminuição das desigualdades, o modo como o sistema tributário está estruturado não logra os objetivos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Há, portanto, necessidade de uma reforma para que ele se adéque às exigências de um sistema justo, com fundamento na igualdade e na capacidade contributiva, em busca de uma maior justiça social e fiscal. Nesse sentido, o imposto sobre a renda das pessoas físicas é o maior responsável por fazer avançar ou retroceder a capacidade econômica e, por consequência, a solidariedade social.

Élvio Gusmão Santos. Internet: <www.agu.gov.br> (com adaptações).

47. CESPE - SEFAZ RS/2018

No texto, a argumentação especificamente em defesa de uma reforma do sistema tributário brasileiro está explícita no

- a) primeiro parágrafo.
- b) segundo parágrafo.
- c) terceiro parágrafo.
- d) quarto parágrafo.
- e) último parágrafo.

Texto para a questão 48

Não sou de choro fácil a não ser quando descubro qualquer coisa muito interessante sobre ácido desoxirribonucleico. Ou quando acho uma carta que fale sobre a descoberta de um novo modelo para a estrutura do ácido desoxirribonucleico, uma carta que termine com “Muito amor, papai”. Francis Crick descobriu o desenho do DNA e escreveu a seu filho só para dizer que “nossa estrutura é muito bonita”. Estrutura, foi o que ele falou. Antes de despedir-se ainda disse: “Quando chegar em casa, vou te mostrar o modelo”. **Não esqueça os dois pacotes de leite, passe para comprar pão, guarde o resto do dinheiro para seus caramelos e, quando chegar, eu mostro a você o mecanismo copiado básico a partir do qual a vida vem da vida.**

Não sou de choro fácil, mas um composto orgânico cujas moléculas contêm as instruções genéticas que coordenam o desenvolvimento e o funcionamento de todos os seres vivos me comove. Cromossomas me animam, ribossomas me espantam. A divisão celular não me deixa dormir, e olha que eu moro bem no meio das montanhas.

De vez em quando vejo passarem os aviões, mas isso nunca acontece de madrugada — a noite se guarda toda para o infinito silêncio. Acho que uma palavra é muito mais bonita do que uma carabina, mas não sei se vem ao caso. Nenhuma palavra quer ferir outras palavras: nem desoxirribonucleico, nem montanha, nem canção. Todos esses conceitos têm os seus sinônimos, veja só, ácido desoxirribonucleico e DNA são exatamente a mesma coisa, e os do resto das palavras você acha. É tudo uma questão de amor e prisma, por favor não abra os canhões. Que coisa mais linda esse ácido despenteado, caramba. Olhei com mais atenção o desenho da estrutura e descobri: a raça humana é toda brilho.

Matilde Campilho. Notícias escritas na beira da estrada. In: Jôque iS. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 26-7 (com adaptações).

Julgue o item, a seguir, com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto, no qual a autora Matilde Campilho aborda a descoberta, em 1953, da estrutura da molécula do DNA, correalizada pelos cientistas James Watson e Francis Crick.

48. CESPE – AJ/STM/ 2018

Pode-se inferir da ausência de aspas e do estilo característico do texto que a passagem “Não esqueça os dois pacotes de leite (...) a partir do qual a vida vem da vida” é uma extrapolação imaginativa da autora a partir da carta escrita por Francis Crick a seu filho.

() CERTO () ERRADO

Texto para a questão 49

Esse rapaz que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida é um sintoma da revivescência de um sentimento que parecia ter morrido no coração dos homens: o domínio sobre a mulher. Há outros casos. (...) Todos esses senhores parece que não sabem o que é a vontade dos outros. Eles se julgam com o direito de impor o seu amor ou o seu desejo a quem não os quer. Não sei se se julgam muito diferentes dos ladrões à mão armada; mas o certo é que estes não nos arrebatam senão o dinheiro, enquanto esses tais noivos assassinos querem tudo que há de mais sagrado em outro ente, de pistola na mão. O ladrão ainda nos deixa com vida, se

Ihe passamos o dinheiro; os tais passionais, porém, nem estabelecem a alternativa: a bolsa ou a vida. Eles, não; matam logo.

Nós já tínhamos os maridos que matavam as esposas adúlteras; agora temos os noivos que matam as ex-noivas. De resto, semelhantes cidadãos são idiotas. É de se supor que quem quer casar deseje que a sua futura mulher venha para o tálamo conjugal com a máxima liberdade, com a melhor boa- vontade, sem coação de espécie alguma, com ardor até, com ânsia e grandes desejos; como é então que se castigam as moças que confessam não sentir mais pelos namorados amor ou coisa equivalente?

Todas as considerações que se possam fazer tendentes a convencer os homens de que eles não têm sobre as mulheres domínio outro que não aquele que venha da afeição não devem ser desprezadas. Esse obsoleto domínio à valentona, do homem sobre a mulher, é coisa tão horrorosa que enche de indignação.

Todos os experimentadores e observadores dos fatos morais têm mostrado a insanidade de generalizar a eternidade do amor. Pode existir, existe, mas excepcionalmente; e exigi-la nas leis ou a cano de revólver é um absurdo tão grande como querer impedir que o Sol varie a hora do seu nascimento. Deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus.

Lima Barreto. Não as matem. In: Vida urbana. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 83-5 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e aos aspectos gramaticais do texto, julgue o item que se segue.

49. CESPE – AJ/STM/ 2018

A ideia principal do último parágrafo do texto é a de que as mulheres não devem ser penalizadas em razão das decisões que tomam a respeito de seus sentimentos.

() CERTO () ERRADO

Texto para a questão 50

A obra de Maquiavel causou bastante polêmica por romper com a visão usual da atividade política. Na tradição cristã, a política era vista como uma forma de preparar a Cidade de Deus na terra. Na Antiguidade, era uma maneira de “promover o bem comum”. Havia sempre a referência a um objetivo transcendente, a um padrão implícito ou explícito de justiça. Para Maquiavel, o que importa, na política, é o poder real. Não é uma questão de justiça ou de princípios, mas de capacidade de impor-se aos outros.

N’O Príncipe, Maquiavel ensina que a meta de toda ação política é ampliar o próprio poder em relação aos outros. É necessário reduzir o poder dos adversários: semear a discórdia nos territórios conquistados, enfraquecer os fortes e fortalecer os fracos; em suma, dividir para reinar.

Os Discorsi são uma longa glosa dos dez primeiros livros da História de Roma, de Tito Lívio, vistos como um documento histórico incontestável, embora hoje se saiba que o autor não se furtava a alterar os fatos para robustecer seu caráter alegórico ou exemplar — procedimento, aliás, que Maquiavel também adotaria em suas Histórias Florentinas. Na obra, ele procura, nos costumes dos antigos, elementos que possam ser utilizados na superação dos problemas de sua época.

Ao buscar as causas da grandeza da Roma antiga, Maquiavel acaba por encontrá-las na discórdia entre seus cidadãos, naquilo que tradicionalmente era estigmatizado como “tumultos”. Trata-se de uma visão revolucionária, já que o convencional era fazer o elogio da harmonia e da unidade. Até hoje, a busca do “consenso” e o sonho de uma sociedade harmônica, sem disputa de interesses, estão presentes no discurso político e, mais ainda, alimentam a desconfiança com que são vistas as lutas políticas.

Para Maquiavel, porém, o conflito é sempre um sintoma de equilíbrio de poder. Na sociedade, uma parte sempre quer oprimir a outra — nobres e plebeus, ricos e pobres ou, na linguagem que ele prefere usar, o povo e os “grandes”. Se o conflito persiste, é porque nenhuma parte conseguiu atingir sua meta de dominar a outra. Portanto, permanece um espaço de liberdade para todos.

L. F. Miguel. A moral e a política. In: L. F. Miguel. O nascimento da política moderna. De Maquiavel a Hobbes. Brasília: Editora da UnB, 2015, p. 21, 23-4 (com adaptações).

Julgue o item, relativo às estruturas linguísticas do texto.

50. CESPE – AJ/STM/ 2018

As aspas empregadas em ‘consenso’ indicam que o autor do texto avalia criticamente os discursos atuais em que se busca consenso em política; em ‘grandes’, essa pontuação serve para destacar o valor semântico dessa palavra na linguagem de Maquiavel.

() CERTO () ERRADO

Texto para a questão 51

Os revisores, quando necessitam revisar um texto, têm duas opções: podem reescrevê-lo ou revisá-lo. A opção pela reescrita pode tornar-se mais simples porque não vai obrigar a um diagnóstico do(s) problema(s) que exista(m) no texto com a intenção de resolvê-lo(s). Na reescrita, o revisor afasta-se da superfície do texto. Ele vai ao cerne do texto, reescreve-o, fornecendo, assim, uma versão diferente da versão primitiva. Tanto a reescrita como a revisão são duas possibilidades de revisão. São como pontos de um *continuum* que remetem para o grau de preservação da superfície original do texto. Nessa ótica, a reescrita respeitará menos o original, imporá menos esforço de diagnóstico e de busca de solução dos problemas detectados, motivo pelo qual pode ser a opção que toma o revisor menos experiente. A revisão, por sua vez, implica a correção dos problemas detectados, preservando-se o máximo possível do texto original.

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto. Da revisão na escrita: uma gestão exigente requerida pela relação entre leitor, autor e texto escrito. InR: revista Observatório, v. 3, n.º 4, 2017, p. 503 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto, julgue o item subsequente.

51. CESPE – AJ/STM/ 2018

Inferre-se do texto que o revisor passa a ser considerado experiente quando, ao revisar um texto, ele opta por um caminho menos simples que se compõe de três passos: identificação de problemas que possam existir no texto objeto de revisão, correção desses problemas e busca de máxima manutenção da produção original.

() CERTO () ERRADO

Texto para a questão 52

A atividade de busca por dados e informações e a interpretação de seu significado, o que se conhece hoje por inteligência, sempre desempenhou um papel preponderante na história da humanidade, principalmente na política internacional, em maior ou menor grau, conforme a época.

Atualmente, como em nenhum outro período da história, crescem e se multiplicam as agências governamentais em uma complexa rede internacional à procura de ameaças veladas ou qualquer tipo de informação considerada sensível, em um jogo estratégico de poder e influência globais. É esse processo de identificação de ameaças, a busca por informações e dados, que pretende detectar intenções dissimuladas que ocultem os mais diversos interesses, o que chamo de guerra secreta. Essa modalidade de guerra se desenvolve entre agências ou serviços secretos, em uma corrida para ver quem chega primeiro. Trata-se do mais complexo dos conflitos, pois ocorre nas sombras, nos bastidores do poder, identificando propagandas enganosas, desinformação, e celebrando acordos cujas partes sabem antecipadamente que nunca serão cumpridos. Muitas das informações levantadas por agentes secretos em ações de espionagem foram utilizadas em guerras ou mesmo serviram de pivô central para desencadear tais conflitos.

Convivemos com a guerra secreta há muito tempo, embora de forma não perceptível, e, a cada ciclo histórico, com maior intensidade.

André Luís Woloszyn. Guerra nas sombras: os bastidores dos serviços secretos internacionais. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 7-8 (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto, julgue o item seguinte.

52. CESPE - OI (ABIN)/ABIN/2018

Para o autor do texto, há muito tempo o mundo encontra-se em uma guerra cuja intensidade aumenta a cada ciclo histórico e cujos efeitos já estão bem divulgados.

() CERTO () ERRADO

53. CESPE - OI (ABIN)/ABIN/2018

Depreende-se do texto que a guerra secreta é o mais complexo dos conflitos porque é um jogo estratégico de poder, de interesses e de influência que se desenvolve em um espaço específico: nos bastidores do poder político internacional, onde governos semeiam inverdades e encenam acordos sem validade.

() CERTO () ERRADO

Texto para a questão 54

A atividade de inteligência é o exercício de ações especializadas para a obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país. Inteligência e contrainteligência são os dois ramos dessa atividade. A inteligência compreende ações de obtenção de dados associadas à análise para a compreensão desses dados. A análise transforma os dados em cenário compreensível para o entendimento do passado, do presente e

para a perspectiva de como tende a se configurar o futuro. Cabe à inteligência tratar fundamentalmente da produção de conhecimentos com o objetivo específico de auxiliar o usuário a tomar decisões de maneira mais fundamentada. A contrainteligência tem como atribuições a produção de conhecimentos e a realização de ações voltadas à proteção de dados, conhecimentos, infraestruturas críticas — comunicações, transportes, tecnologias de informação — e outros ativos sensíveis e sigilosos de interesse do Estado e da sociedade. O trabalho desenvolvido pela contrainteligência tem foco na defesa contra ameaças como a espionagem, a sabotagem, o vazamento de informações e o terrorismo, patrocinadas por instituições, grupos ou governos estrangeiros.

Internet: <www.abin.gov.br> (com adaptações).

Julgue o item seguinte, relativo às ideias e aos aspectos linguísticos do texto.

54. CESPE - AI (ABIN)/ABIN/2018

O escopo do trabalho da inteligência se confunde com o da contrainteligência, embora sejam duas facetas da atividade de inteligência.

() CERTO () ERRADO

A questão 55 baseia no texto apresentado abaixo.

Ainda existem pessoas para as quais a greve é um “escândalo”: isto é, não só um erro, uma desordem ou um delito, mas também um crime moral, uma ação intolerável que perturba a própria natureza. “Inadmissível”, “escandalosa”, “revoltante”, dizem alguns leitores do Figaro, comentando uma greve recente. Para dizer a verdade, trata-se de uma linguagem do tempo da Restauração, que exprime a sua mentalidade profunda. É a época em que a burguesia, que assumira o poder havia pouco tempo, executa uma espécie de junção entre a moral e a natureza, oferecendo a uma a garantia da outra. Temendo-se a naturalização da moral, moraliza-se a natureza; finge-se confundir a ordem política e a ordem natural, e decreta-se imoral tudo o que conteste as leis estruturais da sociedade que se quer defender. Para os prefeitos de Carlos X, assim como para os leitores do Figaro de hoje, a greve constitui, em primeiro lugar, um desafio às prescrições da razão moralizada: “fazer greve é zombar de todos nós”, isto é, mais do que infringir uma legalidade cívica, é infringir uma legalidade “natural”, atentar contra o bom senso, misto de moral e lógica, fundamento filosófico da sociedade burguesa.

Nesse caso, o escândalo provém de uma ausência de lógica: a greve é escandalosa porque incomoda precisamente aqueles a quem ela não diz respeito. É a razão que sofre e se revolta: a causalidade direta, mecânica, essa causalidade é perturbada; o efeito se dispersa incompreensivelmente longe da causa, escapa-lhe, o que é intolerável e chocante. Ao contrário do que se poderia pensar sobre os sonhos da burguesia, essa classe tem uma concepção tirânica, infinitamente suscetível, da causalidade: o fundamento da moral que professa não é de modo algum mágico, mas, sim, racional. Simplesmente, trata-se de uma racionalidade linear, estreita, fundada, por assim dizer, numa correspondência numérica entre as causas e os efeitos. O que falta a essa racionalidade é, evidentemente, a ideia das funções complexas, a imaginação de um desdobramento longínquo dos determinismos, de uma solidariedade entre os acontecimentos, que a tradição materialista sistematizou sob o nome de totalidade.

Roland Barthes. O usuário da greve. In: R. Barthes. Mitologias. Tradução de Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007, p. 135-6 (com adaptações).

55. CESPE - Aud Est/TCM-BA/2018

Com relação às ideias do texto, assinale a opção correta.

- a) Infere-se do texto que seu autor considera a greve um crime moral, um delito contra a natureza do mundo e da sociedade.
- b) Argumenta-se, no texto, em favor de uma lógica natural que explique a articulação das tensões sociais que a greve manifesta.
- c) Conclui-se do texto que a intolerância com relação à greve advém da ignorância da complexidade de seus efeitos sobre os membros de uma sociedade.
- d) De acordo com o texto, a percepção do senso comum sobre a burguesia é a de que esta é uma classe social cujos membros são caracterizados pelo comportamento tirânico e dominador.
- e) Infere-se do texto que é inadequada a aplicação do pensamento racional à compreensão das relações sociais.

Texto para as questões 56 a 58

As discussões em torno de questões como “o que é justiça?” ou “quais são os mecanismos disponíveis para produzir situações cada vez mais justas ao conjunto da sociedade?” não são novidade. Autores do século XIX já procuravam construir análises para identificar qual o sentido exato do termo justiça e quais formas de promovê-la eram possíveis e desejáveis ao conjunto da sociedade à época. O debate se enquadra em torno de três principais ideias: bem-estar; liberdade e desenvolvimento; e promoção de formas democráticas de participação. Autores importantes do campo da ciência política e da filosofia política e moral se debruçaram intensamente em torno dessa questão ao longo do século XX, e chegaram a conclusões diversas uns dos outros. Embora a perspectiva analítica de cada um desses autores divirja entre si, eles estão preocupados em desenvolver formas de promoção de situações de justiça social e têm hipóteses concretas para se chegar a esse estado de coisas.

Para Amartya Sen, por exemplo, a injustiça é percebida e mensurada por meio da distribuição e do alcance social das liberdades. Para Rawls, ela se manifesta principalmente nas estruturas básicas da sociedade e sua solução depende de uma nova forma de contrato social e de uma definição de princípios básicos que criem condições de promoção de justiça. Já para Habermas, a questão gira em torno da manifestação no campo da ação comunicativa, na qual a fragilidade de uma ação coletiva que tenha pouco debate ou pouca representação pode enfraquecer a qualidade da democracia e, portanto, interferir no seu pleno funcionamento, tendo, por consequência, desdobramentos sociais injustos. Em síntese, os autores argumentam a favor de instrumentos variados para a solução da injustiça, os quais dependem da interpretação de cada um deles acerca do conceito de justiça.

Augusto Leal Rinaldi. Justiça, liberdade e democracia. In: Pensamento Plural. Pelotas [12]: 57-74, jan.-jun./2013 (com adaptações).

Julgue o seguinte item, relativo aos sentidos e às ideias do texto.

56. CESPE - AJ STJ/STJ/Administrativa/2018

Depreende-se do texto que o debate acerca da justiça organiza-se em torno de parâmetros básicos, mas que não há consenso quanto ao conceito de justiça e às formas concretas para alcançá-la entre filósofos e cientistas políticos do século XX.

() CERTO () ERRADO

57. CESPE - AJ STJ/STJ/Administrativa/2018

Para o autor do texto, uma correta definição do termo justiça e a compreensão de sua manifestação social são imprescindíveis para que se possam traçar soluções adequadas a cada tipo de sociedade.

() CERTO () ERRADO

58. CESPE - AJ STJ/STJ/Administrativa/2018

Os autores mencionados no segundo parágrafo apresentam ideias contrárias acerca da noção de injustiça: Amartya Sen a relaciona à liberdade na sociedade; Rawls entende injustiça como uma questão de contratos civis; e Habermas, como uma manifestação linguística e de ação coletiva.

() CERTO () ERRADO

Texto para a questão 59

O Juca era da categoria das chamadas pessoas sensíveis, dessas a que tudo lhes toca e tange. Se a gente lhe perguntasse: “Como vais, Juca?”, ao que qualquer pessoa normal responderia “Bem, obrigado!” — com o Juca a coisa não era assim tão simples. Primeiro fazia uma cara de indecisão, depois um sorriso triste contrabalançado por um olhar heroicamente exultante, até que esse exame de consciência era cortado pela voz do interlocutor, que começava a falar chãmente em outras coisas, que, aliás, o Juca não estava ouvindo... Porque as pessoas sensíveis são as criaturas mais egoístas, mais coriáceas, mais impenetráveis do reino animal. Pois, meus amigos, da última vez que vi o Juca, o impasse continuava... E que impasse!

Estavam-lhe ministrando a extrema-unção. E, quando o sacerdote lhe fez a tremenda pergunta, chamando-o pelo nome: “Juca, queres arrepende-te dos teus pecados?”, vi que, na sua face devastada pela erosão da morte, a Dúvida começava a redesenhar, reanimando-a, aqueles seus trejeitos e caretas, numa espécie de ridícula ressurreição. E a resposta não foi “sim” nem “não”; seria acaso um “talvez”, se o padre não fosse tão compreensivo. Ou apressado. Despachou-o num átimo e absolvido.

Que fosse amolar os anjos lá no Céu!

E eu imagino o Juca a indagar, até hoje:

— Mas o senhor acha mesmo, sargento Gabriel, que ele poderia ter-me absolvido?

Mário Quintana Prosa & Verso Porto Alegre: Globo, 1978, p 65 (com adaptações)

Com relação às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto, julgue o item a seguir.

59. CESPE - EMAP/2018

O trecho “Que fosse amolar os anjos lá no Céu!” expressa o que o padre havia dito no momento em que Juca morreu.

() CERTO () ERRADO

Texto para a questão 60

O orgulho é a consciência (certa ou errônea) do nosso valor próprio; a vaidade é a consciência (certa ou errônea) da evidência do nosso valor aos olhos dos outros. Um homem pode ser orgulhoso sem ser vaidoso, pode ser a um tempo vaidoso e orgulhoso, pode ser — pois tal é a natureza humana — vaidoso sem ser orgulhoso. À primeira vista, é difícil compreender como podemos ter consciência da evidência do nosso valor no conceito dos outros sem a consciência do nosso valor em si. Se a natureza humana fosse racional, não haveria qualquer explicação. No entanto, o homem vive primeiro uma vida exterior, e depois uma vida interior; a noção do efeito precede, na evolução do espírito, a noção da causa interior desse mesmo efeito. O homem prefere ser tido em alta conta por aquilo que não é a ser tido em meia conta por aquilo que é. Assim opera a vaidade.

Walmir Ayala (Coord e introd) Fernando Pessoa Antologia de Estética. Teoria e Crítica Literária Rio de Janeiro: Ediouro, 1988, p 88-9 (com adaptações)

Acerca dos aspectos linguísticos do texto precedente e das ideias nele contidas, julgue o próximo item.

60. CESPE - EMAP/2018

Infere-se do texto que, na evolução espiritual do ser humano, o processo de autoconhecimento provém da consciência das impressões alheias sobre o indivíduo.

() CERTO () ERRADO

Texto para as questões 61 a 62**Serviço de tráfego de embarcações (vessel traffic service – VTS)**

O VTS é um sistema eletrônico de auxílio à navegação, com capacidade de monitorar ativamente o tráfego aquaviário, melhorando a segurança e eficiência desse tráfego, nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções.

Internacionalmente, os sistemas de VTS são regulamentados pela International Maritime Organization, sendo seus aspectos técnicos detalhados em recomendações da International Association of Maritime Aids to Navigation and Lighthouse Authorities. No Brasil, cabe à Marinha do Brasil, autoridade marítima do país, definir as normas de execução de VTS e autorizar a sua implantação e operação.

Uma estrutura de VTS é composta minimamente de um radar com capacidade de acompanhar o tráfego nas imediações do porto, um sistema de identificação de embarcações denominado automatic identification system, um sistema de comunicação em VHF, um circuito fechado de TV, sensores ambientais (meteorológicos e

hidrológicos) e um sistema de gerenciamento e apresentação de dados. Todos esses sensores operam integrados em um centro de controle, ao qual cabe, na sua área de responsabilidade, identificar e monitorar o tráfego marítimo, adotar ações de combate à poluição, planejar a movimentação de embarcações e divulgar informações ao navegante. Adicionalmente, o Centro VTS pode fornecer informações que contribuam para o aumento da eficiência das operações portuárias, como a atualização de horários de chegada e partida de embarcações.

Internet: <www.defensea.com.br> (com adaptações)

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue o item que se segue.

61. CESPE - EMAP/2018

O primeiro parágrafo do texto apresenta uma definição.

() CERTO () ERRADO

62. CESPE - EMAP/2018

Infere-se do texto que os elementos que compõem estruturas de VTS citados no período “Uma estrutura de VTS (...) e apresentação de dados” fazem parte das recomendações da International Association of Maritime Aids to Navigation and Lighthouse Authorities.

() CERTO () ERRADO

Texto para as questões 63 a 65

A crescente internacionalização da economia, decorrente, principalmente, da redução de barreiras ao comércio mundial, da maior velocidade das inovações tecnológicas e dos grandes avanços nas comunicações, tem exigido mudanças efetivas na atuação do comércio internacional.

A abordagem desse tipo de comércio, inevitavelmente, passa pela concorrência, visto que é por meio da garantia e da possibilidade de entrar no mercado internacional, de estabelecer permanência ou de engendrar saída, que se consubstancia a plena expansão das atividades comerciais e se alcança o resultado último dessa interação: o preço eficiente dos bens e serviços.

Defesa da concorrência e defesa comercial são instrumentos à disposição dos Estados para lidar com distintos cenários que afetem a economia. Destaca-se como a principal diferença o efeito que cada instrumento busca neutralizar.

A política de defesa da concorrência busca preservar o ambiente competitivo e coibir condutas desleais advindas do exercício de poder de mercado. A política de defesa comercial busca proteger a indústria nacional de práticas desleais de comércio internacional.

Elaine Maria Octaviano Martins Curso de direito marítimo Barueri: Manoela, v 1, 2013, p 65 (com adaptações)

Acerca de aspectos linguísticos do texto precedente e das ideias nele contidas, julgue o item a seguir.

63. CESPE - EMAP/2018

O texto defende o papel dos governos como reguladores da economia.

() CERTO () ERRADO

64. CESPE - EMAP/2018

O quarto parágrafo do texto detalha a informação expressa no último período do terceiro parágrafo.

() CERTO () ERRADO

65. CESPE - EMAP/2018

Depreende-se dos sentidos do texto que a palavra “concorrência” foi empregada no sentido de concordância, já que apenas será possível a realização das “mudanças efetivas” mencionadas no primeiro parágrafo se os atores do comércio internacional buscarem um fim comum.

() CERTO () ERRADO

Texto para as questões 66 a 68

Um livro é como uma casa. Tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, dependência de empregada e até mesmo cozinha e porão. Suas páginas iniciais, como aquelas conversas cerimoniais que antigamente eram regadas a guaraná geladinho e biscoito champanhe, servem solenemente para dizer ao leitor (esse **fantasma** que nos chega da rua.) o que se diz a uma visita de consideração: que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem-intencionado. (...) Que vá, enfim, ficando à vontade e desculpando alguma coisa...

Assim, se o leitor quiser me acompanhar, eu lhe mostro, daqui da sala de visitas, esta minha nova casa. Diria, inicialmente, que ela começou com uma ideia, e não com um projeto bem-acabado, pois não sou engenheiro civil, mas estudante das coisas humanas. Desse modo, esta coleção de ensaios nasceu da motivação de compreender a sociedade brasileira como alguma coisa totalizada.

Pode estar seguro o meu leitor-visita de que fiz o que pude e de que tentei até mesmo lhe indicar o caminho do quintal e da cozinha. Mas, se mesmo assim tudo lhe for desagradável, se considerar a casa mal construída, se o café estiver frio e fraco, e a cerveja, muito quente, se tudo — enfim — lhe parecer errado ou ruim, então eu só lhe peço que se lembre de uma coisa: a casa, afinal de contas, é brasileira. Nela, se há regras para o anfitrião, há também normas para a visita. E, até mesmo quando não se gosta de algo, se pode dizer isso educada e generosamente. Fique à vontade...

Roberto Damatta. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 5 (com adaptações).

66. CESPE - Técnico Judiciário (TRT 7ª Região)/ 2017

No texto, o emprego do termo “fantasma” sugere que o leitor é

- a) um visitante inconveniente e desagradável.
- b) alguém que finge ser outra pessoa.
- c) alguém desconhecido, sobre quem nada se sabe.
- d) uma pessoa sinistra ou assustadora.

67. CESPE - Técnico Judiciário (TRT 7ª Região)/ 2017

Considerando que, de acordo com seu autor, o texto é um fragmento de um livro de ensaios, assinale a opção que corresponde à seção do livro da qual faz parte o referido fragmento.

- a) Um dos ensaios, já que apresenta linguagem informal, apropriada a esse gênero textual.
- b) Contracapa, pois seu objetivo é convencer alguém a comprar o livro.
- c) Conclusão, pois consiste em um pedido de desculpas ao leitor que, por ventura, encontrar problemas na obra.
- d) Introdução, visto que convida o leitor a iniciar a leitura dos ensaios.

68. CESPE - Técnico Judiciário (TRT 7ª Região)/ 2017

De acordo com o último parágrafo do texto, seu autor

- a) admite que o leitor critique seu livro, desde que o faça de modo gentil e construtivo.
- b) assegura que o livro terá a aprovação do público se as regras estabelecidas por ele forem obedecidas.
- c) rejeita a possibilidade de o leitor não gostar do livro, visto que se esforçou muito para escrevê-lo.
- d) determina que o leitor expresse sua opinião caso não goste do livro.

Texto para as questões 69 a 70

O velocista jamaicano Usain Bolt, considerado o homem mais rápido do mundo, declarou certa vez que queria se tornar jogador de futebol do Manchester United. (...) Bolt jogaria de ala e aproveitaria para imprimir velocidade ao jogo, segundo afirmou. **Dá pra imaginar o corredor levando nove segundos e meio para sair da pequena área, sem sombra de impedimento, e chegar saltitante ao gol rival, antes que os locutores tenham tempo de informar as horas.**

Isso me leva a uma boa ideia para os próximos jogos olímpicos: no evento de abertura, as delegações desfilariam e confraternizariam; no dia seguinte, haveria um eletrizante sorteio. Neste, descobriríamos que o time de vôlei iria representar o Brasil na canoagem e que a equipe de pentatlo moderno havia sido escalada para jogar handebol.

Os atletas do levantamento de peso adorariam encarar uma coreografia de ginástica rítmica, enquanto os meninos do basquete teriam certa dificuldade em driblar um ciclista durante a partida de futebol. Equipes masculinas

seriam convocadas para esportes femininos, como o nado sincronizado, e seriam obrigadas a exibir toda a sua graça e malemolência aos juízes.

Estes, aliás, seriam mantidos em seus esportes, bem como os técnicos de cada modalidade, porque, afinal, a gente não está de brincadeira.

Vanessa Barbara. Pato na água. In: O louco de palestra. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. e-Book, localização: 204 (com adaptações).

69. CESPE - Técnico Judiciário (TRT 7ª Região)/ 2017

No trecho “Dá pra imaginar o corredor levando nove segundos e meio para sair da pequena área, sem sombra de impedimento, e chegar saltitante ao gol rival, antes que os locutores tenham tempo de informar as horas”, o autor busca ilustrar uma cena hipotética em que Usain Bolt

- a) dribla os adversários, nos minutos finais do jogo, e alcança o gol do time rival.
- b) alcança, sem dificuldades e muito rapidamente, o gol do time adversário.
- c) pergunta as horas aos locutores da partida enquanto corre até o gol do time rival.
- d) salta obstáculos rapidamente, até chegar ao gol do time adversário.

70. CESPE - Técnico Judiciário (TRT 7ª Região)/ 2017

No texto, cria-se um efeito de humor por meio do uso da ironia, recurso que consiste em afirmar algo oposto à ideia que se quer, de fato, transmitir, como se observa quando a autora afirma que

- a) A levantadores de peso “adorariam encarar uma coreografia de ginástica rítmica”.
- b) equipes masculinas “seriam convocadas para esportes femininos, como o nado sincronizado”.
- c) juízes “seriam mantidos em seus esportes, bem como os técnicos de cada modalidade”
- d) Usain Bolt é “considerado o homem mais rápido do mundo”

Texto para as questões 71 a 75

A auditoria, uma das instâncias que garantem a credibilidade das instituições, consiste na análise, à luz da legislação em vigor e das boas práticas administrativas, do contrato entre as partes, governos e entidades prestadoras de serviços, e dos procedimentos efetivados, de modo a aferir a sua execução e a conferir os valores cobrados para garantir que o pagamento seja justo e correto. Consiste, também, no acompanhamento dos eventos para verificar a qualidade dos serviços prestados por esses agentes.

No âmbito da auditoria, o fundamento da credibilidade consiste na preservação da idoneidade ética. Os pressupostos éticos da auditoria são três: o princípio da dignidade, o da equidade e o da transparência. Formulado pelo filósofo alemão Immanuel Kant, no final do século XVIII, o princípio da dignidade afirma que toda pessoa deve ser tratada, sempre, como fim e nunca como meio. O princípio da equidade, uma ampliação do princípio da dignidade feita pela Organização das Nações Unidas, em sua Carta de 1946, diz que todo ser humano possui a

mesma dignidade e deve ser tratado com igual consideração e respeito. O princípio da transparência tem duas versões no próprio Kant: uma diz que se deve sempre agir de tal forma que os motivos de atuação possam ser divulgados publicamente; a outra afirma que se deve agir de tal modo que a norma de atuação possa se tornar lei universal. Assim, os negócios escusos, a corrupção, a gatunagem, os procedimentos ilícitos fogem da luz da divulgação como os vampiros da luz do Sol. Certamente, o princípio da transparência é o que dá credibilidade à gestão pública e à gestão em geral. Nas pesquisas de opinião, vê-se como a sociedade coloca-se frente às instituições, exigindo transparência.

Nos momentos de amadurecimento democrático, constata-se que a auditoria ganha espaço nas organizações. A auditoria seria o primeiro capítulo da transparência na gestão. Quando a sociedade quer tudo em pratos limpos, a auditoria ascende a um primeiro lugar no seio das organizações, porque é o elemento que permite à sociedade ter consciência de como está sendo efetivada a gestão. Se não há auditoria, ou se essa não é praticada de forma constante e transparente, as instituições perdem credibilidade. Quando uma auditoria séria é praticada, as instituições são mais bem aceitas.

Ricardo Vélez Rodríguez. Auditoria, fundamentos éticos. In: Auditoria, uma abordagem interdisciplinar: aspectos relevantes para o setor público. Anais da V Jornada Brasileira de Controle Interno. Rio de Janeiro, dez./2003, p. 32. Internet: <www.rio.rj.gov.br> (com adaptações).

No que se refere às ideias do texto, julgue o item a seguir.

71. CESPE - Analista de Controle Externo (TCE-PE)/2017

Conclui-se do texto que a aplicação do princípio da transparência no âmbito da auditoria permite tornar públicos aspectos como gastos e a forma de prestação dos serviços.

() CERTO () ERRADO

72. CESPE - Analista de Controle Externo (TCE-PE)/2017

O texto defende que o processo de auditoria, por se vincular à análise dos contratos e por levar em conta o princípio da equidade entre as partes, deva alhear-se da opinião de quem presta os serviços e de quem os recebe.

() CERTO () ERRADO

73. CESPE - Analista de Controle Externo (TCE-PE)/2017

Ao afirmar que “A auditoria seria o primeiro capítulo da transparência na gestão”, o autor presume que, sem a auditoria, é impossível a legitimação social dos atos decisórios dos administradores.

() CERTO () ERRADO

74. CESPE - Analista de Controle Externo (TCE-PE)/2017

Inferre-se do texto que o sucesso de uma empresa ou organização está relacionado a sua credibilidade perante a sociedade, o que, quanto à auditoria, se fundamenta na preservação da idoneidade ética.

() CERTO () ERRADO

75. CESPE - Analista de Controle Externo (TCE-PE)/2017

Depreende-se do texto que o princípio da equidade pressupõe que, tendo toda pessoa a mesma dignidade, ninguém pode ser discriminado.

() CERTO () ERRADO

Texto para as questões 75 a 77

No Brasil, pode-se considerar marco da história da assistência jurídica, ou justiça gratuita, a própria colonização do país, ainda no século XVI. O surgimento de lides provenientes das inúmeras formas de relação jurídica então existentes — e o chamamento da jurisdição para resolver essas contendas — já dava início a situações em que constantemente as partes se viam impossibilitadas de arcar com os possíveis custos judiciais das demandas. A partir de então, a chamada assistência judiciária praticamente evoluiu junto com o direito pátrio. Sua importância atravessou os séculos, e ela passou a ser garantida nas cartas constitucionais.

No século XX, o texto constitucional de 1934, no capítulo II, “Dos direitos e das garantias individuais”, em seu art. 113, fez menção a essa proteção, ao prever que “A União e os estados concederão aos necessitados assistência judiciária, criando para esse efeito órgãos especiais e assegurando a isenção de emolumentos, custas, taxas e selos”. Por sua vez, a Constituição de 1946 previu, no mesmo capítulo que a de 1934, em seu art. 141, § 35, que “O poder público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados”. A lei extravagante veio em 1950, materializada na Lei n.º 1.060, que especifica normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. No art. 4.º dessa lei, havia menção ao “rendimento ou vencimento que percebe e os encargos próprios e os da família” e constava a exigência de atestado de pobreza, expedido pela autoridade policial ou pelo prefeito municipal. Foi o art. 1.º, § 2.º, da Lei n.º 5.478/1968 que criou a simples afirmação (da pobreza), ratificado pela Lei n.º 7.510/1986, que deu nova redação a dispositivos da Lei n.º 1.060/1950.

Em 1988, a Carta Cidadã ampliou o escopo da assistência judiciária ao empregar o termo assistência jurídica integral e gratuita, que é mais abrangente e que abarca o termo usado anteriormente, restrito apenas à assistência de demanda judicial já proposta ou a ser interposta. O termo atual também engloba atos jurídicos extrajudiciais, aconselhamento jurídico, patrocínio da causa, além de ações coletivas e mediação.

Hoje, portanto, alguém que se vê incapaz de arcar com os custos que uma lide judicial impõe, mas necessita da imediata prestação jurisdicional, pode, mediante simples afirmativa, postular as benesses dessa prerrogativa, garantida pela Constituição Federal vigente.

Uma história para a gratuidade jurídica no Brasil. Internet: <<http://jus.com.br>> (com adaptações)

No que se refere às ideias e informações do texto, julgue o item a seguir.

76. CESPE - Analista Técnico-Administrativo (DPU)/2016

Inferre-se do texto que a Lei n.º 1.060/1950 ainda está em vigência, embora tenha passado por algumas alterações.

() CERTO () ERRADO

77. CESPE - Analista Técnico-Administrativo (DPU)/2016

Depreende-se do texto que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é proibido à pessoa possuidora de bens requerer o direito à assistência jurídica integral e gratuita.

78. CESPE - Analista Técnico-Administrativo (DPU)/2016

Conclui-se do texto que, ao prever a substituição do atestado de pobreza pela simples afirmativa da pessoa de que ela não pode arcar com os custos judiciais da demanda, a lei teria buscado uma forma de tornar mais acessível ao necessitado o exercício de seu direito.

() CERTO () ERRADO

Texto para as questões 79 a 82

Naquele novo apartamento da rua Visconde de Pirajá pela primeira vez teria um escritório para trabalhar. Não era um cômodo muito grande, mas dava para armar ali a minha tenda de reflexões e leitura: uma escrivaninha, um sofá e os livros. Na parede da esquerda ficaria a grande e sonhada estante onde caberiam todos os meus livros. Tratei de encomendá-la a seu Joaquim, um marceneiro que tinha oficina na rua Garcia D'Ávila com Barão da Torre.

O apartamento não ficava tão perto da oficina. Era quase em frente ao prédio onde morava Mário Pedrosa, entre a Farma de Amoedo e a antiga Montenegro, hoje Vinicius de Moraes. Estava ali havia uma semana e nem decorara ainda o número do prédio. Tanto que, quando seu Joaquim, ao preencher a nota de encomenda, perguntou-me onde seria entregue a estante, tive um momento de hesitação. Mas foi só um momento. Pensei rápido: "Se o prédio do Mário é 228, o meu, que fica quase em frente, deve ser 227". Mas lembrei-me de que, ao ir ali pela primeira vez, observara que, apesar de ficar em frente ao do Mário, havia uma diferença na numeração.

— Visconde de Pirajá, 127 — respondi, e seu Joaquim desenhou o endereço na nota.

— Tudo bem, seu Ferreira. Dentro de um mês estará lá sua estante.

— Um mês, seu Joaquim! Tudo isso? Veja se reduz esse prazo.

— A estante é grande, **dá muito trabalho**... Digamos, três semanas.

Ferreira Gullar. A estante. In: A estranha vida banal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989 (com adaptações).

No que se refere aos sentidos do texto, julgue o próximo item.

79. CESPE - Técnico do Seguro Social (INSS)/2016

O trecho “dá muito trabalho” constitui uma referência de seu Joaquim à confecção da estante, tarefa que, segundo ele, seria trabalhosa.

() CERTO () ERRADO

80. CESPE - Técnico do Seguro Social (INSS)/2016

De acordo com as informações do texto, é correto inferir que seu Joaquim era analfabeto, uma vez que ele “desenhou o endereço na nota”.

() CERTO () ERRADO

81. CESPE - Técnico do Seguro Social (INSS)/2016

De acordo com as informações do texto, Vinicius de Moraes passou a morar no apartamento onde antes residia Mário Pedrosa.

() CERTO () ERRADO

82. CESPE - Técnico do Seguro Social (INSS)/2016

O “momento de hesitação” vivido pelo narrador deveu-se ao medo de informar o endereço a um desconhecido.

() CERTO () ERRADO

Texto para a questão 83

Bibliotecas sempre deram muito o que falar. Grandes monarquias jamais deixaram de possuir as suas, e cuidavam delas estrategicamente. Afinal, dotes de princesas foram negociados tendo livros como objetos de barganha; tratados diplomáticos versaram sobre essas coleções. Os monarcas portugueses, após o terremoto que dizimou Lisboa, se orgulhavam de, a despeito dos destroços, terem erguido uma grande biblioteca: a Real Livraria. D. José chamava-a de joia maior do tesouro real. D. João VI, mesmo na correria da partida para o Brasil, não se esqueceu dos livros. Em três diferentes levas, a Real Biblioteca aportou nos trópicos, e foi até mesmo tema de disputa.

Internet: <<http://observatoriodaimprensa.com.br>> (com adaptações).

Acerca de aspectos linguísticos e dos sentidos do texto acima, julgue o item que se segue.

83. CESPE - Técnico do Seguro Social (INSS)/2016

Princesas e diplomatas eram valorados conforme a qualidade das bibliotecas que seus países possuíam e a parcela dos livros que estavam dispostos a ceder em negociações diversas.

() CERTO () ERRADO

Texto para a próxima questão

Em hipótese alguma, pode o eleitor-cidadão assumir a condição de sujeito meramente coadjuvante no processo eleitoral, pois sua atuação, longe de ser um simples dever, consubstancia importante direito de participação ativa e direta na formação de um governo legítimo e democrático. A par disso, quando se pensa no processo eleitoral — embora logo venha à cabeça a figura dos candidatos, partidos e coligações como sujeitos de uma trama que é ordinariamente vigiada por eles próprios e por órgãos estatais (Poder Judiciário, Ministério Público e polícia) -, não se pode esquecer de que todo esse espetáculo se dirige especialmente ao mais importante dos sujeitos, o eleitor-cidadão.

Não é à toa que se utiliza a denominação eleitor- -cidadão, de caráter dúplice, quando se percebe que, por um lado, chama-se de eleitor aquele que comparece livre e conscientemente às urnas para registrar seu voto, e, por outro lado, chama-se de cidadão aquele que tem o poder-dever de fiscalizar as eleições. Com efeito, esse poder-dever encontra amparo, em primeiro lugar, no arcabouço constitucional e legal de princípios e regras que objetivam a promoção de eleições livres, com a mais límpida e cristalina manifestação da soberania popular, concretizando a promessa de justiça, liberdade e igualdade nas disputas que envolvam cargos eletivos. Ademais, em segundo plano, tal atribuição fiscalizatória advém dos preceitos morais que impõem a necessidade de contenção dos vícios eleitorais, a fim de alcançar os objetivos da República, especialmente a garantia do desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos.

Nesse cenário, portanto, surge a legítima expectativa de que o eleitor cidadão efetivamente adote uma postura corretiva em relação às irregularidades verificadas no curso do pleito, lançando mão do verdadeiro dever que justifica a sua condição de cidadão e destinatário dos atos governamentais e políticas públicas que serão implementados pelo futuro representante do povo. Não há dúvida de que o voto é a melhor arma de que dispõe o eleitor, porém este não pode descartar outros artifícios que, no curso do processo eleitoral, podem garantir, de forma mais eficaz, a higidez e a legitimidade da disputa, especialmente porque não seria razoável aguardar até o dia da votação para tomar alguma providência contra aqueles que macularam o pleito.

Guilherme Rgueira Pitta. O papel do eleitor cidadão. In: Revista Eletrônica EJE/Tribunal Superior Eleitoral, ano V, n.3, abr.- -mai./2015, p. 35-36 Internet: (com adaptações).

84. CESPE – TRE/MT/ 2015

Assinale a opção correta de acordo com as ideias do texto.

- a) O papel fiscalizador dos processos eleitorais é base para os princípios legais que visam promover justiça, liberdade e igualdade nas disputas para cargos eletivos.
- b) Historicamente, os brasileiros têm atuado mais como eleitores e têm se descuidado de seu papel como cidadãos, isto é, como aqueles a quem cabe a tarefa de fiscalizar as eleições.
- c) Ao longo do processo eleitoral, há instrumentos de controle prévio que podem garantir que o pleito ocorra em conformidade com a lei.
- d) A figura do eleitor-cidadão é a peça central de todo o processo eleitoral, uma vez que esse sujeito é o único agente, de fato, desse processo e seu principal destinatário.
- e) No processo eleitoral, as atribuições do eleitor e as do cidadão, muitas vezes, confundem-se e isso justifica o uso da denominação eleitor-cidadão.

Texto para a próxima questão

O eleitor que comparece de livre e espontânea vontade à urna, sem medo de sanções ou sem fazê-lo somente porque a lei o obriga, demonstra um grau elevado de maturidade política, pois tem consciência de que está decidindo os rumos de seu município, estado ou país. No Brasil, o voto é obrigatório, com exceção de alguns casos, expressos na Constituição Federal de 1988 (CF), em que é facultativo: maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, maiores de setenta anos e analfabetos não são obrigados a votar. Qual foi a justificativa do legislador para determinar que o voto fosse facultativo para alguns eleitores? Em um primeiro momento, a resposta é a de que foi uma escolha política na época da promulgação da CF, como muitas outras, talvez em decorrência de problemas de locomoção, porque, na idade de setenta anos, para muitos já seria difícil se dirigir até a seção eleitoral ou porque a maioria dos analfabetos poderia encontrar-se residindo na zona rural, onde, muitas vezes, verifica-se a existência de matas e de estradas rurais em condições ruins ou onde é necessário o uso de barcos para chegar à seção eleitoral. É importante lembrar, ainda, que, quando não havia a urna eletrônica — facilitadora do voto —, o analfabetismo e os problemas de saúde dos idosos poderiam comprometer a obtenção de um voto corretamente lançado (escrito a caneta) na cédula de papel. Quando, na CF, estabeleceu-se o voto obrigatório para maiores de dezoito anos e facultativo para analfabetos, maiores de setenta e menores de dezoito anos, não quis o legislador declarar a incapacidade dessa classe de cidadãos. Da mesma forma que existe uma proposta em andamento para fixar em sessenta e cinco anos a idade para que o voto seja facultativo, pode ser que, em breve, também exista outra proposta para estabelecer o voto obrigatório para analfabetos e menores de dezoito anos. Tudo depende de nossos políticos.

Rubiane Barros Barbosa Kreuz. Obrigatoriedade do voto: exercício da democracia ou imposição do poder? In: Revista de Julgados, v. 5. Cuiabá: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, 2008/2009, p. 193-194. Internet: (com adaptações).

85. CESPE – TRE/MT/ 2015

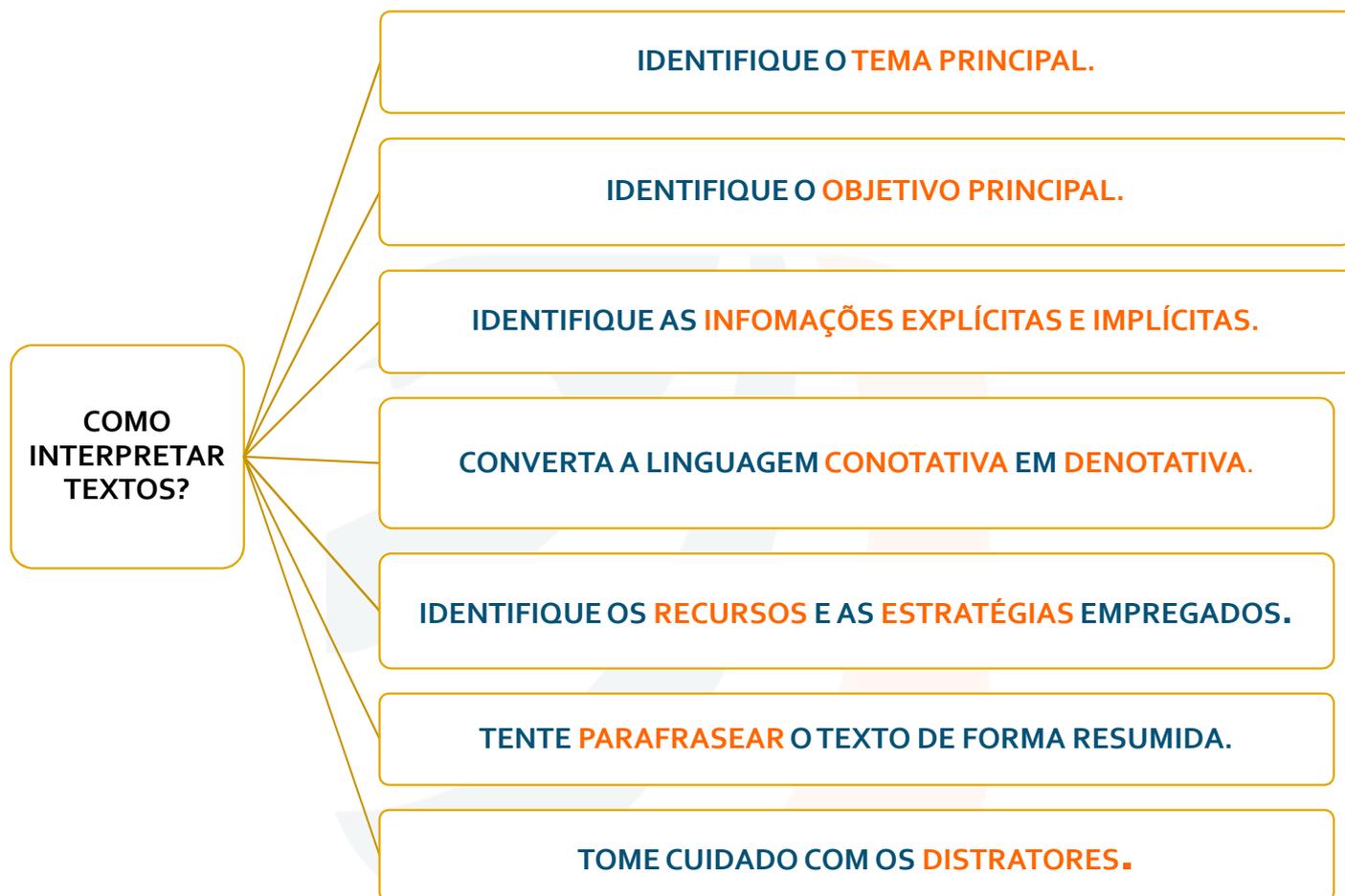
De acordo com o texto,

- a) cabe aos políticos avaliar as duas propostas em pauta para discussão: a referente à fixação da idade para o voto facultativo e a relativa à definição do intervalo etário em que se define a obrigatoriedade do voto.
- b) os critérios usados pelo legislador para estabelecer o caráter facultativo do voto para analfabetos, para maiores de setenta e para menores de dezoito anos de idade, são de natureza estritamente política e não têm a finalidade de atestar a incapacidade desses cidadãos.
- c) o grau de maturidade política de um eleitor é diretamente proporcional ao seu grau de consciência do poder de seu voto.
- d) o uso da urna eletrônica foi um marco nas eleições, pois permitiu que o voto de analfabetos e de idosos fosse corretamente lançado e computado.
- e) questões referentes à capacidade física e intelectual de maiores de dezoito anos de idade foram consideradas determinantes para a definição do caráter obrigatório do voto para essa classe de cidadãos.

Gabarito

01	E	02	C	03	E	04	E	05	C
06	C	07	E	08	E	09	E	10	E
11	C	12	E	13	C	14	E	15	E
16	E	17	E	18	E	19	C	20	C
21	C	22	E	23	E	24	C	25	C
26	E	27	E	28	C	29	C	30	E
31	E	32	C	33	E	34	C	35	E
36	D	37	C	38	D	39	A	40	C
41	A	42	D	43	E	44	E	45	C
46	C	47	E	48	C	49	E	50	C
51	E	52	E	53	E	54	E	55	C
56	C	57	E	58	E	59	E	60	E
61	C	62	C	63	E	64	C	65	E
66	C	67	D	68	A	69	B	70	A
71	C	72	E	73	E	74	C	75	C
76	C	77	E	78	C	79	C	80	E
81	E	82	E	83	E	84	C	85	B

Resumo Direcionado





FIM
NÃO DESISTA!
CONTINUE NA DIREÇÃO CERTA!